



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO EM
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**A ORGANIZAÇÃO LATINO AMERICANA DE
SOLIDARIEDADE (OLAS) E O EMBATE
IDEOLÓGICO NA ESQUERDA BRASILEIRA, 1960: O
CASO PCB**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Artêmio Soares Marques

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**



A ORGANIZAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOLIDARIEDADE (OLAS) E O EMBATE IDEOLÓGICO NA ESQUERDA BRASILEIRA, 1960: O CASO PCB

por

Artêmio Soares Marques

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Área de Concentração em Crise e Conflito, Regulação e Governança, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Integração Latino-Americana

Orientador: Prof. Julio Ricardo Quevedo dos Santos

**Santa Maria, RS, Brasil.
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A ORGANIZAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOLIDARIEDADE
(OLAS) E O EMBATE IDEOLÓGICO NA ESQUERDA BRASILEIRA,
1960: O CASO PCB**

elaborada por
Artêmio Soares Marques

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Integração Latino-Americana

COMISSÃO EXAMINADORA

Julio Ricardo Quevedo dos Santos
(Presidente/Orientador)

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)

Glaúcia Vieira Ramos Konrad, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 18 de setembro de 2009

In Memoriam

De Kelvin Soares Neto, irmão e companheiro, que me mostrou, através de seu exemplo, que sempre é possível sonhar. E mesmo com as imensas dificuldades que nos deparávamos em nosso dia-a-dia, a desistência jamais fez parte do nosso vocabulário, pois lutamos juntos, até o fim.

AGRADECIMENTOS

Ao curso de Mestrado em Integração Latino-Americana, (MILA), que infelizmente não existe mais em nossa Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela oportunidade e também pelo privilégio de desenvolver essa pesquisa

Ao professor Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, pelo desafio que me propusestes na escrita dessa dissertação, pelo conhecimento transmitido nas aulas de História da América, sabia eu que futuramente também seria mais um estudioso da História Latino-americana, pela confiança e pelas orientações no Curso de Mestrado em Integração Latino-Americana, meu muito obrigado.

Ao companheiro, e professor nas aulas de Teoria da História e também nas disciplinas de Brasil, Diorge Alceno Konrad e sua companheira Glaucia Vieira Ramos Konrad

A toda minha família, que por sinal é bem grande, em especial, o meu irmãozinho Kelvin, mais conhecido como Kelvinho, este trabalho dedico a ti meu irmão, ao meu pai, a minha mãe, pessoa guerreira, batalhadora, servidora também dessa Universidade, que sempre me incentivou a correr atrás de meus sonhos, mesmo que talvez para mim estes parecessem tão distantes, ou intangíveis, meu muito obrigado pela força e confiança.

Aos amigos e companheiros de turma, em especial ao Roger Baigorra e Leonardo Botega, colegas também do Mestrado em Integração Latino-Americana, pelas inúmeras conversas e debates de mesa do bar do portuga, seu Zé. Aos amigos Marcio Urach, Alan Buzatti, Cícero Santiago, Irís de Carvalho, Fernando Budini, camaradas e companheiros de práxis, e também de idéias.

A companheira Fabiana Silveira N. Jorge, que se somou junto a mim, não só na construção desse trabalho, através de suas correções, idéias, mas também nos momentos mais difíceis que passei nesses últimos seis meses de minha vida, com tua companhia e compreensão, penso que o trabalho trilhado tornou-se menos árduo.

Epigrafe

*Quem tem consciência pra se ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade decepado
Entre os dentes segura a primavera*
Primavera nos dentes - Secos e Molhados

Odeio os indiferentes. Acredito que viver significa tomar partido. Não podem existir apenas homens, estranhos à cidade. Quem de verdade existe e vive não pode deixar de ser cidadão e partidário. A indiferença é abulia, parasitismo, é covardia! Não é vida. A indiferença é o peso morto da história. É a bala de chumbo para o inovador. É a matéria em que se afogam freqüentemente os entusiasmos mais esplendorosos.

É o fosso que circunda a velha cidade e a defende melhor que seus guerreiros.

Odeio os indiferentes também porque me provocam tédio as suas lamúrias de eternos inocentes. Peço conta a todos eles pela maneira como cumpriram a tarefa que a vida lhes impôs e impõe. E sinto que posso ser inexorável, que não devo desperdiçar minha compaixão, que não posso repartir com eles lágrimas. Sou cidadão, estou vivo, sinto nas consciências viris dos que estão comigo pulsar a atividade da cidade futura, que estamos a construir.

La Città Futura – Antonio Gramsci – 26-09-1926

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana
Universidade Federal de Santa Maria
**A ORGANIZAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOLIDARIEDADE
(OLAS) E O EMBATE IDEOLÓGICO NA ESQUERDA BRASILEIRA,
1960: O CASO PCB**

AUTOR: ARTÊMIO SOARES MARQUES
ORIENTADOR: JULIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 18 de setembro de 2009.

Neste trabalho, tentaremos analisar historicamente, a relação entre A Primeira Conferência Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) – reunida em Havana, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967 – e o Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado no ano de 1922, principalmente nas questões que tangem seus projetos políticos e ideológicos para o contexto latino-americano na década de 1960.

As resoluções da Conferência acenavam para uma propagação da luta armada como única alternativa a ser seguida pelos países latino-americanos contra o imperialismo norte-americano e a Ditadura Civil-Militar instaurada no Brasil em abril de 1964. Essa proposta de tomada do poder, através das armas, em busca do socialismo na América Latina, não só ia contra os preceitos dos partidos comunistas latino-americanos, em especial, do PCB, como também, colocava em cheque a participação efetiva de um Partido para a preparação do processo revolucionário na região, uma vez que a experiência revolucionária cubana havia transcendido aquela estratégia clássica leninista que via na vanguarda da luta de classes a necessidade de ser representada por um partido comunista.

A partir da OLAS institucionaliza-se o ponto de vista cubano sobre a estratégia da práxis para o desencadeamento da revolução na América Latina. Essa obriga a esquerda brasileira, o PCB, a defender internamente suas resoluções programáticas, posicionando-se contra a tática de os cubanos exportarem seu modelo “foquista” de revolução, não só para a conjuntura da sociedade brasileira, mas também latino-americana.

O fio condutor da análise bibliográfica é a confrontação dos significados assumidos pelos conceitos que organizam a temática da revolução no documento da OLAS e na resposta dada pelo PCB, em que temas como o inimigo a se combater; o caráter da revolução; os métodos de luta; o papel do partido de vanguarda da classe operária; e o caráter nacional ou continental da revolução ganham relevância.

Entende-se que, diante do embate que ocorrera entre a OLAS e, em especial, o PCB, a partir de meados década de 1960, ambas as organizações partidárias ou não, associadas ou não, procuraram no convulsionado cenário latino-americano se contrapor aos ditames do imperialismo norte-americano e encontrar caminhos alternativos, porém divergentes, para a consecução do socialismo.

Palavras-Chaves: Imperialismo, América Latina, Revolução Cubana.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana
Universidade Federal de Santa Maria
**THE ORGANIZATION OF LATIN AMERICAN SOLIDARITY
(OLAS) AND THE IDEOLOGICAL STRUGGLE IN THE
BRAZILIAN LEFT, 1960: THE PCB CASE**

AUTOR: ARTEMIO SOARES MARQUES
ORIENTADOR: JULIO RICARDO QUEVEDO DOS SANTOS
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 18 de setembro de 2009.

In this work, we look historically, the relationship between The First Conference of Latin American Solidarity (OLAS of thesis) – held in Havana, from July 31st to August 10th 1967 – and the Communist Party of Brazil (PCB), founded in 1922, mainly, on issues that drives their ideological and political projects for the Latin American context in the 1960s.

The resolutions of the Conference indicated the propagation of armed struggle as the only alternative to be pursued by Latin American countries against the U.S. imperialism and the Military-Civil Dictatorship established in Brazil in April of 1964. The proposal to seize power through arms, in search of socialism in Latin America, not only went against the precepts of the Latin American Communist parties, particularly the PCB, as well as put in check the effective participation of political party in the preparation for the revolutionary process in the region, being that the Cuban revolutionary experience transcended the classical Leninist strategy that envisioned in the forefront of the struggle of classes the need of representation by a communist party.

OLAS was the starting point to institutionalize Cuba's point of view regarding strategy praxis for the development of revolution in America, obligating Brazil's political-left, PCB, to defend internally its programmatic resolutions, positioning itself against Cuba's strategy of exporting their "focused" model of revolution, not only for the situation of Brazilian society, but also for Latin America's.

The thrust of the bibliographical analysis is the confrontation of meanings used by the concepts that organize the theme of the revolution in OLAS's document and the response given by PCB where issues like the enemy to combat, the character of the revolution, the methods of struggle; the role of the working class's vanguard party, and national or continental character of the revolution gain relevance.

We believe that facing the clash that occurred between the OLAS, and in particular, the PCB, starting mid 1960s, both organizations, political parties or not, related or not, sought in Latin America's convoluted scenario to counter-act America's imperialist ordinance and find alternative but diverting paths, for the achievement of socialism.

Keywords: Imperialism, Latin America, the Cuban Revolution .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - HISTÓRIA DO IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA	20
1.1 - Sobre Conceito de Imperialismo	32
1.1.1 A questão nacional como potencializadora das lutas anti-imperialistas na América Latina.....	39
1.1.2 A América Latina como laboratório de lutas anti-imperialistas e anticapitalistas no século XX.....	47
CAPÍTULO II - AMÉRICA LATINA, CUBA: NACIONALISMO NO SÉCULO XX, REVOLUÇÃO E SOCIALISMO	58
2.1 Cuba: Revolução e Socialismo	70
2.2 O Partido Comunista do Brasil (PCB): da Crise do Movimento Comunista Internacional (MCI) ao impacto das Teses Conflitantes da Revolução Cubana na América Latina	80
2.2.1 Caráter da revolução na América Latina na década de 1960: democrática burguesa ou socialista?.....	91
2.2.2 A institucionalização da via armada para a América Latina (A Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade OLAS) 31-07-1967/15-08-1967 Havana, Cuba: em busca do socialismo.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	125

INTRODUÇÃO

A Revolução ocorrida em Cuba, no final da década de 1950, objeto de inúmeras controvérsias e divergências na América Latina, pode ser considerada como um fenômeno eminentemente latino-americano, no sentido de que sua compreensão exige uma inserção no contexto continental em que nasce e começa a desenhar seus contornos.

A presença próxima dos Estados Unidos, o caráter homogêneo das especificidades da região latino-americana, desde a colonização até a época da dominação imperialista do governo norte-americano, os contornos que essa Revolução assumiu, calcada na luta popular, num primeiro momento contra os interesses da decadente coroa espanhola, dentre outras especificidades, explicam a necessidade do enquadramento do exemplo revolucionário cubano, ocorrido no ano de 1959, na conjuntura latino-americana.

Apesar de sua clara definição política e ideológica¹, o movimento guerrilheiro conseguiu projetar sua influência e liderança para a maioria do “Terceiro Mundo”, através de sua capacidade para, a partir da situação de Cuba, compreender a condição dos inúmeros países que compõem a periferia do modo de produção capitalista, trazendo à tona a forma que este mesmo capitalismo, o imperialismo e o neocolonialismo os afetam e as maneiras efetivas de enfrentá-los.

Assim, o caráter que uniu a Revolução Cubana à situação de grande parte dos países da África, Ásia e, também, da América Latina é referência, sem dúvida, para compreender o

¹ “Nacionalista, radical. Fidel procurava em parte resolver as contradições do capitalismo, dentro desse modo de produção, através do violento projeto de nacionalizações, iniciadas no curso da revolução. Não havia se filiado a nenhuma das alternativas que o processo de bipolarização após a Guerra Fria trouxe consigo, ou seja, o capitalismo ou o comunismo (ou socialismo)”. Nesta conjuntura, onde a vitória da revolução é recente e as medidas democráticas mais incisivas ainda não tinham sido aplicadas, há uma clara tentativa de demonstrar que esta revolução não era comunista e tinha raízes cubanas, ou seja, nacionais, o que mostra que, pelo menos neste discurso, a liderança da revolução tentava demonstrar concordância com aquela preconceituosa visão que apontava a radicalização de qualquer movimento como comandada por estrangeiros, que tentavam impor uma ideologia distante de nossas tradições, etc. Simultaneamente, há um claro recado sobre as conseqüências políticas das ações daqueles que se opõem a revolução: Nuestra revolución no es comunista, nuestros ideales se apartan de la doctrina comunista, la Revolución cubana no es capitalista ni comunista, es una revolución propia, tiene razones cubanas, es estrictamente cubana y enteramente americana. CASTRO, Fidel. **A História me Absolverá**. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1985, p. 44. “Foi no decorrer do processo revolucionário e da imediata oposição do imperialismo norte-americano, com seus inúmeros instrumentos contra-revolucionários, que o governo de Fidel Castro, sem visualizar “alternativa”, formou alianças com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), tornando-se um país também socialista”. Grifo nosso

porquê da luta cubana. Isso diante das condições políticas, sociais, econômicas e históricas que acabaram se constituindo para quase todos os países do Continente.

Por meio da Revolução Cubana, a luta dos povos de “origem dependentes”, ou subdesenvolvidos, recebeu uma conotação continental, pois praticamente desnudou os verdadeiros interesses políticos e econômicos do imperialismo norte-americano, que, na maioria das vezes, sempre encontraram respaldo nas chamadas burguesias locais.

No entanto, a principal lição do processo revolucionário cubano, aos demais países também envolvidos na luta incessante diante das contradições do capitalismo consiste, em fazê-los entender como é “um erro pensar que a burguesia possa movimentar-se com certa liberdade através de uma possível reforma do capitalismo”.² Uma vez que, para vários países latino-americanos, tanto quanto para o norte-americano, no encrudescimento da luta de classes, a intervenção se torna justificável, necessária, ou urgente, sempre, que os antagonismos de classes põem em cheque o poder da classe dominante, ou o modo de produção capitalista enquanto tal.

Portanto, as políticas de cunho nacionalistas de inúmeros países da América Latina no início da década de 1950, visualizadas naquele período, como estratégia de superação das condições de dependência, foram interpretadas pelo “governo norte-americano”, como medidas “socializantes”. Segundo está lógica discursiva, as medidas espalhavam sobre alguns dos países da América Latina, a nítida influência do comunismo internacional.

O contexto mundial, “sem sombra de dúvida”, para a constituição desse *corpus* ideológico foi a Guerra Fria que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, opunha a União Soviética e os Estados Unidos como representantes dos sistemas socialista e capitalista. No âmbito da América Latina, os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial foram de grande efervescência cultural e de recrudescimento das lutas populares em vários países da América Latina. A Revolução Boliviana, em 1952, e a Revolução Guatemalteca, em 1954, prenunciavam as reivindicações populares por reformas sociais e o agravamento da luta de classes. Por fim, a mais importante, a Revolução Cubana, em 1959, revelou as potencialidades anticapitalistas dos movimentos sociais latino-americanos e transportou o conflituoso contexto ideológico internacional para a América Latina.³

Uma das temáticas abordadas nesta dissertação remete diretamente a este processo. O governo norte-americano, muito antes de consumada a vitória da Revolução Cubana na

² FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p.102.

³ WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cezar Augusto. Barcellos (Orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 30. Grifo nosso.

América Latina no final de 1950, transpõe para a realidade do Continente americano, depois de findada a Segunda Guerra Mundial e com o início da Guerra Fria, o conflito que antes estava circunscrito como um conflito leste-oeste. Na ocasião, alegando possíveis “influências comunistas” em alguns países latino-americanos⁴, nos quais as contradições de classe estavam mais gritantes.

No entanto, a utilização do “perigo vermelho” como imagem na mente das burguesias locais serviu para legitimar as intervenções do imperialismo norte-americano em alguns governos importantes na América Latina. Assim, quando esses tentavam buscar saídas diferentes da subserviência dos ditames do modo de produção capitalista, como fomentação do processo interno de industrialização, nacionalizações das riquezas nacionais ou outras medidas que pudessem contrariar os lucros e exploração das riquezas do Continente americano, eram quase sempre atreladas ao comunismo. Era uma forma de garantir os interesses das classes dominantes autóctones e do governo norte-americano.

No momento em que as contradições de classe chegassem a um ponto extremo, em que reformas na estrutura do modo de produção capitalista parecessem não dar conta das reivindicações populares, a interferência, quer no âmbito político-econômico, quer na utilização do Estado como um braço repressor corporificado na Ditadura Civil-Militar⁵ fez-se

⁴ Na realidade, sobre esta questão, na Bolívia, no ano de 1952, ocorreu uma violenta insurreição para assegurar a eleição do Presidente Paz Estensoro. Seu governo se chocou diretamente contra os interesses do imperialismo norte-americano, implementando na estrutura da sociedade boliviana transformações revolucionárias, nacionalizantes, encaradas de forma “moderadas” naquele período. O que ocorreu, no final, foi um pacto de conciliação entre o governo boliviano e o governo dos EUA. Já que esse último exerceu enorme pressão sobre as políticas efetuadas pelo governo boliviano, como o boicote da compra de produção do gás natural e a imposição sobre outras potências, como a Inglaterra, para não desenvolverem relações econômicas e comerciais com a Bolívia. Com isso, tinha a intenção de desmoralizar o governo e substituí-lo de acordo com seus interesses. Essa política de estrangulamento da economia boliviana, em vista das nacionalizações que afetaram diretamente os interesses do governo norte-americano, serve de referência para a futura intervenção na Organização dos Estados Americanos (OEA), quando houve a expulsão de Cuba da mesma organização. A Guatemala também sofreu violento processo de transformação da estrutura política e econômica no ano de 1954, através das nacionalizações. Entretanto, nesse país, a justificativa para assegurar os interesses do imperialismo norte-americano veio atrelada à influência do comunismo, ou seja, o comunismo serviu de bode expiatório para a manutenção do *estatus quo*.

⁵ Partindo dos pressupostos de Gramsci sobre as formas civis e militares de organização do poder de classe, DREIFUSS descreveu, detalhadamente, as atividades das organizações empresariais IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e IBAD– Instituto Brasileiro de Ação Democrática, amparando-se em documentação que ele teria encontrado no Arquivo Nacional. O “complexo Ipes/Ibad” teria funcionado como um “Estado-Maior da burguesia multinacional-associada [que] desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder”. Para além de caracterizar a busca de liderança do processo político, a atuação dessas associações também indicou ao “bloco multinacional e associado” a necessidade de um golpe de Estado, já que tentativas anteriores de reforma dentro da lei haviam fracassado. Politicamente, às forças identificadas com os “interesses multinacionais e associados” faltava, “se não o apelo ideológico-programático, pelo menos a estrutura clientelista de apoio popular”. Daí a inevitabilidade do golpe, único caminho para que tais interesses assomassem ao poder. Dreifuss mostrou, em minúcias, que o “complexo Ipes/Ibad” atuava de maneira bastante variada, em diversas frentes de atuação, mobilizando equipes multifuncionais, espalhando-se virtualmente por todo o país e amparando-se em recursos e financiamentos razoavelmente abundantes. Tratava-se de uma ampla campanha de

valer presente. Dessa forma, assegurava os interesses políticos e econômicos exploratórios do capital.

Portanto, as inúmeras tentativas de redefinição das estratégias políticas e econômicas na América Latina, segundo a perspectiva desse trabalho, foram condicionadas através do tipo de relação histórica de dependência estrutural⁶ que se configurou no Continente americano. Assim, o conflito que parecia ser bipolar, ou seja, nas duas esferas de influência política trazida no bojo da Guerra Fria, pós 1945, passa a ser continental, de caráter norte-sul e não leste-oeste, como fora afirmado em algumas circunstâncias pelo governo norte-americano e também pelas classes dominantes locais.

Nessa conjuntura, o governo revolucionário cubano, em sua primeira fase, direcionava sua estratégia não muito diferente de alguns países da América Latina, assim como o Brasil, a Argentina, a Bolívia e a Guatemala na década de 1950.⁷

Os caminhos para a superação da amarras do subdesenvolvimento e da dependência vêm junto com o processo das nacionalizações de demandas importantes da sociedade cubana. Porém, o modo pelo qual acontece e se desenvolve esse processo radical, em Cuba, desvenda o papel decisivo que o imperialismo pode desempenhar tanto com sua eclosão como com seu aprofundamento.

Desse modo, a criação de um Estado socialista na América Latina, como ocorrera em Cuba, evidencia, tanto para governantes como para governados, inclusive para o governo dos Estados Unidos, os seguintes aspectos da realidade latino-americana: primeiro, mostra que o socialismo não é uma estratégia política de desenvolvimento econômico, social e cultural

desestabilização. In: DREIFUSS, René. A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 145-146, *Apud* FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. São Paulo: Revista Brasileira de História vol.24. n.47, 2004.

⁶ O conceito de dependência estrutural aqui utilizado não procura substituir o conceito de imperialismo, nem de julgar o problema da dependência como novidade. Até por que Lênin foi o grande precursor da teoria da dependência, nas primeiras décadas do século XX. O que é novo é o modo de encarar a problemática mais global do imperialismo. Em especial, a perspectiva teórica (e prática) através da qual as relações de tipo imperialista passam a serem examinadas também a partir do ponto de vista dos países subordinados. Portanto, o que se leva em conta são as manifestações econômicas, políticas, militares e culturais, no âmbito do país dependente. In: IANNI, Otávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 132.

⁷ Sobre esta questão, não se está afirmando que nesses países as estratégias utilizadas por estes governos eram iguais, mas ressaltando-se que, nas perspectivas desses, a saída para a superação da dependência em relação ao governo norte-americano perpassava pelas medidas nacionalizantes. Em alguns, essas reformas eram um pouco mais moderadas, como do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, ou como na Argentina, com o desarrollismo de Frondizi, que via na industrialização a chave para a superação da dependência. Já na Bolívia e na Guatemala, esse nacionalismo adquiriu uma conotação mais radical em relação a estes dois primeiros. Sobre o assunto, ver BOTEGA, Leonardo. **Brasil, Argentina e a questão cubana (1959-1964): quando a independência faz a união**. Santa Maria: MILA-UFSM, 2009. Dissertação de Mestrado em Integração Latino-Americana (MILA). E também, BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel, A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1998.

alheia à América Latina, isto é, fica claro que, também quanto a esse aspecto, os países do hemisfério participam da “civilização ocidental”. Afinal de contas, o socialismo, como teoria e prática, foi criado a partir do movimento real da luta de classes dentro deste mesmo modo de produção capitalista. Desde 1959, mais especificamente em abril de 1961, o socialismo passou a ser um elemento real nas relações interamericanas, “em vista da política traçada pelo governo norte-americano, que contribuiu e muito para que isso se efetivasse”. O fato foi encarado como possibilidade empírica que estava em processo de materialização no Continente e, que, portanto, também poderia se desenvolver-se nos demais países da América Latina.⁸

O segundo aspecto a ser observado com a formação de um Estado socialista na América Latina é a possibilidade de superação das contradições oriundas do modo de produção capitalista. Através do socialismo, vem à tona o grau de aprofundamento em que já haviam chegado às lutas de classes em certos países da América Latina. Os inúmeros programas de reformas socioeconômicas criados pelo governo norte-americano, como outros mecanismos de repressão utilizados para a “contenção do comunismo” deixam clara essa idéia.⁹ De fato, intensificava-se a continentalização dos interesses das classes dominantes pela América Latina.¹⁰

Conseqüentemente, em contrapartida, a Revolução Cubana foi fartamente noticiada e discutida, criticada pela imprensa nacional, amplamente debatida pelo movimento estudantil, citada, aplaudida e copiada pelos militantes dos movimentos de esquerda e rechaçada pela direita.¹¹

⁸ IANNI, 1974, op. cit., p.50. Grifo nosso.

⁹ Sobre estas questões, na dissertação, a mesma também faz referências a estas estratégias visualizadas pelo governo dos Estados Unidos para conter as premissas nacionalistas, “encaradas como socialistas”. Na realidade, num primeiro momento, nada mais foram do que desculpas para intervirem política e militarmente nos governos latino-americanos que se colocaram contra a política econômica norte-americana na América Latina. No que diz respeito a esses mecanismos, ver: Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), criado em 1947, na cidade do Rio de Janeiro; e na carta da OEA, aprovada na Conferência dos Estados Americanos, em maio de 1948, em Bogotá. Naturalmente, esses documentos foram revistos ou completados por outros acordos e tratados, em anos posteriores. Em situações críticas, a doutrina da interdependência e segurança hemisférica estipulada nesses documentos tem sido reinterpretada e aperfeiçoada, segundo os interesses das classes dominantes. Na realidade, são estratégias pós Segunda Guerra Mundial para a contenção da “ameaça comunista” a ser combatida na América Latina. Já em 1961, pelo viés político e econômico, a criação da Aliança para o Progresso na América Latina tinha como proposta conter a influência da primeira experiência revolucionária socialista realizada em Cuba em 1959, na América Latina.

¹⁰ Em relação à multiplicação de Conferências, acordos, tratados, organizações de cunho multilateral. Da mesma forma, vários golpes de Estado ocorridos na América Latina, antes de 1959, na Guatemala no ano de 1954, com a deposição de Jacob Arbenz, e depois de 1959. Pode-se afirmar com toda certeza que em quase todos os Golpes Civil-Militar que passam a ocorrer na América Latina a partir da Revolução Cubana faz-se referência contra a ameaça ao “inimigo externo”, que gera, ao mesmo tempo, o “inimigo interno”.

¹¹ WASSERMAN, Claudia. **A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira.** Artigo

Segundo Sader, há duas interpretações que podem ser utilizadas para a caracterização do processo revolucionário cubano. A primeira é que a Revolução e a tomada de poder por Fidel em oposição à ditadura de Batista, um movimento guerrilheiro que capitalizou o descontentamento do povo contra as condições de miséria, corrupção, falta de liberdade e dependência em relação aos EUA, instalando novo governo revolucionário nos primeiros dias de 1959.¹² Ou a Revolução seria uma continuidade das frustradas lutas de independência, iniciadas no século XIX, alavancando transformações radicais das estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas que fizeram de Cuba o primeiro país socialista da América Latina e do mundo Ocidental. Para Sader, esta última seria a visão preponderante.¹³

Já para Florestan Fernandes, a essência do processo revolucionário cubano não está em ter rompido com as práticas do neocolonialismo e da dominação imperialista, ou seja, na aparência, mas na construção de um caminho socialista futuro, mesmo que no início do processo revolucionário esta questão ainda não estivesse em curso.¹⁴ Para o autor, a Revolução iniciada em Cuba tinha por finalidade, num primeiro momento, alcançar a libertação nacional e democrática da ilha, e livrar a mesma, das amarras da ditadura e do imperialismo, mas que também era:

[...] Em um nível mais profundo e por isso menos visível, uma revolução proletária e socialista. Desse ângulo, o voluntarismo; dos revolucionários; inegável no plano ideológico e do pensamento político; constituía uma resposta às exigências e às potencialidades da situação histórica que a mesma acabou desencadeando.¹⁵

Se a Revolução Bolchevique na Rússia em outubro de 1917, foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo. Já que a mesma inaugurou uma nova era na História da humanidade, porque indicou o declínio inevitável da sociedade burguesa, e de sua razão histórica. O exemplo da Rússia demonstrava que o socialismo estava na ordem do dia, e que a condição de um nível avançado de cultura e, desenvolvimento como pressuposto inderrogável para uma nova sociedade, podia ser contornada pela vontade e capacidade organizativa das massas exploradas, guiadas por um partido autenticamente

que desenvolve uma análise sistemática sobre a vasta bibliografia brasileira referente ao processo revolucionário cubano.

¹² SADER, Emir. **A Revolução Cubana**. 3 ed. São Paulo, Editora Moderna, 1985, p. 85.

¹³ *Ibid*, p. 89.

¹⁴ FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 1979, p. 89.

¹⁵ *Ibid*, p. 32.

revolucionário¹⁶. Já na América Latina, nos últimos “50 anos”, não há figura política mais conhecida que Fidel Castro. Também não há acontecimento histórico mais controverso que consiga potencializar debates e profundas divergências na América Latina como o que acontece em torno do processo revolucionário cubano¹⁷.

Sobre os debates e as divergências que assolaram a maioria da esquerda nos países da América Latina, temos o exemplo clássico do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, e a Revolução Cubana ocorrida na América Latina em janeiro de 1959. Esta, pode ser compreendida como mais um dos inúmeros fatores que contribuíram para desnudar a profunda crise que se abatera no Movimento Comunista Internacional (MCI), em meados da década de 1950. Foi nesse panorama, com os vários acontecimentos do período, dentre eles, a perda do caráter monolítico do MCI, sobretudo a partir da cisão sino-soviética, que a Revolução Cubana aparece na cena mundial.

No Brasil, na metade da década de 1950, ocorreram embates políticos e ideológicos de esquerda, que também acabaram sendo influenciados pela crise dentro do MCI, corporificada no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ocorrido no ano de 1956. Nesse Congresso, definem-se os campos no terreno político fundamentalmente ideológico. Configura-se como uma guinada de 180° nos rumos seguidos pelo PCUS. Doutrinariamente, do marxismo-leninismo o que se passa a ocorrer dentro do MCI é o revisionismo contemporâneo.¹⁸ Na URSS, a corrente pequeno-burguesa, revisionista predominou no confronto ideológico, “assim como também no embate ocorrido no Brasil a partir das conseqüências trazidas durante o XX Congresso do PCUS”.¹⁹

O XX Congresso do PCUS, não esteve às alturas das exigências que lhe foram impostas naquele momento como organização leninista, fato que destaca sempre a necessidade do Partido proletário-revolucionário²⁰, aquele forjado por Lênin na gloriosa revolução de 1917 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.²¹

¹⁶ ARICÓ, José. **O marxismo latino-americano nos anos da III (IC)**. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **O marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo**. São Paulo. Ed. Paz e Terra, V. 8, 1989. p. 436.

¹⁷ PRADO, Maria Lígia Coelho. Prefácio, *apud* MISKULIN, Sílvia Cezar. **Cultura ilhada: Imprensa e revolução cubana (1959-1961)**. São Paulo, Xamã, 2003, p.11. Grifo nosso, no original é 40 anos.

¹⁸ AMAZONAS, João. **Os desafios do socialismo no século XXI**. Editora. Anita Garibaldi, 1999, p.72.

¹⁹ *Ibid*, p.72.

²⁰ Para Lênin, a idéia da construção desse partido não surge pronta e acabada. Envolve um processo de elaboração da experiência da luta de classes contra a burguesia, da aprendizagem da arte de comandar grandes massas em combates renhidos. Marx e Engels esboçaram de maneira geral a doutrina do Partido, indicaram seus traços essenciais. Tomaram parte da I Internacional que viveu a epopéia da Comuna de Paris. Mas foi Lênin que formulou e enriqueceu a teoria da construção revolucionária do Partido. Desde o fim do século passado, dedicou-se a edificar a organização revolucionária para pôr termo à dominação retrógrada dos czares e instaurar, na velha

Em relação à necessidade de um partido revolucionário e comunista para a vanguarda da luta de classes, que se contrapunha às mazelas causadas nos países dependentes pela exploração dos países capitalistas, essa questão pode ser considerada como pano de fundo para compreender também o porquê do processo revolucionário cubano causar tanto impacto na América Latina, divergindo das premissas clássicas marxistas apregoadas na concepção dos partidos comunistas da América Latina, em especial o PCB.

O certo foi que, digladiando-se entre o realismo e a utopia, a Revolução Cubana completou seu quinquagésimo aniversário em 01 de janeiro de 2009. Quando Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Raul Castro, Camilo Cienfuegos e outros tomaram a capital Havana, em janeiro de 1959, sem sombra de dúvidas a América Latina passava a viver um momento diferente em seu cenário político.²²

No entanto, tanto na História da América Latina, quanto na História Mundial do século XX, a Revolução Cubana constitui-se como um dos acontecimentos que pode ser considerado de muita importância no Continente americano. Não só pela imponência e capacidade de contestação frente ao imperialismo norte-americano, mas também pelos inúmeros projetos políticos e ideológicos originados, que haviam sido acordados para a região latino-americana, no Brasil pelo menos até o início da década de 1960. O modelo cubano de revolução, por meio da luta armada, foi um dos inúmeros outros que também serviu de referência de práxis histórico, “contrariando os PC’s do Continente” e indo de encontro a vários movimentos de esquerda em países do terceiro mundo que buscaram sua libertação do neocolonialismo.²³

Através do impacto trazido no bojo do processo revolucionário cubano, este irá transcender, sem sombra de dúvida, em muito seus limites territoriais, ressoando sobre sucessivas gerações de jovens, trabalhadores e intelectuais de várias partes do mundo, sobretudo da América Latina. Também contribuiu no cenário latino-americano, a partir da

Rússia, o regime mais avançado da nossa época – o socialismo. Ele criou a corrente bolchevique, leninista, que se consolidou na luta contra o oportunismo imperialista da II Internacional. A questão chave da construção partidária está na ideologia. Desde Marx e Engels assim o foi. De modo geral, não se trata de organizar um partido qualquer, à imagem e semelhança dos que existem no sistema da burguesia. Mas um partido baseado diretamente na luta da classe operária, embasado na compreensão do marxismo-leninismo, traído no Brasil a partir das novas configurações programáticas durante os debates causados no XX Congresso do PCUS. O proletariado, dizia Lênin, “deve aspirar a fundar partidos políticos independentes, cujo objetivo fundamental seja a conquista do poder político pelo proletariado com o fim de organizar a sociedade socialista”. In: AMAZONAS, 1999, op. cit., p. 68.

²¹Ibid, p. 74.

²² BOTEAGA, 2009, op. cit., p. 1.

²³ PRADO, Carlos Batista. **Cuba, Che Guevara e a “exportação” da Revolução pela América Latina**. In: **Revista História e Luta de Classes**. Marechal Cândido Rondon, Julho de 2007, Edição n. 4, ano. 3. Grifo Nosso.

década de 1960, para que se fomentassem novas abordagens em relação às premissas do marxismo-leninismo na realidade da América Latina e, também, nas novas estratégias a serem empregadas para a consecução do socialismo.

Essa transcendência, ou esses novos paradigmas incrustados na práxis revolucionária cubana, distinguiu sua essência devido ao rompimento das estratégias acordadas pelos partidos comunistas de influência pró-Moscou, ou moscovitas. Seria pertinente ressaltar também, que alguns partidos comunistas influenciados pela corrente marxista stalinista, como exemplo o PCB, não concordaram com a prática do governo cubano de incentivar na América Latina o desencadeamento da luta revolucionária para a chegada ao poder e, principalmente, em relação à transposição da etapa democrático-burguesa defendida pela esquerda na América Latina, em especial o PCB no Brasil, na década de 1950, passando direto para a via socialista.

Conforme AYERBE:

A opção pela violência revolucionária não se configurava de maneira consensual na esquerda latino-americana. Entre os opositoristas a essa fomentação da “exportação da revolução” para a América Latina, estavam os partidos comunistas vinculados a URSS, que viam a experiência de Cuba como expressão de uma realidade nacional específica.²⁴

Na realidade da conjuntura da sociedade brasileira na década de 1960, a Revolução Cubana acontece em um momento em que a temática do caráter da revolução está em pauta no debate político brasileiro, o que acabou contribuindo e potencializando as discussões a seu respeito. No Brasil, o encarregado de realizar essas discussões sobre o caráter da revolução, até o início da década de 1960, na América Latina, em especial no Brasil, era o PCB.²⁵ A partir da experiência da práxis revolucionária cubana, pela primeira vez, a idéia de revolução, que soava sempre tão distante para os latino-americanos (a exemplo das Revoluções Mexicana, Russa e Chinesa), passava a ser mais um dos temas de debate na atualidade.

Em meio ao ambiente de impasse econômico e de rearticulação política, o exemplo de Cuba coloca na agenda do dia importantes questões para esquerda comunista brasileira.

²⁴ AYERBE, Luiz Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 17.

²⁵ No Brasil, uma parte considerável de renomados intelectuais estava a discutir a possibilidade da construção de um novo país. As mudanças operadas na estrutura interna do PCB, e também em sua prática de atuação na sociedade brasileira, exigiam maior participação efetiva na sociedade, o aprofundamento sobre o conhecimento da realidade brasileira e a definição do projeto democrático-burguês, enquanto antiimperialista, antifeudal e possível de ser realizado pacificamente. Para o aprofundamento teórico sobre esta gama de intelectuais interessados a debater e construir novas alternativas para o país na década de 1950, no PCB, ver: SILVA, Ricardo Oliveira da. **A questão agrária brasileira em debate (1958-1964): as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães**. Dissertação de Mestrado, 2008, p.39. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), p. 50-56.

Dentre essas, a primeira é a que diz respeito à atualidade do socialismo nos países do Continente. Até os anos sessenta, a idéia hegemônica era a de que a revolução seria antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática, com a burguesia nacional desempenhando um papel revolucionário; a segunda é a de que a Revolução Cubana questionava a idéia que tomara força do comunismo internacional, sobretudo a partir de 1957, sobre as possibilidades da transição pacífica ao socialismo.

Por fim, a mesma foi dirigida por um movimento, o Movimento 26 de Julho (M 26), organizado por Fidel Castro, que subverteu a lógica de conduzir o processo revolucionário até então apregoada pelos partidos comunistas latino-americanos em relação à vanguarda. Mas antes, para uma melhor compreensão acerca das diferentes etapas as quais o marxismo irá sofrer na América Latina, parece razoável, elencar certas diferenciações em seus contextos específicos na realidade latino-americana.

Na América Latina, o leninismo se transformou na ideologia, não só dos que o recuperaram no interior do movimento socialista, a partir de então distinto das outras correntes socialistas, como também na ideologia de todas aquelas forças que surgiram da crise do pós-guerra com objetivos de transformação política e social. O leninismo apoiava-se fortemente na subjetividade da luta de classes, na energia e na criatividade das massas, na vontade de poder de um grupo solidamente estruturado, de cuja energia, audácia e organização dependia fundamentalmente sua possibilidade de tornar-se Estado. Num Continente desagregado e semicolonial, uma ideologia que tendia a situar a tudo no terreno da política e que inspirava uma experiência social com a grandeza da soviética não podia deixar de se transformar num componente forte de todas as agregações políticas de tipo socialista ou antiimperialista, nacional-revolucionária, que proliferaram no Continente americano nos anos 20 e 30 do século XX.²⁶

Entretanto, a América Latina, no que toca sua relação com o leninismo, pelo menos até 1926, teve um posto inteiramente secundário na estratégia do Comintern. No decorrer de sua viagem à União Soviética, em 1924, Haya de la Torre²⁷, constatou a ignorância quase completa dos dirigentes da Internacional com que teve contato a respeito da situação política e

²⁶ ARICÓ, 1989, ob. cit., p. 436.

²⁷ Fundador no México, da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), em 7 de março de 1924. Esta era uma organização que pretendia estender-se por todo Continente e, que inspirava-se num ideal “americanista” bastante genérico, sintetizado por Haya de la Torre em cinco pontos: luta contra o imperialismo estadunidense; unidade política da América Latina; nacionalização da terra e da indústria; internacionalização do Canal do Panamá; solidariedade com todos os povos do mundo e com todas as classes oprimidas.

social de nossos países²⁸. Não é possível analisar aqui os motivos de algo que foi quase uma cegueira; mas o que interessa observar é que, naqueles anos, não houve, nem por parte da Internacional nem dos latino-americanos, nenhuma tentativa séria de reflexão sobre as condições em que podia ser válida para aquela região, uma proposta genérica como aquela formulada no II e no IV Congressos da Internacional Comunista (IC.).

Quando, entre os quadros dirigentes, se fazia alusão aos problemas dos países coloniais ou semicoloniais, na realidade se fazia referência, sobretudo, às colônias francesas ou inglesas da Ásia e da África. O resto era confusamente assimilado à Índia, à Turquia, ao Egito, à Indonésia ou à China. E, embora durante o IV Congresso da IC, tenha sido aprovado um documento²⁹ dirigido especialmente “aos operários e aos camponeses da América do Sul”, em janeiro de 1923, a proposta de unidade entre o operariado e os camponeses, para uma política revolucionária, era concebida praticamente nos mesmos termos em que a situavam as nações européias. Portanto, é possível afirmar que até o IV Congresso da IC, em 1928, e mais claramente, até a primeira conferência dos partidos latino-americanos em 1929, a ausência de uma definição do Comintern criaram condições propícias para o desenvolvimento daquelas organizações comunistas que eram, mas sensíveis ao crescimento das lutas antiimperialistas.³⁰

Abriu-se, deste modo uma espécie de espaço indefinido, de vazio teórico, que, não obstante o sectarismo latente dos comunistas foi em parte preenchido pelo encontro de sua ação militante, com os movimentos revolucionários em expansão. Ao mesmo tempo, a ascensão da Revolução Chinesa, com seu forte componente camponês e antiimperialista, encontrava um eco inesperado entre os movimentos revolucionários latino-americanos. O exemplo da China ajudava a observar com novos olhos a singular experiência mexicana, inicialmente, subestimada como fenômeno de caos e atraso. Com a celeridade característica dos processos de difusão dos grandes eventos revolucionários, surgiu rapidamente a idéia segundo a qual os países latino-americanos, estavam maduros para um “via chinesa”³¹ que, na ausência de uma elaboração estratégica específica, aparecia como modelo.³²

²⁸ Cf. V. R. Haya de la Torre. **El antiimperialismo y el Apra (1935)**. In: **obras completas**, Lima 1976, V. 4, p. 96.

²⁹ Este documento pode ser encontrado em: LÖWY, Michael (org). **O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1999.p. 77.

³⁰ ARICÓ, 1989, ob. cit., p. 440.

³¹ Sobre a via chinesa, a estratégia era o esquema do bloco de quatro classes, unia: comunistas e setores revolucionários da pequena burguesia, o Guomindang, junto com organizações sindicais operárias e camponesas. Na América Latina, que teve perto da fusão de um grupo semelhante, foi Aliança Popular Revolucionário Americana (APRA). Só para lembrar, o APRA, foi um terreno de intensos debates, principalmente, quando se questionava, o conteúdo, o “caminho”, o exemplo a ser seguido pelas organizações de inspiração marxista na

Sobre as diferentes etapas que a releitura do marxismo sofre na conjuntura da América Latina, desde o início do século XX, podemos distinguir três períodos na história do marxismo latino-americano. Períodos esses que compreendidos acabam por especificar, genericamente, o porquê dos futuros embates durante as premissas que o marxismo adquire na realidade latino-americana:

I) um período revolucionário, dos anos 20 até meados dos anos 30, cuja expressão teórica mais profunda é a obra de Mariátegui, tendo como manifestação prática mais importante a insurreição salvadorenha de 1932. Nesse período, os marxistas tendiam a caracterizar a revolução latino-americana como, simultaneamente, socialista, democrática e antiimperialista.³³ Portanto, pode-se concluir que a rebelião de 1932 constitui um evento inteiramente novo e singular na história do comunismo latino-americano, por seu caráter de levante armado das massas, seu programa abertamente socialista e sua autonomia diante do Komintern;

II) o período stalinista, de meados da década de 1930 até 1959, durante o qual a interpretação soviética do marxismo se configurou no Continente americano como hegemônica. Esse momento é apoiado no referencial programático dos partidos comunistas latino-americanos, tendo como proposta política e ideológica a revolução por etapas, que afirmava que a revolução na América Latina, num primeiro momento, deveria passar pela etapa de caráter democrático-burguesa, para futuramente chegar à etapa do socialismo. Até o ano de 1936, o processo de stalinização dos partidos comunistas, que se desenvolvera de maneira desigual e contraditória desde final da década de 1920, estava praticamente cristalizado e completo.³⁴ O resultado desse processo foi à adoção da doutrina da revolução por etapas e do bloco de quatro classes (o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional) como fundamento da sua prática política, cujo objetivo era a concretização da etapa nacional-democrática (ou antiimperialista e antifeudal). Ressalta-se que essa foi uma doutrina elaborada por Stalin e aplicada na China, e, mais tarde,

América Latina. Sobre os embates, que ocorreram dentro da organização na polêmica inicial, se manifestaram diferenças de tom, mas principalmente de conteúdo entre duas personalidades marxistas, que mais que as outras, o enfrentaram. Brillhante, mas irônica e sectária, foi a resposta do cubano Julio Antonio Mella (1903-1929); nuançada e original foi a de Mariátegui, preocupado com o fato de que a inevitável ruptura com o líder aprista, Haya de la Torre, pudesse implicar o abandono da política do bloco social da classe operária com a pequena burguesia revolucionária. Para um melhor aprofundamento nessa questão ver: ARICÓ, 1989, op. cit., p. 445.

³² Ibid, p. 441.

³³ LÖWY, Michael (org). **O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 1999. p. 9-23.

³⁴ LÖWY, 1999, op. cit., p. 27.

generalizada para quase todos os países denominados coloniais ou semicoloniais, incluindo também a América Latina;

III) o novo período revolucionário, após a Revolução Cubana, que vê a ascensão, ou consolidação, de correntes radicais, cujos pontos de referência comuns são a natureza socialista da revolução e a legitimidade em certas situações, da deflagração da luta armada. E, cuja inspiração e símbolo, em grau elevado, foram Ernesto Che Guevara, com sua teoria do foco ou da guerra de guerrilhas.³⁵

Após a vitória da Revolução, em janeiro de 1959, os seus protagonistas³⁶ passaram a proclamar seu modelo válido para todo Continente americano, o que levou esse fato a representar um marco na história do socialismo e das lutas revolucionárias na América Latina.

Marco Aurélio Garcia³⁷ parece confirmar essa nova categoria de análise surgida na conjuntura da América Latina na década de 1960, pois afirma que a vitória da Revolução Cubana nesse pequeno país da América Central, causou grande debate, em vista dos novos paradigmas que passaram a ser rediscutidos no Continente americano. Ao comentar a trajetória do conceito de revolução no Brasil, este, visualiza no reflexo do processo revolucionário cubano o marco que delimitaria a passagem de um primeiro momento, marcado pelo impacto da Revolução Russa de 1917, que se estendera até fins dos anos cinquenta, para uma segunda fase, identificada pelo surgimento de novas organizações de esquerda influenciadas, em grande parte, pelos valores e pela teoria da Revolução Cubana.

Na teoria, o exemplo da Revolução Cubana, antes da implementação do Golpe Civil-Militar no Brasil, gerava discussões e embates políticos e estratégicos sobre a concepção da realidade da sociedade brasileira daquele momento. Por vários setores da esquerda, em especial pelo PCB, vislumbrava-se na realidade cubana um caminho a ser seguido, já que essa parecia confirmar as premissas apregoadas pelo PCB, acordadas através da revolução por etapas, em consonância com a III IC, fundada em 1919. Essa pregava para o Brasil e também para a América Latina a revolução democrático-burguesa, como fator condicionante da primeira fase da revolução, que procurava realizar a “revolução burguesa” no Brasil, pois a sociedade brasileira ainda apresentaria características feudais, ou semif feudais, no campo, entravando o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Os setores feudais

³⁵ Ibid, p. 10.

³⁶ Fidel Castro e Che Guevara, e também alguns documentos que podem ser apontados na mesma lógica. Dentre eles, A Segunda Declaração de Havana de 1962 e o próprio Documento construído e acordado na Conferência Latino Americana de Solidariedade, ou Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS, Havana, 1967).

³⁷ Como surge a esquerda armada brasileira. Em tempo, São Paulo, n. 81,13 a 19/09/1979. *Apud* SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Campinas, IFCH/UNICAMP, dezembro de 2005, p. 26. Tese Doutorado.

dominantes contariam com o forte aliado para manter o relativo atraso da economia, o imperialismo, a quem não interessaria o desenvolvimento autônomo da nação brasileira.³⁸

Dessa forma, a grande tarefa dos comunistas seria juntar suas forças às da burguesia nacional e de outros setores progressistas para levar a cabo a revolução democrático-burguesa no Brasil, e na América Latina, etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora.

Porém, para toda uma geração de revolucionários que iniciaria sua militância política nos anos de 1960, a Revolução Cubana colocou em xeque a orientação dos partidos comunistas. Estes, em sua maioria, lutavam, entre outras coisas, por uma revolução democrático-burguesa através de um caminho pacífico, com uma aliança importante com a burguesia nacional, tida como revolucionária, e com a presença fundamental de um partido comunista como angariador do processo revolucionário.

A Revolução Cubana, seja através de sua própria propaganda, ou das divergentes interpretações elaboradas acerca de suas características para a realidade latino-americana por grande parte da esquerda no Continente americano, surgiu aos olhos dessa nova geração de militantes como algo muito diferente da concepção clássica da esquerda comunista pró-Moscou no Continente.

Também existiam outras características do processo revolucionário cubano que, analisados durante o período, podem ser utilizados como ponta de lança para compreender o embate e a tensão entre a revolução em questão e os PC's do Continente.

I. Um chamado para a necessidade de um levante continental para evitar o cerco do imperialismo norte-americano; II. A natureza socialista da revolução no Continente; III. A luta armada com caminho necessário para o desencadeamento da revolução; IV. A liderança da revolução foi uma classe média, urbana e ilustrada; V. Uma aliança privilegiada entre estudantes e intelectuais com o campesinato (e não com o proletariado); VI. Os partidos comunistas deixam de ser instrumentos revolucionários.³⁹

Assim, tendo em vista o objetivo dessa dissertação, para efeito de aprofundamento, procura-se delimitar temporalmente a abordagem do assunto em meados dos anos de 1960, tomando como ponto de partida e referência o processo revolucionário cubano ocorrido na América Latina no final da década de 1950. A escolha desse recorte temporal ocorreu por ter sido enorme o impacto causado pela Revolução Cubana na América Latina, principalmente em relação ao rompimento das amarras do imperialismo norte-americano; também, pela

³⁸ RIDENDTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993, p. 25.

³⁹ Sobre estes postulados da Revolução Cubana, SALES, 2005, p.52, indica CASTAÑEDA, Jorge. **A utopia desarmada**. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

intenção de “exportar” sua práxis revolucionária pela América, causando um profundo embate na conjuntura partidária de inúmeros partidos comunistas da América Latina, em especial no PCB por quase toda a década de 1960.

A pesquisa se propõe a analisar como se deu historicamente a relação entre A Primeira Conferência Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), reunida em Havana, de 31 de julho a 10 de agosto de 1967 e o PCB, principalmente nas questões que tangem os projetos políticos, estratégicos e ideológicos para a América Latina.

Além disso, prima-se, aqui, por possibilitar uma contribuição acadêmica em nível de mestrado na área das relações internacionais, apresentando como eixo norteador e como proposta metodológica a realização da reflexão historiográfica comparada a partir dos métodos do materialismo histórico. Este, parte da realidade material do sujeito histórico, porque leva em conta o movimento histórico onde o sujeito está inserido sincrônica e diacronicamente, e dialético, porque parte do pressuposto de que nem a natureza nem a sociedade são fixas ou paradas, mas, estão em constante processo de mudanças (daí a necessidade do uso das categorias dialéticas: o todo e a parte, o particular e o universal, a aparência e a essência, o passado e o presente, o imperialismo e o antiimperialismo, o capitalismo e o anticapitalismo ou socialismo.

Sobre a relação entre os dois sujeitos envolvidos na pesquisa, a OLAS e o PCB, é preciso observar uma tônica, que passou a diferenciar as propostas políticas, ideológicas e estratégicas da práxis de orientação que norteiam os ideais para o processo revolucionário: era justamente a escolha das novas organizações revolucionárias clandestinas de esquerda, surgidas no Brasil, e também na América Latina, como no Uruguai, Chile, Argentina⁴⁰ e Bolívia, pelo caminho das armas. “Influenciadas”, por toda uma conjuntura desencadeada pelo Golpe Civil-Militar no Brasil, no plano interno, e também pelo exemplo da Revolução Cubana. Essa última, tendo como proposta a tomada do poder pelas armas, que ia contra os preceitos dos partidos comunistas latino-americanos. Em especial o PCB, que passa a enxergar na práxis revolucionária cubana uma ameaça à história desse mesmo partido e também a toda uma longa tradição partidária, pautada no comunismo soviético, fundado na III Internacional Comunista, em 1919, dois anos após o triunfo da Revolução Russa de 1917.

⁴⁰ No Brasil, houve uma série de organizações revolucionárias surgidas entre o final do ano de 1966 e início do ano de 1967. No Uruguai, como exemplo clássico, o Movimento de Libertação Nacional (Tupamaros); no Chile, o Movimento Esquerda Revolucionária (MIR); na Argentina, o Exército Revolucionário do Povo (ERP); na Bolívia, o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Quando a liderança soviética do movimento comunista internacional foi desafiada em 1960 pela China, em nome da revolução, para não falar das várias dissidências comunistas, os partidos moscovitas no Terceiro Mundo mantiveram sua política escolhida, de estudada moderação. O inimigo, segundo a concepção nesses países, não era o capitalismo, até onde esse existia, mas o pré-capitalismo, os interesses locais e o imperialismo (norte-americano) que os apoiavam.⁴¹

Nessa circunstância, o caminho a ser seguido e orientado para os partidos comunistas do “Terceiro Mundo”, de filiação moscovita não era a luta armada, mas uma ampla frente popular ou nacional da qual era aliada a burguesia “nacional” e a pequena-burguesia, o proletariado e os camponeses. Acreditava-se ainda nas instituições democráticas para realizar num primeiro momento as transformações políticas e sociais na América Latina, através da etapa nacional-burguesa.

A estratégia de Moscou para o Terceiro Mundo⁴² continuava sendo a linha do Comintern⁴³ da década de 1930, contra todas as denúncias de traição da causa da Revolução de Outubro. Essa estratégia, que enfurecia os que preferiam o caminho das armas, às vezes pareceu dar certo, como no Brasil, e na Indonésia no início da década de 1960, e no Chile em 1970⁴⁴. Talvez não surpreendentemente, quando chegou a esse ponto, foi esmagada pelos golpes civil-militares na América Latina. Perseguição, tortura e morte passaram a fazer parte

⁴¹ HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994, p. 424.

⁴² No VI Congresso da IC, em 1928, é que se esboça uma preocupação com os rumos da América Latina, em geral, e do Brasil em particular. Nesse momento, predomina a tática de “classe contra classe” e a oposição às forças sociais-democratas, denominadas de sociais-fascistas. Nesse período, os países da América Latina são vistos como “semicoloniais”. Então, a estratégia de luta deveria ser o da libertação nacional sob a direção da pequeno-burguesia ou da burguesia nacional. Em vista da ascensão do nazi-fascismo no poder, na Europa, as posições do komintern passam a mudar, devido à autoridade de Dimitrov e a posição política de alguns partidos comunistas, a exemplo da França. Nasce a tática da frente única contra os fascistas. Já no VII Congresso da IC, que ocorre em Moscou, entre 25 de julho e 21 de agosto de 1935, acaba consolidando-se aquela tática antifascista, além de se posicionar contra a guerra interimperialista. In: KONRAD, Diorge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUC-RS, 1994, p. 135-136. Dissertação de Mestrado.

⁴³ III IC dos trabalhadores, fundada em Moscou, em 1919.

⁴⁴ Este era um momento em que os países latino-americanos estavam dispostos a seguir um caminho de ruptura com o subdesenvolvimento, tendo por base a busca de uma maior autonomia política. Um momento em que a América Latina era uma região em transformação, na qual diferentes países buscavam diferentes caminhos para o desenvolvimento, dentre eles, o *desarrollismo* frondizista na Argentina, as reformas políticas e econômicas no Brasil e o socialismo em Cuba. No “Chile, a partir de 1970, com a eleição de Salvador Allende, a composição de governo também era de nítida influência socialista”. In: BOTEAGA, 2008, op. cit., p. 28. Grifo nosso.

Na Indonésia, no início da década de 1960, Sukarno, Presidente de viés nacionalista implementaria o que ele chamou de “socialismo à moda da Indonésia”, nacionalizando empresas estrangeiras. Em 1965, estima-se que cerca de um milhão e meio de comunistas, sindicalistas e camponeses foram assassinados em decorrência de um Golpe Civil-Militar apoiado pelo governo norte-americano, destruindo assim o terceiro maior Partido Comunista do mundo. Sobre a tensão dentro do Movimento Comunista Internacional (MCI), o Partido Comunista Indonésio optaria por uma maior aproximação com a China, diante do conflito com a URSS.

do cotidiano dos países latino-americanos, e milhares de estudantes, sindicalistas, intelectuais de esquerda, setores radicais progressistas da Igreja Católica ou exilaram-se em outros países, ou desapareceram “misteriosamente” na história.

Mediante essas reflexões, que denotam o profundo embate travado no Continente americano, - a partir de meados da década de 1960, entre a práxis do processo revolucionário cubano que se configurou naquele período contra as premissas dos partidos comunistas da América Latina, em especial o PCB, - “a história trata de seres capazes, por natureza, de fins conscientemente procurados.”⁴⁵ Nesse sentido, procuramos trabalhar a construção dessa dissertação em dois capítulos.

No primeiro, procuramos trabalhar com um conjunto de fatores históricos, políticos, sociais e econômicos que engendrados entre si, criaram condições favoráveis para o enfrentamento das idéias surgidas na América Latina e no Brasil a partir da década de 1960.

A idéia desta pesquisa, com a mesma perspectiva de Diorge Konrad, “não é desenvolver uma história total no sentido de soma de estruturas funcionais não contraditórias, equilibradas e limitadas⁴⁶, mas uma história em que a noção de dialética de totalidade estará implícita. Nem se fará uma história “política”, “muito menos micro-política” ou “social”, formas ainda restritas de se ver o todo, as quais, percebidas em suas partes como explicativas desse todo, têm servido para gerar falsas polêmicas na “comunidade de historiadores” em geral e na dos cientistas sociais em particular. Mesmo quando se faz história política, pressupõe-se que ela não é apenas história dos governos, mas se origina da luta política das classes e dos movimentos sócio-políticos; e quando se faz a história social, supõe-se que ela se relaciona com as formas de poder político, tanto na sociedade política (o Estado como centro de poder de classe) como na sociedade civil (os sindicatos, os partidos, etc., como instrumentos intermediários pela manutenção/conquista do poder).⁴⁷

⁴⁵ BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

⁴⁶ Neste ponto, a dissertação segue a indicação da tese de Diorge Konrad: “está implícita a crítica feita por Daivid Goddard à escola funcionalista da antropologia anglo-saxônica e sua incapacidade metodológica de explicar os conflitos sociais, por que se baseia em um conceito insatisfatório de estrutura, o que o autodenomina pseudo-estruturas, no qual “a estrutura foi identificada com a totalidade das relações sociais empiricamente dadas nas sociedades tribais”, em um “sistema fechado e estável, que tende para o equilíbrio”. Para Goddard, esse conceito é simples e não complexo, porque “relaciona-se de modo direto e virtualmente sem mediação da realidade empírica da vida social”, o que transforma em principal tema o problema da ordem social, nunca o conflito. Dessa forma, constrói-se conceitos nos quais as contradições sociais e políticas estão descartadas a priori. C f. “Antropologia: os limites do funcionalismo” In. BLACKBURN, Robin (Org). **Ideologia e ciência social**. Ensaios Críticos sobre a teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 57-58, especialmente p. 59. Citação retirada na íntegra. *Apud* KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004, p. 9. Tese de Doutorado

⁴⁷ Por outros caminhos, como indica Diorge Konrad, René Rémond aborda essa questão ao tratar a renovação da

Como indicou Eric Hobsbawm, as análises do poder não privilegiam unicamente o político, mas todas as suas formas espraiadas na sociedade⁴⁸, enquanto não ignora o centro em que se organiza e se estrutura o poder de Estado. Portanto, é uma história social sem deixar a política de fora, ou inversamente, uma história política sem excluir o social.

Assim, de acordo com Konrad, necessariamente, a abordagem de movimentos sócio-políticos implica compreender a articulação dialética da sociedade política com a sociedade civil, atravessadas por contradições, no sentido dado a elas por Gramsci, nas quais não existem apenas positivities ou negatividades em lados opostos, mas sim um terreno de luta dos movimentos e sujeitos históricos.

Dessa forma, no primeiro capítulo dessa dissertação, procuramos buscar na compreensão da gênese do processo revolucionário cubano, ocorrido em 1959, as estratégias de superação da histórica luta dos países da América Latina, tendo como proposta romper com suas relações de dependência frente à política implementada pelo imperialismo norte-americano no Continente. Em certos momentos, na conjuntura latino-americana, a luta travada no terreno das contradições trazidas pelo modo de produção capitalista na América Latina “parecia” estar ocorrendo em inúmeros países latino-americanos.

história política e da reivindicação da sua ampliação, quando afirma que ela deve tratar do poder (exercido numa sociedade global que dispõe da coerção, que define a regra com a lei e sanciona as infrações), mas também da conquista e da contestação desse poder e da relação do indivíduo com a sociedade global política (onde se estudam os comportamentos, as escolhas, as convicções, as lembranças, a memória e a cultura), sem ser um fato isolado, mas estando em relação com os grupos sociais e as tradições de pensamento. Portanto, esse autor trata a questão como sendo um grande campo em mutação. Ver **O retorno do político**. In: CHAVEAUA, Agnes; e TÉTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 58-9. Uma discussão importante sobre “a nova história política”, mas voltada para a temática do poder tanto na historiografia mais ampla como na brasileira, pode ser visto em FALCON, Francisco. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro F.; e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.), op. cit., p. 61-89. Sobre uma relação que mais tem ampliado os campos de possibilidade da “história social” ou “sociologia histórica” (para o autor não há distinção, o que cria uma problemática) Ver BURKE, Peter. **Sociologia e história**. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1980; especialmente o Cap. I. “A problemática de uma sociologia histórica” já foi apontada por Josef Fontana quando alertou: “Bom são os contatos interdisciplinares, porém devem fazer-se trabalhando a cada um com seu instrumental sem problema comum, não tentando hibridações impossíveis como a dessa história social que se quis construir sobre a base da teoria sociológica – uma “sociologia aplicada” (...) que não concluiu mais que ao ridículo e ao desastre”. Ver **História: análise do passado e do projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998, p. 117-8. Por isso, como afirmou Nilo Odália, citando a tradição de Georges Duby: “só a ciência é capaz de nos permitir ter uma visão do homem e de sua capacidade tão rico e integral quanto a sua vida real, como o homem é uma unidade de sua diversidade”. Cf. O saber e a história. Georges Duby e o pensamento historiográfico contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 11. *apud* KONRAD, 2004, op. cit., p. 10.

48 Segundo Konrad, Eric Hobsbawm expôs essa opinião na *Past Present*, edição nº 86 de fevereiro de 1980 (não de novembro de 1979, como afirma Maria Ribeiro), quando debatia com Lawrence Stone (que na época acreditava que “o retorno da narrativa” trazia consigo o retorno à história tradicional). Cf. *apud* Ribeiro, Maria Eurydice de Barros. A volta da história política e o retorno da narrativa histórica. In: **O saber e a história**. Georges Duby e o pensamento historiográfico contemporâneo, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 11, *apud* KONRAD, 2004, op. cit., p. 10.

As estratégias de alguns governos latino-americanos, na Bolívia, em 1952, na Guatemala em 1954, no Brasil de 1953-1954, e na Argentina, em 1954, através de medidas nacionalizantes nos anos que antecederam a Revolução Cubana de janeiro de 1959, foram utilizadas também como parâmetro de análise para o desencadeamento da Revolução em Cuba. Também para a disseminação de um “*corpus* ideológico”, que, pelo menos até meados da década de 1950, na América Latina, “parecia estar sob controle”, que era a ameaça comunista.

Nesses países, onde não se conseguiu forjar acordos com as burguesias locais, com exceção no caso boliviano, quase todos os governos de cunhos nacionalistas foram depostos através da clara influência do governo dos EUA, em consonância com as burguesias locais. Passou-se a utilizar a “tônica do comunismo” na região latino-americana como ponta de lança para cometerem arbitrariedades e legitimarem seus interesses políticos e econômicos na América Latina durante praticamente quase todo o século XX.

Enfim, procura-se reconstituir, no primeiro capítulo, parte da histórica luta do povo cubano na tentativa de romper com a política colonialista européia no final do século XIX, diante da coroa espanhola. A Revolução Cubana será abordada como uma luta anticolonialista, antiimperialista e anticapitalista. Antiimperialista porque colocou em cheque a política de subserviência dos governos latino-americanos, construída através de inúmeros aparatos como forma de legitimar a exploração não só das riquezas naturais, mas também da força de trabalho de nossa América. Anticapitalista porque mostrou naquele momento que as contradições próprias do sistema capitalista, a luta de classes, a mais-valia não encontram soluções na ordem social burguesa ou no modo de produção capitalista, mas sim no socialismo. Conceitos sobre a teoria do imperialismo, seus aparatos e como que o mesmo se constituiu historicamente na região latino-americana também foram utilizados como parâmetros na construção do texto.

O segundo capítulo propõe-se a elaborar uma discussão sobre o impacto das Teses da OLAS na América Latina e suas influências no Continente americano. Essas se diferenciavam muito das propostas dos partidos de esquerda na América Latina, no Brasil, e em especial do PCB. Também se trata de organizar uma discussão que se fez presente naquele período, durante a década de 1960, que era a delimitação de qual deveria ser o caráter da revolução na América Latina, no Brasil, as estratégias de luta a serem empregadas naquela conjuntura e, também, a necessidade de um partido de vanguarda comunista aos moldes do marxismo-leninismo.

CAPITULO I - HISTÓRIA DO IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial, ou como preferiria Marx; “a descoberta de jazidas de ouro e prata na América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento nas minas da população aborígine, o início da conquista e o saque das Índias Orientais, a transformação do Continente africano em terreno de caça de escravos negros; todos esses fatos assinalam a alvorada da era de produção capitalista”⁴⁹. Esses processos idílicos representam outros tantos fatores fundamentais no movimento da acumulação primitiva.

Segundo a *Dialética da dependência* de Rui Mauro Marini, acerca das especificidades da história da América Latina, o mesmo afirma:

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi à deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala⁵⁰.

Nessa lógica, o ingresso da América Latina no cenário internacional de relações com as metrópoles, durante seu “descobrimento”, acontecera como colônia de exploração e, também, como uma grande empresa exportadora dirigida e explorada de acordo com interesses externos ao Continente. Além dessa participação no aumento do fluxo de mercadorias, a América, acaba contribuindo para o desenvolvimento do modo de produção capitalista internacional, no processo denominado por Marx de acumulação primitiva do capital.⁵¹

⁴⁹Ver: **a origem do capitalismo industrial**. Tomo I, capítulo XXIV. In: **O capital de Karl Marx**.

⁵⁰ MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

⁵¹ Sobre o conceito de acumulação primitiva do capital, ver capítulo XXIV, A Chamada acumulação original da obra **O capital**. Nesta parte do tomo I, Marx discorre acerca dos fatores fundamentais que potencializaram a transição do modo de produção feudal para o capitalista. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal.

Para DOBB (1987, p. 188-189), a essência da acumulação primária consiste não simplesmente na transferência de propriedade de uma classe antiga para uma nova. Mesmo que isso acarretasse numa concentração de propriedade em poucas mãos, mas da transferência do patrimônio dos pequenos proprietários para a burguesia em ascensão, causando um “exército de força de trabalho em reserva”, e da pauperização conseqüente dos primeiros. Não bastava apenas o enriquecimento, esse tinha de vir acompanhado do desapossamento de pessoas, diversamente mais numerosas do que as que enriqueciam. As condições cruciais necessárias para tornar atraente o investimento na indústria em qualquer escala considerável não podiam estar presentes até que o processo de concentração progredisse o bastante para causar um desapossamento real dos proprietários anteriores e a criação de uma classe substancial de destituídos, “o futuro proletariado”. Em outras palavras, a primeira fase, de

A vasta abundância de matérias primas, metais preciosos e gêneros exóticos saqueados pelos europeus nos séculos XVI, XVII e XVIII permitiram o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, indispensável para o surgimento da grande indústria e potencializadora da Revolução Industrial na Inglaterra.

No curso dos três primeiros quartos do século XIX, e concomitantemente à afirmação definitiva do capitalismo industrial na Europa, sobretudo na Inglaterra, a região latino-americana é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte de produção manufatureira europeia. Neste caso, segundo Marini (2000), o fruto da dependência em relação aos produtos industrializados significou apenas mais dependência.

Nessa conjuntura de dependência da região latino-americana, fazia-se necessária uma ruptura com o monopólio colonial ibérico. Essa ruptura acabava se impondo como uma necessidade desencadeadora e potencializadora do processo de independência política, cujo ciclo praticamente conclui-se no final do primeiro quarto do século XIX, produzindo as fronteiras nacionais que, de modo geral, prevalece até hoje.

Diante das necessidades dos interesses das classes dominantes locais, interesses esses também no plano político e econômico, que passam a imperar nas primeiras duas décadas do século XIX, as regiões latino-americanas, em sua grande maioria, conquistaram, através de lutas memoráveis e de pactos de elites a emancipação do jugo colonial.

Despedaçaram os grilhões que os acorrentavam às decadentes metrópoles espanhola e portuguesa. Formavam-se, então, as nações latino-americanas que, no entanto, não estavam consolidadas. As guerras de independência, por uma contingência histórica, foram dirigidas pelos representantes mais destacados da burguesia comercial, dos grandes proprietários de terra e da intelectualidade liberal, inspirada nas idéias da Revolução Francesa e nos princípios que nortearam a independência dos Estados Unidos.⁵² Livres do jugo colonial, essas nações criaram as premissas para seu desenvolvimento independente. Usufruía, em determinado período, da soberania política.

acumulação – o crescimento da concentração da propriedade existente e o simultâneo desapossamento – era um mecanismo essencial para criar condições favoráveis à segunda fase, de acumulação primitiva. Através desta conjuntura histórica vivida na Europa, especialmente na Inglaterra, temos clara a compreensão de como a classe burguesa acabou se constituindo na Europa.

⁵² **Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina.** (Documento do Comitê Central do PCdoB, publicado em *A Classe Operária*, n. 22, de maio de 1968.

No entanto, os governantes da época, por sua condição de classe, não foram capazes de adotar medidas radicais que abrissem caminho ao progresso, mas seguiram uma orientação conservadora⁵³, pois toda a estrutura que antes era colonial, após a independência política, manteve as práticas políticas, econômicas e comerciais na América Latina.

O resultado da gigantesca batalha não foi o regime burguês capitalista em sua forma plena de desenvolvimento, foi sem dúvida um processo inverso do que ocorrera nos Estados Unidos, que rapidamente seria a mais dinâmica, potente e agressiva expressão do modo de produção capitalista, primeiro, e do imperialismo agressor e criminoso depois.

Deste modo, econômico e politicamente, aos países da América Latina foi destinado o papel de fornecedores de matérias-primas e de produtos agrícolas desde o início do processo de colonização.⁵⁴ Mesmo após a independência dos estados latino-americanos, no século XIX, podemos perceber que a grande maioria deles continuou a produzir praticamente os mesmos produtos da época colonial. Isto demonstra que, apesar da independência política, a dependência econômica ainda está muito atrelada a conjuntura política e econômica dos povos latino-americanos.

Para Theotonio dos Santos, em sua análise sobre a questão relacionada à teoria da dependência⁵⁵, trata-se do resultado do processo de discussão sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento. Segundo esse autor, o estudo do desenvolvimento do modo de produção capitalista nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo, e que este mesmo estudo do desenvolvimento de nossos países de origem dependente gerou a teoria da dependência. Porém, a maioria dos que a discutem simplesmente confundem-na com a teoria do imperialismo, quando na verdade ela é uma crítica a essa teoria, especialmente quando supõe a possibilidade de uma revolução nacional nos países periféricos com a participação ativa das diversas elites nacionais, a começar pela burguesia nacional.

A teoria da dependência, abordada, sob a ótica cepalina depois do Golpe Civil-Militar, e da associação da burguesia nacional aos Estados Unidos, que viabilizará esses golpes,

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Um dos únicos países da América Latina que compunha o cenário da região no século XIX, e que não era dependente das potências européias, como a Inglaterra, era o Paraguai. Esse era uma potência econômica na América do Sul. Para a Inglaterra, era fundamentalmente importante desfazer tal exemplo, que não deveria ser seguido pelos demais países latino-americanos, totalmente dependentes das relações comerciais e econômicas do império britânico. Evidentemente, essa elevação político-econômica independente paraguaia afetava os interesses europeus em solo latino-americano, especialmente britânicos, os quais visualizavam no crescimento e desenvolvimento do Paraguai ameaças a seus interesses na América do Sul. Era necessário para a Inglaterra manter seu sistema imperialista em andamento, assim como era necessário para o Paraguai procurar seu desenvolvimento. O final desta história, como já se tem conhecimento, é a guerra da Tríplice Aliança. Brasil, Argentina e Uruguai, lançam-se numa violenta e feroz guerra.

⁵⁵ LÖWI, 1999, op. cit., p. 378.

constituía-se essencialmente por uma crítica à forma dependente do modo de produção capitalista se manifestar na América Latina. Assim, a expressão “dependência”, na periferia, é a contrapartida da palavra do “imperialismo” no centro. Na verdade, a teoria da dependência só existe e se constitui enquanto novidade, porque se opôs à teoria do imperialismo.

Segundo essa teoria, ressalta-se que a causa do atraso dos países subdesenvolvidos não está apenas na exploração do centro imperial, mas também, senão principalmente, na incapacidade das classes locais, especificamente da burguesia, de serem nacionais. Ou seja, de pensarem e agirem de acordo com os interesses nacionais, não se podendo falar em uma revolução democrático-burguesa nacional.⁵⁶

Na teoria da dependência, estão presentes três versões: a teoria “original”, marxista, a teoria da dependência associada e a teoria nacional-dependente. A primeira nega a possibilidade da existência de uma burguesia nacional, afirmando que a alternativa para os trabalhadores ou para as esquerdas viria da luta em busca pelo socialismo. Nessa concepção de dependência, sua origem estaria ligada a um tipo de desenvolvimento “desigual e combinado”, na medida em que o subdesenvolvimento passa a ser caracterizado por desigualdades profundas, relacionadas com a superexploração da força de trabalho nos países dependentes.⁵⁷

A vertente da dependência associada deriva diretamente da escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), e é também apregoada nos moldes marxistas. Sua análise se configura como uma reação aos Golpes Civil-Militares no Cone Sul, no Brasil em 1964. Também desenvolve uma reflexão sobre o milagre econômico em 1968. Essa teoria ressalta que os países latino-americanos não podem contar com uma burguesia nacional, não lhes

⁵⁶ Nesse sentido, essa compreensão denota o porquê do embate desta teoria diante das teses do PCB para a conjuntura da realidade brasileira da década de 1950.

⁵⁷ Sobre a tese da superexploração da mais-valia, ocorrida nos países latino-americanos, a expansão imperialista da burguesia brasileira teria que se basear na contínua exploração da massa trabalhadora. Isso porque a necessidade de manter um nível de competição internacional acarretaria num alto índice de desemprego, salários baixos e força de trabalho disponível. Neste sentido, o imperialismo não teria outro objetivo senão o de subtrair uma parcela considerável da mais-valia produzida na América Latina, seja através de intercâmbio desigual, seja através das remessas de lucros feitas pelas empresas estrangeiras aqui sediadas. Para compensar-se dessas perdas, as classes dominantes locais procurariam espremer ao máximo os trabalhadores periféricos, tentando subtrair-lhes crescentes quantidades de trabalho por meio da superexploração. E constitui-se “assim o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidade de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial”. Este processo, em contrapartida, abriria possibilidades de surgimento de movimentos revolucionários nos países periféricos. Isso porque a contradição provocada por este desenvolvimento capitalista de sustentação do imperialismo, através da concentração de riqueza, gerava, por outro lado, uma restrição cada vez maior da possibilidade de criar um mercado interno, aumentando incessantemente o exército industrial de reservas e, assim, a pauperização da classe operária latino-americana. In: MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p. 262

restando assim, outro caminho, a não ser de sócios ao modo de produção capitalista dominante, e de aproveitar as fissuras que esse oferece para que a América Latina se desenvolva como modelo, e como sistema capitalista nacional adotado e dependente.

A versão do desenvolvimento nacional-dependente, embora tenha diversos pontos em comum com a da dependência associada, distingue-se dela por negar a premissa principal: a impossibilidade de existir uma burguesia nacional ou, mais amplamente, de classes nacionais.

Nas três vertentes da teoria da dependência, a tendência das classes locais em associarem-se ao imperialismo estava presente. Entretanto, enquanto no caso da versão da superexploração imperialista, o desenvolvimento é impossível, na vertente da dependência associada só é possível de forma subordinada ou associada a um modo de produção capitalista dependente. Já na perspectiva nacional-dependente o desenvolvimento é possível porque existe sempre a possibilidade de os empresários e os intelectuais voltarem a se associar aos trabalhadores e aos técnicos do governo em torno de questões e de uma estratégia nacional.⁵⁸

De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob exploração dos países dominantes. Portanto, a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e o limita em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial.

Portanto, ao longo do século XX, a América Latina historicamente constituiu-se como uma região de forte influência dos Estados Unidos.⁵⁹ Qualquer problema que venha a acontecer com os países latino-americanos, interessa, particularmente, aos Estados Unidos em menor ou maior grau. Considera-se a América Latina como área vital de seus interesses econômicos, políticos e estratégicos. Também se pode dizer, com toda certeza, que todas as intervenções feitas em solo latino-americano sempre tiveram como ponta de lança proteger investimentos norte-americanos, além de evitar intromissão de potências européias e manter a estabilidade dos governos, naturalmente pró-EUA.

⁵⁸ In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência**. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan. 2005, p. 217-218.

⁵⁹ Sobre esta questão, temos claras no continente americano às premissas messiânicas de caráter nacional, que acentuava no seu povo a crença de ser ele o eleito por Deus. Essa concepção gerou o Destino Manifesto dos Estados Unidos, que consistia em expandir suas fronteiras até o litoral do Pacífico e, passando pelo Havaí, projetar-se sobre a Ásia entorpecida. Essa política, expansionista e anexionista, passava pela conquista da Califórnia e da vasta área entre ela e o Texas, chamada Novo México. E a oportunidade surgiu quando, a pretexto de uma disputa em relação à fronteira do Texas, os EUA, sob o governo do presidente James K. Polk, entraram em guerra contra o México, que, uma vez derrotado, teve de ceder-lhes, ao assinar, em 1844, o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, todo aquele território, com um total de 2,4 milhões de quilômetros quadrados, onde ricas jazidas de ouro foram descobertas, In: BANDEIRA, 1998, ob. cit., p. 16-17.

As inúmeras intervenções, com a Doutrina Monroe, acentuam-se e definem-se através de doutrinas da fruta madura e do destino manifesto, com o despojo de mais da metade do território do México, a imposição de Cuba, a Emenda Platt e o arrendamento do território ocupado pela base naval de Guantánamo, a vergonhosa ocupação de Porto Rico, as sujas manobras em torno do controle do canal do Panamá, o cínico Corolário Roosevelt, os empréstimos leoninos, as descaradas intervenções na Nicarágua, no Panamá, no México, no Haiti, na Colômbia, na Guatemala e em São Domingos, e a criação em Bogotá, no ano de 1947, da autodenominada Organização dos Estados Americanos (OEA), mera cobertura da velha e desacreditada União Pan-Americana, cujos turvos desígnios já tinham sido denunciados e combatidos por José Martí. Esse percebeu, antes de ninguém, com genial visão política, o fenômeno imperialista engendrado nos Estados Unidos, chamando-o pelo seu nome em carta a Manuel Mercado⁶⁰, escrita às vésperas de sua morte heróica contra o colonialismo espanhol em quase pleno século XX.

Pode-se afirmar que as políticas intervencionistas norte-americanas basearam-se em dispositivos pseudo-jurídicos estabelecidos na OEA pelo imperialismo ianque para legitimar sua expansão econômica, seu domínio político e as agressões militares na América Latina. Completam-se com o chamado Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca⁶¹, órgão de aplicação de sua política repressiva para todo o Continente. Assegurando, assim, seus grandes investimentos na América Latina pela diplomacia do dólar, através de acordos amarrados com as elites locais, pró-EUA, ou pela “diplomacia” das armas, que se figurava com um nacionalismo de vertente “radical”, na maioria das vezes taxados de ideais comunistas.

No entanto, a coroação da política imperialista norte-americana ocorreu quando esse decidiu transformar a IXª Conferência Interamericana, realizada em Bogotá, em uma reunião que lançou as bases da OEA. Essa Conferência tratava de regulamentar a Pax Americana,

⁶⁰ José Martí havia vivido nos Estados Unidos desde 1880, e, detectando com clareza a iminência da agressão imperialista, escreveu a seu amigo mexicano, Manuel Mercado em 18 de maio de 1885 às vésperas do combate final que lhe tiraria a vida. Na carta dizia que sua intenção era impedir a tempo, com a independência de Cuba, “que os EUA se alastrem pelas Antilhas e se abatam, com essa força a mais, sobre nossas terras americanas [...] impedir que em Cuba se abra, pelo conluio entre imperialistas de lá e os espanhóis, o caminho que se deve obstruir, e que com nosso sangue estamos barrando, da anexação dos povos de nossa América ao norte agitado e brutal ao norte agitado e brutal que os despreza [...]. Vivi no interior do monstro, e conheço-lhe as entranhas; minha funda é a de Davi”. In: RETAMAR, Roberto F. **Caliban e outros ensaios**. Prefácio de Darcy Ribeiro, p. 66. Publicado no Brasil em 1988.

⁶¹ O TIAR constituiu-se como parte do Sistema Interamericano, cuja filosofia é contemporânea da Guerra-Fria, e tratava de “em nome da solidariedade geográfica” proteger o Continente contra o comunismo, utilizando para isso dois instrumentos diplomáticos, um militar e outro político. O instrumento diplomático de cunho político foi a Carta da Organização dos Estados Americanos, assinada em Bogotá em maio de 1948, com dois objetivos: a solução pacífica das divergências regionais e a segurança coletiva. Já o instrumento militar era o próprio TIAR. In: ROUQUIÉ, Alan. **O Extremo-Occidente: a introdução à América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1991, p. 319, *apud* BOTEGA, 2009, op. cit., p. 10.

mostrando aos vinte países signatários da Carta de Bogotá a insignificância de suas desavenças fronteiriças e das suas rivalidades provincianas perante uma ameaça maior que era a expansão da União Soviética no cenário externo e da presença dos partidos comunistas no plano interno.⁶²

Como podemos observar, uma parte importante da história dos países da América Latina, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, tem sido a história da luta para romper totalmente ou reformular as condições de dependência em que eles se encontram em face da política adotada pelo governo norte-americano em nossa América. Na maior parte dos casos, essa dependência configura-se no plano econômico, e, em alguns casos, é também política. Entretanto, em quase todos, a dependência militar é grande ou total. Na totalidade do processo, a maior parte dos países que compõem a região denominada América Latina tem vivido uma situação típica de dependência histórico-estrutural:

O poderio econômico, militar e político dos Estados Unidos tem sido o fator determinante das relações interamericanas no passado século XX. Portanto, compreensivelmente o nacionalismo latino-americano dirige-se principalmente contra o super-poderoso vizinho. Ao procurar reduzir a dominação norte-americana, os países da América Latina têm, em princípio, dois caminhos principais: *formar uma frente comum entre eles, ou obter apoio fora do Hemisfério Ocidental*. Até agora têm sido limitados os resultados obtidos nos dois sentidos. Quanto ao primeiro, têm havido seríssimos obstáculos à realização da unidade, embora o poderio combinado de todos os países da América Latina não pudesse ser comparado ao dos Estados Unidos nem em futuro previsível. Quanto ao segundo, a política dos Estados Unidos – estreitamente associada à famosa Doutrina Monroe – tem sido consistentemente orientada no sentido de evitar qualquer influência extraterritorial que possa ameaçar a sua hegemonia. Neste século XX, tanto as potências extracontinentais como as organizações internacionais têm sido extremamente cuidadosas em desafiar os Estados Unidos em seu “próprio Hemisfério”. Assim, os Estados Unidos têm podido incentivar um sistema interamericano bastante isolado do sistema mundial de relações internacionais, evitando que potências interferissem em assuntos americanos. Os latino-americanos têm tido pouco sucesso na utilização do sistema interamericano para influenciar, de modo combinado, as políticas dos Estados Unidos.⁶³

Como estratégia de contraposição a essa política intervencionista na região latino-americana por parte dos EUA, a partir da década de 1950. Começa, então a ocorrer um forte direcionamento de sua política interna econômica voltada para a superação da condição de dependência estrutural, que se constituiu na América Latina diante dos interesses do

⁶² LINK, Artur. **História Moderna dos Estados Unidos**, Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1965. Apud: SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos e América Latina da Doutrina Monroe à Alca**. Porto Alegre: Editora Leitora XXI, 1984, p.73.

⁶³ CORNELL-SMITH, Gordon. **Inter-American Relations in the 1970. 1971**, apud IANNI, 1974, op. cit., p. 30-31.

imperialismo norte-americano, quando o desejo de um desenvolvimento autônomo parecia se expandir pelo conjunto dos países da região. O nacionalismo nos países da América Latina, com efeito, desenvolveu-se em oposição, fundamentalmente, aos interesses do imperialismo norte-americano, para os quais, desde os primórdios do século XIX, a expansão de seus interesses econômicos na América Latina não respeitara qualquer fronteira.

Não obstante, o Presidente Roosevelt, por volta de 1944, após a Segunda Guerra Mundial, ao induzir os países da América Central e do Sul a estabelecer regime democrático, não tinha como preocupação defender as liberdades políticas na América Latina. Mas assegurar um clima favorável aos seus negócios e investimentos privados, bem como o acesso às fontes de matérias primas, sobretudo petróleo.⁶⁴

A modalidade de suas relações com os países do Continente americano não se distinguiu da modalidade que caracterizou as relações dos grandes impérios com suas “colônias”. Assim, o tipo de nacionalismo latino-americano que se desenvolve, tanto na Argentina com no Brasil, na Bolívia ou em qualquer outro país do Hemisfério, acusado de constituir uma variante latino-americana do “nazi-fascismo” e servir às potências do Eixo, antes e durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), assumiu, no contexto da confrontação bipolar do poder internacional que caracterizou a Guerra Fria, um caráter cada vez mais à esquerda.

Na medida em que se contrapôs à hegemonia dos EUA, o nacionalismo latino-americano obstaculizou as políticas liberais de livre circulação de mercadorias e capitais, a conversibilidade monetária e multilateralidade no comércio, que o governo norte-americano tratava de disseminar, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a fim de expandir seus interesses econômicos. Então, esse nacionalismo passou a ser identificado, já no início da década de 1950, com o comunismo.⁶⁵

Juan Domingo Perón (Argentina), Getúlio Vargas (Brasil), Jacobo Arbenz Guzmán (Guatemala) e os revolucionários bolivianos de 1952 deram até a metade da década de 1950 uma pequena amostra deste desejo representado por uma nova fase do nacionalismo latino-americano.⁶⁶

Sobre essa questão, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em memorando ao Presidente da República sobre a revolução boliviana de 1952, observou então que “o

⁶⁴ BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 638.

⁶⁵ Ibid, p. 639.

⁶⁶ BOTEGA, 2009, op. cit., p. 2.

acontecimento em La Paz transcende o caráter de uma simples revolução sul-americana, de estilo Clássico, para assumir contornos de um movimento de tendência nitidamente doutrinária, uma vez que se defrontam teses da esquerda e da direita, se é que essas posições se extremam e não se confundem, tal é a semelhança por vezes entre ambas”.⁶⁷

Também na Guatemala, àquele mesmo tempo, surgem motivos de preocupação, pois os EUA alegavam que a URSS ali tentava exercer influência e promover a infiltração do comunismo. Entretanto, o embaixador do Brasil naquele país, Carlos da Silveira Martins Ramos, informou ao Itamaraty que “em Guatemala não há comunismo. Há comunistas, como em todas as partes do mundo, mas em número insignificante, sobretudo se comparamos com os que existem no Brasil, Chile, Cuba, até nos EUA (...)”.⁶⁸

Naquela conjuntura, em que a Guerra Fria se intensificava, os EUA, durante a década de 1950, arremeteram contra os governos em vários países do “Terceiro Mundo”, utilizando a CIA como eficiente empresário de golpes de Estado e subversão.

No Irã, em 19 de agosto de 1953, os serviços secretos dos EUA e Grã-Bretanha patrocinaram um golpe de Estado que depôs o I Ministro Mohamed Mossadegh, do Irã, por ter nacionalizado as reservas de petróleo em seu país.⁶⁹ O secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, em 10 de junho de 1954, exortou a OEA a “ajudar o povo da Guatemala a livrar-se da maligna força do comunismo”⁷⁰, falando à Convenção International do Rotery Club. E, na semana seguinte, mercenários, aliciados pela CIA, invadiram aquele país, forçando o presidente Jacob Arbenz a renunciar, a 28 de junho, em meio a um golpe de Estado comandado pelo próprio embaixador norte-americano, John Peurifoy.

No Brasil, Getúlio Vargas, para não ter que renunciar ou ser deposto, suicidou-se, em 24 de agosto de 1954, denunciando a “campanha subterrânea” dos grupos internacionais, que se aliaram à burguesia nacional “revoltados contra o regime de garantia do trabalho” e a “violenta repressão” sobre a economia brasileira. Na Argentina, Perón não resistiu no governo mais do que um ano. Apesar de, com a política de abertura ao capital estrangeiro, conseguir desacelerar a inflação, reerguer o salário real e, com a melhoria da balança de pagamento, estimular as atividades econômicas, a situação política na Argentina se

⁶⁷ BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 639.

⁶⁸ Ofício nº. 221, secreto, embaixador Carlos da Silveira Martins Ramos ao chanceler Raul Fernandez, Guatemala, 26/08/1950, AHMR-B MDB, secretos, A-K, Ofícios recebidos, 1950-57 *Apud* BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 639.

⁶⁹ ARBEX Jr, José. **A afirmação da soberania nacional**. Artigo publicado na Edição especial de *Caros amigos*, São Paulo: Ed. Casa Amarela, n. 21, agosto de 2004. p. 21.

⁷⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11.06.1964, *apud* BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 640.

deteriorava a tal ponto que, em 19 de setembro de 1955, ele teve que renunciar à presidência da República e refugiar-se na canhoneira Paraguai, após quatro dias de sangrenta rebelião conjunta da Marinha e do Exército.⁷¹

Conseqüentemente, na América Latina, em finais da década de 1950, aguçaram-se em inúmeros países sentimentos anti-EUA, e Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil, bem como as correntes nacionalistas de seu governo, perceberam que havia “se tornado extremamente difícil para um país subdesenvolvido acelerar seu processo de crescimento através dos métodos clássicos da ótica liberal” e que a indiferença dos países do Ocidente diante dos problemas da América Latina poderia contribuir “fortemente para aumentar a descrença nas formas democráticas de governo e estimular o recurso a soluções socializantes”.⁷²

Concomitantemente à exacerbação dos sentimentos contrários aos norte-americanos que começaram a espalhar-se pelo Continente americano, a Revolução em Cuba triunfou. A conjuntura de submissão aos ditames da política dos EUA na América Latina passa a se alterar com a vitória da Revolução Cubana ocorrida em 1º de janeiro de 1959. Essa se origina no contexto de uma correlação de forças em nível mundial que foi se alterando a favor do chamado “campo socialista” e dos movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo⁷³, produto da segunda onda revolucionária mundial que surgiu como conseqüência da Segunda Guerra Mundial.⁷⁴

Os movimentos revolucionários desta onda apóiam-se na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que sai da guerra transformada na segunda maior potência

⁷¹Ibid, p. 640.

⁷² Instruções à delegação do Brasil ao Comitê dos 21 – Setor Econômico, minuta, s/d. 960.3 – Pan-Americanismo – A – B. AMRE-B. *Apud* BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 641.

⁷³A expressão Terceiro Mundo surgiu pela primeira vez em 1956, no trabalho *O Terceiro Mundo: desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de A. Sauvy. De uma perspectiva política, a maior parte dos países que o formam, grande parte pertencentes ao bloco afro-asiático, tiveram acesso à independência após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, quase todos continuam a manter uma relação de dependência econômica com as suas antigas metrópoles e com os países desenvolvidos. Geralmente, consideram-se inseridos no Terceiro Mundo todos os países da América (exceto Estados Unidos e o Canadá) a totalidade da África e da Ásia (exceto Austrália e a Nova Zelândia). Alguns autores entendem também que o intercâmbio entre os países subdesenvolvidos e os países do Terceiro Mundo é um “intercâmbio desigual”; os países industrializados, ao venderem os seus produtos aos países subdesenvolvidos e ao se abastecerem nestes de matérias primas, fazem-no vendendo as suas mercadorias acima do valor real e obtendo em troca produtos inferiores ao seu valor; ou seja, estabelece-se uma transferência de valor dos países economicamente atrasados para os países desenvolvidos, transferência essa que tem sua origem na disparidade de salários reais que vigoram nuns e noutros países (Dicionário Enciclopédico Salvat Universal, 1976, p. 320.) *apud* HERNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível. A Esquerda no Limiar do Século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 33.

⁷⁴ A segunda onda da revolução mundial surgiu da Segunda Guerra Mundial, do mesmo modo que a primeira tinha nascido da Primeira Guerra Mundial, embora de uma forma totalmente diferente. Na segunda ocasião, foi a participação na guerra e não a sua rejeição que levou a revolução ao poder In: HOBBSBAWN, Eric, 1994, op. cit., p. 424.

mundial, e depois nos países do Leste Europeu que vão sendo libertados do jugo nazista e passam a aderir ao Socialismo.

Em Cuba, num processo democrático radical de derrubada de uma das piores ditaduras latino-americanas, a de Fulgêncio Batista (1952), e com a implantação de um programa de democratização ampla, a sociedade foi enfrentando a resistência das grandes empresas norte-americanas e dos setores da burguesia autóctone ligados a elas. E, também, do próprio governo dos Estados Unidos no plano externo. Através da implementação radical das medidas democráticas na estrutura política e econômica de governo em Cuba, essas foram cada vez mais atacando em suas bases o modo de produção capitalista dependente cubano no plano interno e os vínculos com o sistema imperialista implementado e dirigido pelos norte-americanos.

Há também que se ressaltar que, com a vitória da guerra de guerrilhas levada a cabo pelos revolucionários do movimento 26 de julho, nome este dado à guerrilha de Fidel Castro, pulveriza-se pela América Latina inúmeros movimentos guerrilheiros pautados na luta armada para a tomada de poder e consecução do processo revolucionário em marcha na região.

O terceiro mundo, a América Latina, agora se tornava pilar central da esperança e fé dos que ainda acreditavam na revolução social. Representava a grande maioria dos seres humanos. Parecia um vulcão global prestes a entrar em erupção, um campo sísmico cujos tremores anunciavam os grandes terremotos futuros.⁷⁵ E o que impressionava tanto os adversários da revolução era que, após 1945, a forma básica de luta revolucionária no Terceiro Mundo, na América Latina em especial, materializava-se pautada na guerra de guerrilha.⁷⁶

Por fim, os novos grupos revolucionários latino-americanos, surgidos do interior dos antigos representantes da esquerda clássica no Brasil, compostas majoritariamente por estudantes e intelectuais, afastaram-se dos moderadíssimos partidos comunistas locais, profundamente abalados e divididos pelo conflito ideológico entre a URSS e a China. Aderiram, condicionados por toda uma conjuntura no plano interno, as propostas da tomada do poder pela via armada, seja pela vertente castro-guevarista ou pela via chinesa de tomada do poder da cidade pelo campo, a luta popular e prolongada. Em relação, a vertente cubana, a evidência exposta é demonstrada pela experiência do processo revolucionário cubano, que indicava um grupo de revolucionários determinados e disciplinados poderia deflagrar a luta

⁷⁵ Ibid, p. 424.

⁷⁶ Ibid, p. 425.

insurrecional. Estabelecido o “foco armado” num ponto qualquer do país, o seu “exemplo heróico” poderia incendiar os ânimos das massas e iniciar a revolução.

Assim, diante da crise política⁷⁷ causada na nova esquerda no Brasil, a partir do Golpe Civil-Militar desferido em abril de 1964, novas estratégias de combate ao imperialismo, a Ditadura, no calor do debate tiveram de ser redefinidos, assuntos como o caráter da revolução na América Latina, no Brasil⁷⁸, as formas como se chegar à revolução, através da via armada, ou da etapa democrático-burguesa, já faziam parte do cotidiano das discussões que se abatera no seio da esquerda brasileira no Continente americano, antes mesmo da vitória da Revolução Cubana. O fracasso das esquerdas em 1964, segundo Ridenti, (1993, op. cit., p.41.), fora atribuído pelas organizações e partidos dissidentes aos erros da vanguarda, principalmente do PCB, mas também de grupos menores como a Ação Popular (AP), a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária ORM (POLOP)⁷⁹, e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), além da inação das lideranças populistas e nacionalistas, que não teriam sabido como reagir ao Golpe “contra-revolucionário de abril de 1964”.⁸⁰

⁷⁷ O Golpe contra-revolucionário Civil-Militar de 1964, não significou apenas um trauma e a desmobilização de todo o sistema de forças populares acumulado desde o pós-guerra e em processos diferenciados de radicalização na conjuntura dos inícios dos anos 1960. Havia no pós-64, de fato, uma crise de sentido da cultura hegemônica da esquerda brasileira, em particular de seu pólo dominante, o PCB. Esta crise de sentido se expressava através de uma forma radical, principalmente, quando esta vinha relacionada ao questionamento da *teoria da revolução brasileira*, proposta nas teses centrais do Partido. Assim, a contra-revolução de abril de 1964, no Brasil, representou um momento de inflexão para as esquerdas brasileiras, sobretudo para os comunistas, causando um amplo debate entre as organizações sobre as causas da derrota do movimento popular e, principalmente, o caminho que deveria ser seguido na nova situação política aberta com a chegada dos generais ao poder. Nesse momento, é de se destacar que praticamente todas as organizações comunistas que existiam no período anterior a 1964 sofreram cisões a partir de discussões em torno do tema da definição de uma nova estratégia política. In: SALES, Jean Rodrigues. **A revolução cubana, as esquerdas brasileiras e a luta contra a ditadura militar nos anos 1960 e 1970**. Simpósio: HIST/RI – 2 **La historia reciente en Latino-América: encrucijadas y perspectivas**. p. 6.

⁷⁸ Uma gama de livros passam a serem publicados entre a década de 50-60 no Brasil. Esses, abordavam questões sobre o caráter da revolução brasileira. Sobre o assunto SALES, 2005, (ob. cit., p. 26), indica como referência: GARCIA, Marco A. **As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias**. In: ARAÚJO, Ângela (Org.). **Trabalho, cultura e cidadania**, São Paulo: Scritta, 1997. SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1958; OLIVEIRA, Franklin de. **Revolução e contra revolução no Brasil**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O caminho da revolução brasileira**, Rio de Janeiro: Melso, 1962; PERI, Marcos. **Perspectiva da revolução brasileira – para onde vai o proletariado brasileiro? Reforma ou revolução?** [s.l.], Autores Reunidos, 1962; IANNE, Octávio. **Política e revolução social no Brasil**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; PRADO JR, Caio **A revolução Brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1965. GARCIA, Marco Aurélio. **Como surge a esquerda armada brasileira, Em Tempo**, São Paulo, 13 a 19/09/1979, n. 81.

⁷⁹ A grande contribuição teórica da POLOP foi à análise inovadora da sociedade brasileira, e por conseqüência sua estratégia política, que se afastava das idéias do PCB e do outras organizações políticas surgidas no pré-1964. Nesse caminho, vale destacar a sua concepção, segundo a qual a economia brasileira seria plenamente capitalista e, de que a burguesia nacional era associada ao imperialismo, não restando outro caminho ao proletariado senão o da independência política e da imediata revolução socialista. In: SALES, 2005, ob. cit., p. 180.

⁸⁰ Sobre estes grupos, podem ser considerados como a “Nova Esquerda”, surgida no Brasil a partir do início da década de 1960. Diferente dos grupos revolucionários clandestinos, que também aparecem no cenário político

Se a revolução fracassara por falta de decisão e de capacidade das lideranças, caberia corrigir o vício, organizar grupos prontos a lutar de armas na mão pelas transformações sociais que se faziam objetivamente maduras na sociedade brasileira, esperando apenas o impulso subjetivo de uma vanguarda sem vacilações.⁸¹ Nesse sentido, o exemplo revolucionário cubano, e tantos outros, como também o chinês, foram muito adequados naquela conjuntura, para servirem de referencial aos grupos armados que se insurgem no Brasil, principalmente nos anos de 1966-1967, quando se inicia uma pulverização destes de norte a sul do país.

1.1 Sobre o Conceito de Imperialismo

Profundas alterações assinalaram o advento do modo de produção capitalista na virada do século XIX e início do século XX. Na esfera econômica, a política dos monopólios substituiu a livre concorrência. No que concerne à instância política, a reação em toda a linha tomava o lugar da democracia burguesa. Na cena histórica, a época da burguesia dava lugar à época do imperialismo e das revoluções proletárias, iniciadas a partir da revolução russa bolchevique em 1917. Em síntese, Lênin encarava o imperialismo não como uma política, arquitetada pelos governantes das grandes potências, mas como uma realidade objetiva, fruto inevitável do próprio desenvolvimento capitalista.

O capital, pelos mecanismos da concorrência no mercado, tende a se concentrar e centralizar. Já no fim do século XIX, isso engendrara enormes conglomerados empresariais, com atuação global, na época chamados trustes, mais tarde multinacionais. Com uns poucos grandes grupos controlando os ramos-chave da produção, a livre concorrência dos velhos tempos cedia lugar à economia dos monopólios. O imperialismo - dizia Lênin - é o capitalismo da época dos monopólios. Os grandes grupos industriais foram também fundindo

brasileiro, só que na metade da década de 1960, após o Golpe Civil-Militar no Brasil em abril de 1964. A luta armada dirigida por organizações comunistas, ou assim consideradas, tem uma história mais sólida. Sua origem mais próxima está nos “rachas” ocorridos em três organizações: o PCB, o PCdoB e a POLOP. Do PCB, por divergirem de sua linha pacifista, saíram grupos como a Ação Libertadora Nacional (ALN), O Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Pela vertente de caráter maoísta, ou do PCdoB, que também tinha em seu referencial a luta armada através da tomada das cidades pelo campo, saiu, a Ala Vermelha, do PCdoB, e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Da POLOP, surgiram os grupos do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Essas organizações, no geral, se assemelhavam através da proposta de luta armada como contraposição à ditadura militar no Brasil, mas, em seus referenciais teóricos e ideológicos, apresentavam inúmeras divergências de conteúdo e de métodos. Grifo nosso

⁸¹ Ibid, p. 42.

seus capitais com os dos grandes bancos, gerando o capital financeiro - uma poderosa oligarquia, verdadeira nata da burguesia.⁸²

Os monopólios atuavam no mundo todo, sem fronteiras. Além de exportarem produtos, passaram à exportação de capitais, inclusive na vasta periferia asiática, africana e latino-americana. O planeta foi repartido entre as megaempresas. E, para garantir maiores privilégios, elas levaram os governantes de seus países a dominarem os países periféricos também politicamente. A forma típica de domínio era o colonialismo, em que as metrópoles governavam diretamente suas áreas de influência. Mas, nesse momento, países formalmente independentes, como a China ou o Brasil⁸³, já na prática caíam na "esfera de influência" de uma ou várias potências.

O imperialismo está diretamente associado a questões de caráter de submissão de umas nações sobre outras. Assim, necessita-se compreender, aqui, a história da América Latina sobre outra perspectiva, que pautar sua construção através de iniciativas antiimperialistas, anticapitalistas, nacionalistas e socialistas, que procuraram no contexto de pós "Guerra Fria" outro caminho alternativo em relação ao que vinha se disseminando na região, sob a égide norte-americana, um caminho de violenta exploração de nossa força de trabalho e também das riquezas naturais da nossa região.

Para melhor compreender o que vem a ser o conceito de imperialismo mantido na América Latina no final do século XIX e início do XX, é oportuno que tentar dar corpo a esse processo que ocorre não só na América Latina, mas também pelo resto do mundo, como na Ásia e na África. Nestes dois últimos continentes, o imperialismo é conduzido pelas potências européias, que terminam por fazer a partilha do mundo entre a Inglaterra, a França, a Holanda e a Alemanha, fazendo culminar a grande carnificina da I Guerra Mundial.

O imperialismo, o termo empregado para caracterizar tal processo, pauta-se ora pela expansão, ora pela tendência de ampliação política e econômica de uma nação sobre as demais. São inúmeros os mecanismos utilizados para a consecução desses objetivos. Realiza-se pela conquista ou anexação de territórios, pelo estabelecimento de protetorados e pelo controle de mercados ou monopólios. Assenta-se, na maioria das vezes, no uso da força, e tem como consequência fundamental a exploração política e econômica, em prejuízo dos Estados

⁸² Disponível em [http:// formação socialista. Blogspot.com/2008/06/ historia-da-luta-pelo-socialismo](http://formação-socialista.blogspot.com/2008/06/historia-da-luta-pelo-socialismo). Acesso em 12 de Maio de 2009.

⁸³ Na América Latina, para Lênin, a guerra hispano-norte-americana (1895-98) se configura como a primeira guerra imperialista dos Estados Unidos, anexando em seu território Porto Rico, Filipinas e Havai. A guerra da independência cubana, frustrada, em princípio, foi o primeiro movimento no mundo de caráter imperialista. Para mais considerações, ver: PIERRE CHARLES, Gerard. **Gênesis de la Revolución Cubana**. México, Século XXI, Editores. 1978. p. 98.

ou povos subjugados. As relações que se estabelecem entre o país imperialista e os países dominados assumem diferentes formas espaços-temporais, mas sempre sua base se assentará sobre a desigualdade, a qual poderá residir nos planos político, econômico, étnico-cultural, tecnológico, militar, etc.

O “fenômeno” considerado como imperialismo acabou influenciando duas grandes correntes teóricas de pensamento político e econômico que passam a versar e debater⁸⁴ sobre essa questão, o liberalismo e o marxismo, ambos abordando o fenômeno do imperialismo sob perspectivas bem diferentes.

A primeira vertente, de concepção liberal, ressalta que o imperialismo é uma opção das grandes potências industriais, que poderiam seguir outro caminho de desenvolvimento econômico. Nessa corrente de pensamento trata a obra de (HOBSON, John. A. 1902.). *O imperialismo: um estudo*, de cunho liberal, o autor analisa amplamente o desenvolvimento industrial de sua época e constata que a concentração da produção em poucas empresas (monopólios) que controlavam os distintos ramos industriais. Tratava-se de grandes empresas com elevada capacidade produtiva e financeira que, por essa razão, ditavam as regras de acumulação mundial. Segundo Hobson, (1902), o fenômeno que constitui a base do imperialismo é o crescimento do excedente produtivo de um país superior ao crescimento do consumo, e que, portanto, leva os capitalistas a buscarem novos mercados para suas inversões de capitais e mercadorias.

Entretanto, embora (HOBSON, 1902) tenha sido um dos primeiros teóricos a se debruçar sobre o tema, foi a obra⁸⁵ do líder revolucionário Vladimir Ilitch Lênin que ganhou maior notoriedade na época, sendo até hoje muito utilizada como referencial nos meios acadêmicos. Segundo a interpretação de Lênin, a fase imperialista do capitalismo é marcada, sobretudo, pela concentração da produção e formação de monopólios. “O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo”.⁸⁶ Porém, convém destacar a abordagem apreciada pelo autor sobre essa questão, bem distinta da vertente liberal.

Conforme Lênin, nas décadas de 1870 e 1890, ocorre certo retraimento na economia

⁸⁴ Sobre a compreensão do que seria o imperialismo, surge na Europa um grande debate teórico sobre o significado das transformações ocorridas no modo de produção capitalista no final do século XIX e início do século XX. Os precursores desse debate foram Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Kautsky, Bukarin, Hobson, entre outros. Esses autores elaboraram estudos acerca do problema, preocupados em dar conta, cientificamente, das transformações sofridas pelo capitalismo mundial naquela época.

⁸⁵ **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** São Paulo: Editora Alfa Omega. 1986. In: **Obras Escolhidas**, tomo I, págs. 575 a 671). Disponível em: Jornal Eletrônico do PC doB, Portal Vermelho. Artigo de autoria de Dilermando Toni. Acesso em 12 de Maio de 2009.

⁸⁶ *Ibid*, 1986, p. 641.

de livre mercado e o retorno da intervenção do estado na economia. As grandes empresas não surgiram como um fenômeno puro e simples. Foram e são resultados do desenvolvimento do sistema capitalista, que tem tendência à concentração e centralização do capital.

Em *O Imperialismo fase superior do capitalismo*, Lênin procura demonstrar que, nos primórdios do sistema capitalista, predominava a livre-concorrência, mas o desenvolvimento das contradições de seu modo de produção fez consolidar a sua face monopolista, ou seja, imperialista. Nesta conjuntura, os países mais poderosos da Europa, depois de quase um século de indiferença em relação a suas colônias de ultramar, em cerca de vinte anos repartiram entre si praticamente todo o mundo ainda não colonizado.

Segundo a teoria marxista, em relação à política imperialista, a necessidade de exportação de capital excedente não justifica o expansionismo imperialista, como pretende e ressalta o pensamento liberal, Isso porque apenas o Reino Unido e a França investiam fora de suas fronteiras e preferiam para isso outros países europeus, como a Rússia, ou outro do hemisfério ocidental, ao invés de suas próprias colônias.

Assim, no final do século XIX, estavam consolidadas as grandes potências internacionais, nas quais os capitais financeiros eram a força econômica preponderante, proveniente da aliança entre bancos e indústria. Transcorrida a primeira década do século XX, o mundo inteiro estava sob o controle direto ou indireto de alguma das grandes potências européias: Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica e outras. Com grande quantidade de capital excedente, os grupos econômicos passaram a investir em “colônias” e “semicolônias”, e a suposição de que essa iniciativa geraria grandes lucros provocou a aceleração da corrida pela liderança entre os mais poderosos.

Os setores representantes das classes dominantes das principais potências capitalistas européias empenharam-se diretamente na preparação da I Guerra Mundial como forma de dividir o quinhão e também os mercados mundiais colonizados e explorados pelas grandes potências. A guerra desencadeou-se a partir de 1914 e, um após outro, os partidos operários da II Internacional, habituados ao período de desenvolvimento relativamente pacífico do capitalismo e ao parlamento burguês⁸⁷, enveredavam pelo caminho da conciliação e da traição, alinhando-se às suas respectivas burguesias.

⁸⁷ Essa argumentação de Lênin é desenvolvida na sua famosa polêmica em: **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Os reformistas da segunda internacional, dizia ele, acusam os bolcheviques de haverem violado a “democracia” na sua constituição, e que por usarem métodos ditatoriais. Na realidade, o que faziam era dar uma demonstração da ignorância da doutrina de Marx – diziam-se marxistas... – segundo a qual a ditadura do proletariado não contradiz a democracia. Não passavam de burocratas pequeno-burgueses que retrocediam à concepção pré-marxista do socialismo, acreditando que seria viável um “Estado popular livre”. “Todo Estado é

Na concepção de Lênin, a primeira guerra mundial foi consequência direta do caráter expansionista do sistema capitalista monopolista, contrariando inúmeros teóricos que ressaltavam que o imperialismo, fase atual do sistema capitalista, traria a paz entre as nações envolvidas no processo de exploração e “neocolonização” das regiões consideradas “periféricas” no sistema capitalista.

Na práxis, Lênin encara o imperialismo como a culminação necessária do capitalismo. Essa nova fase do sistema envolve mudanças sociais e políticas, mas sua essência é a substituição do capitalismo competitivo pelo capitalismo monopolista, estágio avançado do sistema em que o capital financeiro domina a vida econômica e política da sociedade. A concorrência prossegue, mas apenas entre um pequeno grupo de gigantescos conglomerados capazes de controlar setores inteiros da economia nacional e internacional.

Também em *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, surge à polêmica com Kautsky, em meio ao debate e na crítica aos teóricos do imperialismo e às idéias que circulavam no seio do próprio movimento operário. Mereceu atenção especial de Lênin a crítica às opiniões de Kautsky, até então o dirigente mais destacado da II Internacional cujos pontos de vista centristas ficaram conhecidos como a teoria do "ultraimperialismo".⁸⁸ Este, ressaltava que o capital financeiro conduziria o mundo para uma economia mundial organizada, à eliminação das contradições imperialistas e a uma situação relativamente pacífica, isenta de catástrofes e de conflitos. Sem desmascarar a corrente ideológica

uma máquina para que uma classe reprima a outra”. Dessa maneira, Lênin censura os ditos “marxistas”, como Kautsky, Vandervelde e outros – e com lógica absoluta – por deformarem a teoria marxista do Estado, ao desvincular o conceito de socialismo do de ditadura do proletariado. “Ambos escamoteiam o vínculo muito estreito e inseparável que existe entre os dois conceitos”. Não pode existir uma democracia “pura”. Segundo ele, toda a revolução de classe, toda ditadura é uma ditadura de classe e todo Estado um Estado de classe. Somente ‘por via da ditadura’, pode-se chegar ao socialismo; não há outro caminho. Diz ainda que equivocam-se redondamente aqueles que acreditam que isso pode ser alcançado pela utilização “do velho Estado Parlamentar democrático-burguês”. In: **Obras Completas. Tomo XXIX**, p. 424. **Tomo XXX**, p.171-227. *Apud* BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993, p. 124-125.

⁸⁸Durante os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, havia pelo menos três vertentes de pensamentos, no seio do movimento comunista do início do século XX: a ala chauvinista, a de centro e a internacionalista. Em quase toda parte, a maioria dos sociais-democratas aderiu à febre belicista: os alemães alegavam a necessidade de combater o absolutismo russo; os franceses, a urgência de libertar os povos oprimidos pelos impérios austríaco e otomano. Cada um tinha sua boa desculpa. A votação dos créditos especiais de guerra simbolizou essa atitude social-chauvinista (do francês chauvin, nacionalista reacionário, adepto do lema "Minha pátria, certa ou errada"). Uma facção de centro, minoritária, mas com nomes famosos como Kautsky, pregava a volta da paz, sem levar em conta as causas de fundo do conflito interimperialista. Tentava, em vão, colar os cacos da II Internacional. Por fim, a ala esquerda manteve o internacionalismo. Propunha que os operários voltassem às armas contra "seus" burgueses, transformassem a guerra imperialista em guerra revolucionária. E denunciava sem piedade os social-chauvinistas e centristas. Esta tendência era minoritária. Na Alemanha, a votação dos créditos de guerra só teve o voto contrário de um deputado, o jovem Karl Liebknecht – que, em 1916, fundou, com Rosa Luxemburgo, a Liga Espártaco. Sua força era maior na Bulgária e especialmente na Rússia. Disponível em: Blog. [http:// formação-socialista.blogspot.com/2008/06/ história-da-luta-pelo-socialismo.html](http://formação-socialista.blogspot.com/2008/06/história-da-luta-pelo-socialismo.html). Acesso em 12 de Maio de 2009.

internacional do "kautskismo", Lênin julgava impossível que uma parcela significativa dos trabalhadores, que estava sob a influência daquela tendência, viesse a aderir à luta revolucionária antiimperialista.

Para Lênin, a acepção de Kautsky sobre o imperialismo "além de não estar correta e de não ser marxista, serve de base a todo um sistema de concepções que não condizem com a teoria marxista e com a atuação prática marxista". Os pontos de vista de Kautsky levavam à ocultação "das contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de pô-las à descoberta em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo".⁸⁹ Entretanto, Kautsky ressaltava que o imperialismo seria fruto do capitalismo industrial altamente desenvolvido, e reafirmava que toda a nação capitalista industrial tinha a tendência a submeter e anexar cada vez mais regiões periféricas e agrárias. Lênin contra-argumentava que o "característico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro [e...] a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais [inclusive porque] faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia".

Além disso, Lênin ressaltava que a tendência do imperialismo não era somente para as anexações, "pois no aspecto político, o imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação".⁹⁰ E conclui que a idéia do "ultra-imperialismo de Kautsky" "leva a água ao moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dominação do capital financeiro atenua a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é acentuá-las".⁹¹

Nesta perspectiva, o conceito do ultra-imperialismo trazia como "ponta de lança", a tentativa de desviar a atenção das profundas contradições existentes numa realidade de desproporção extrema com a rapidez de desenvolvimento dos diferentes países, de condições econômicas variadíssimas, de luta furiosa entre os Estados imperialistas. Segundo Lênin, era praticamente improvável que a paz entre os povos existisse na ordem imperialista, e ressaltava:

No terreno do capitalismo, - perguntava ele - que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das

⁸⁹ **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** 1986. p. 644. Disponível em: Jornal Eletrônico do PCdoB, Portal Vermelho. Artigo de autoria de Dilermando Toni. Acesso em 12 de Maio de 2009.

⁹⁰ Ibid, p. 643.

⁹¹ Ibid, p. 646.

forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colônias e das 'esferas de influência' do capital financeiro? ⁹²

Na opinião de Lênin, a "transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos". Ele partia dos dados estatísticos do desenvolvimento capitalista na Alemanha, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha verificando o "processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores".

Lênin se digladiava com as premissas teóricas de cunho liberal, que viviam dizendo que o "marxismo foi refutado" na análise do desenvolvimento capitalista:

A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato. ⁹³

Por fim, a compreensão histórica do surgimento dos monopólios, característica fundamental para a análise marxista sobre a compreensão do fenômeno que é o imperialismo, foi assim descrita por Lênin:

- 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis.
- 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro.
- 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. ⁹⁴

Para ele, "a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo". ⁹⁵ E, findando sua análise, Lênin ocupou-se, em primeiro lugar de explicar a base material do surgimento do oportunismo. Ressaltava que:

⁹² Ibid, p. 649.

⁹³ Ibid, p. 590.

⁹⁴ Ibid, p. 591.

⁹⁵ Ibid, p. 669.

O imperialismo... implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o.[...] O imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para divorciá-las das grandes massas do proletariado.⁹⁶

Nessa conjuntura, à medida que o imperialismo lançava seus tentáculos sobre as regiões dominadas politicamente, economicamente, e usando de sua brutal força militar, o movimento comunista, ou melhor, o bolchevismo, triunfante na Rússia em 1917, passava agora a voltar os olhos para os povos da Ásia, África e América Latina. Ao mesmo tempo, inflamava os ressentimentos nacionais contra a dominação econômica, quer da Grã-Bretanha e da França, quer dos EUA, estigmatizadas como potências imperialistas.

Para Lênin, “a guerra imperialista fez entrar os povos de caráter dependente na história do mundo”. A guerra abre uma brecha no sistema capitalista mundial, consolidando um novo período, pois devido às lutas democrático-burguesas e antiimperialistas pela independência, pela libertação nacional, pelas liberdades políticas e democráticas nas regiões da periferia do sistema, surge a possibilidade de revoluções anticapitalistas em países considerados como “elos débeis”, mais frágeis do modo de produção capitalista.⁹⁷

1.1.1- A questão nacional como potencializadora das lutas antiimperialistas na América Latina.

*Se não tens o que comer como pretendes defender-te?
É preciso transformar todo Estado, até que tenhas o que comer.
E então serás teu próprio convidado.
Bertold Brech, Canção de Saída.⁹⁸*

O termo imperialismo popularizou-se na América Latina como sinônimo de política externa americana, pelo uso que dele fizeram os partidos nacionalistas, os teóricos de esquerda e também os movimentos ⁹⁹ de classe do mundo inteiro. Especialmente depois da

⁹⁶ Ibid, p. 653- 655.

⁹⁷ LÊNIN, Vladimir I. **Lenine e a III Internacional**. Lisboa: Estampa . 1971, p. 95.

⁹⁸ KONRAD, Diorge. **A luta pela terra ainda é um caso de polícia**. Artigo publicado originalmente em: João de Barro. N. 2. Porto Alegre, Órgão da Associação dos Funcionários da Caixa Economia Federal, 1998, p. 1.

⁹⁹ Em especial no Brasil, temos dois movimentos que irão se contrapor aos ideais imperialistas dos Estados Unidos, um que acena para a direita, a Ação Integralista Brasileira (AIB). As idéias de cunho fascista chegam ao Brasil nos anos 20, propagam-se a partir do sul do país e dão origem a pequenos núcleos de militantes. Em 1928, é fundado o Partido Fascista Brasileiro. A organização mais representativa dos fascistas, porém, é a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932 pelos escritores Plínio Salgado e Gustavo Barroso. O movimento é apoiado por setores direitistas das classes médias, dos latifundiários e dos industriais. Recebe a adesão de representantes do clero católico, da polícia e das Forças Armadas. Defende um Estado autoritário e nacionalista que promova a "regeneração nacional", com base no lema "Deus, Pátria e Família". Pelo viés da esquerda, no

segunda guerra mundial, o antiimperialismo foi reivindicado como ponto programático de inúmeras organizações políticas progressistas dos países das regiões periféricas e dependentes.

A expansão norte-americana no final do século XIX e início do século XX, que acaba por tomar conta quase que do mundo inteiro em menos de meio século, transformou os EUA na maior potência industrial do mundo.¹⁰⁰

Nos últimos quatro séculos, a paz do Ocidente “civilizado” tem sido comprada ao preço da violência impiedosa e da destruição do Exterior “bárbaro”. Esta longa história se configura e começa com a política de expansão dos Estados Unidos da América do Norte e, posteriormente, com as conhecidas intervenções e conquistas na América Latina.¹⁰¹

Na defesa de seus interesses, os Estados Unidos da América reservaram-se no direito de intervir nos países latinos americanos, seja através da força ou por políticas e acordos feitos com ditadores. Os Estados Unidos da América do Norte, em nome dos Direitos Humanos, já invadiram mais de vinte países ao longo dos séculos XIX e XX, seja por motivos econômicos ou outros, desde muitos anos, vem resolvendo "suas" questões à base da força e não do diálogo.

Em nome do "desenvolvimento" e das “liberdades democráticas” contra o “perigo” vermelho, que hodiernamente transformou-se em terrorismo, os Estados Unidos da América do Norte, através de inúmeras intervenções na América Latina, cada vez mais impõe sua

Brasil, surge a Aliança Nacional Libertadora (ALN). Uma das primeiras notícias que se têm da ALN é de 17 de janeiro de 1935, quando a organização foi citada por Gilberto Gabeira, num discurso na Câmara dos Deputados. Na ocasião, afirmou que a opressão e o arrocho estimulam a luta por maiores liberdades e que, assim sendo, “a ALN coordenará este vasto movimento, eco de todo o passado revolucionário do Brasil na conquista de direitos democráticos. Sobre o assunto ver KONRAD, 1994, ob. cit., p. 79-80. Nos objetivos do programa da ALN figuravam a frente unida das forças progressistas contra o fascismo e o imperialismo. O não reconhecimento da dívida externa, a nacionalização dos serviços públicos; a distribuição de terras; garantia dos direitos dos trabalhadores; liberdades populares incluída a liberdade religiosa; liquidação de privilégios de raça, cor ou de nacionalidade. In: BORIS, Fausto. **Getúlio Vargas. Série Perfis Brasileiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 74.

¹⁰⁰ Já no início do XIX, embora os EUA ainda fossem um mercado do tipo colonial, isto é, um país que exportava matérias primas, e importava produtos manufaturados, os EUA, cresciam com uma rapidez que parecia assombrosa e – juntamente com a França e Alemanha, mas, sobretudo eles – destruíram o monopólio industrial da Grã-Bretanha. Assim, por volta de 1850, os EUA, já ocupavam o quinto lugar do mundo como potência manufatureira, o que lhes exarcebava o ímpeto da expansão, em busca tanto mais de terras quanto de mercados e fontes de matérias-primas. Do quinto lugar como potência industrial em 1840, os EUA, que até a Guerra de Secessão foram um país de pequenos negócios, saltaram para o quarto em 1860 e para o segundo em 1870. Concomitantemente, com as forças produtivas do capitalismo a todo vapor, desbordando os limites do estado nacional, a América Latina, agrícola e atrasada, se configurava como a continuidade natural do seu espaço político e econômico. Sobre este assunto, ver: RIBEIRO Darcy. **As américas e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 487. *Apud* BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 16-17/24-25.

¹⁰¹ ŽIŽEK, Slavoj. **Às portas da revolução** São Paulo: Boitempo, 2005, p. 251.

cultura de opressão aos países dominados, escrevendo, a cada intervenção, mais uma página negra na história.

Assim, com a expansão mundial do modo de produção capitalista no final do século XIX e início do século XX, a questão nacional nas regiões periféricas, adquire outra dimensão, fazendo com que esse tema se transforme no centro dos debates políticos de movimentos e organizações que lutavam pela libertação nacional e pela construção do socialismo.

Para Sader¹⁰², a questão nacional esteve presente durante todo o século XX nas lutas políticas entre a burguesia e a classe trabalhadora. Na periferia do sistema, o assunto, muitas vezes, assumiu “o caráter - mais ou menos pronunciado - de antiimperialismo, de reação e resistência à dominação externa”, adquirindo assim, segundo esse autor, uma conotação de esquerda. Ao mesmo tempo, no período citado, o que caracterizou tal questão “no centro do capitalismo foi seu tom chauvinista - meu país é melhor que o seu - que predominou”, assumindo assim um caráter de direita.

Nesse sentido, “é impossível negligenciar a diferença entre os chamados nacionalismos de ‘nação oprimida’ e de ‘nação opressora’”. Segundo Lênin¹⁰³,

seria indispensável distinguir, insistia ele, entre o nacionalismo da nação opressora e da nação oprimida, entre o nacionalismo de uma nação grande e de uma nação pequena. Assim, o nacionalismo de uma nação grande e opressora, consiste, quando muito, da igualdade formal entre as nações, mas ao mesmo tempo apóia-se no pressuposto da sua superioridade frente aos povos oprimidos e, na prática, prevalece a imposição dos seus interesses hegemônicos. Em contrapartida, o nacionalismo da nação oprimida é um sentimento de autodefesa ante o opressor, é uma apelação para a igualdade real, para a justiça nas relações internacionais, um clamor em prol da autodeterminação. É nesse sentido que a atitude nacionalista dos povos oprimidos encaminha-se para a irmanação num objetivo comum, tendendo a superar as fronteiras nacionais e aplainar o caminho da unificação. Poderíamos dizer, inclusive, que é esse tipo de nacionalismo que contém no seu bojo o embrião do internacionalismo.

Deste modo, o imperialismo se configura numa política de dominação econômica de uma nação sobre outras, acompanhada ou não de ocupação territorial, com maior ou menor ingerência nos assuntos de estado das nações dominadas e com uso eventual de força militar para garantir a hegemonia. Usado a partir do final do século XIX, o termo imperialismo

¹⁰² SADER, Emir (2000). **Século XX. Uma biografia não-autorizada**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. p.70.

¹⁰³In: LÊNIN, Vladimir. **Obras Completas**. Tomo XXXVI, p. 487, *apud*, BAMBIRRA, 1993, op. cit., p. 200.

define, na atualidade, as relações econômicas dos países desenvolvidos com os países pobres e se confunde e se materializa através de relações de submissão e dependência.

Também é correto afirmar que o fenômeno do imperialismo acaba despertando um interesse maior pelo estudo da questão nacional, principalmente entre aqueles movimentos que, na América Latina e na Ásia, organizavam lutas contra a dominação das grandes potências capitalistas da época. À medida que avança a estratégia de conquista de novos territórios e mercados como área de influência e controle dos países centrais do capitalismo, esta forma de dominação política, econômica, cultural e militar das nações opressoras sobre as nações oprimidas acaba por potencializar a necessidade dos movimentos antiimperialistas de organizar a resistência a esse processo.

Como parte desse movimento de resistência à dominação imperialista, surgem vários intelectuais organicamente vinculados a movimentos, organizações e partidos políticos que vão se debruçar diante da questão nacional, geralmente combinando a luta pela libertação com a luta anticapitalista, com a luta pelo socialismo, fazendo com que a análise desse processo adquira um caráter cada vez mais classista.

Conseqüentemente, estando pautados na luta de classes, estariam diretamente interligados à impossibilidade e à falta de interesse das classes dominantes dos países da periferia e semiperiferia do modo de produção capitalista, pois esses não teriam interesses em garantir uma verdadeira independência política e econômica frente às nações opressoras. Isso porque elas, historicamente, na maioria das vezes estiveram estruturalmente subordinadas aos seus interesses e aos da burguesia dominante dos países centrais.

No entanto, foi nos países onde as contradições do modo de produção capitalista estão mais gritantes que a realização de uma efetiva soberania nacional se transformou numa tarefa da classe trabalhadora urbano-campesina, a pequena burguesia, (intelectuais)¹⁰⁴, e não tão aclamada, “burguesia nacional”.

¹⁰⁴ Sabe-se, de fato que uma parte significativa da intelectualidade a serviço das classes exploradas provém, com frequência, das classes exploradoras, das quais se desvincula radicalmente. É o caso clássico, de figuras relevantes com Marx, Engels e Lênin. O fato já havia sido observado no próprio Manifesto do Partido Comunista, de 1848. Ali escreveram Marx e Engels: “Nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe dominante, de toda a velha sociedade, adquire um caráter tão violento e agudo que uma pequena fração da classe dominante se desliga dela, vinculando-se à classe revolucionária, à classe em que cujas mãos repousa o futuro. [...] . E assim, [...] em nossos dias, uma parte da burguesia transfere-se para o proletariado, especialmente os ideólogos burgueses capazes de uma compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto. In: Karl Marx e Friedrich Engels. **Manifesto do Partido Comunista**, *apud*. RETAMAR, 1988, op. cit., p.65.

“Pensamos então na escuridão e no grande frio, que reinam nesse vale de lamentos”¹⁰⁵, e se pode afirmar que quanto mais avança o imperialismo, mais importância adquire o debate sobre a questão nacional. Mas parece que tal afirmação não tem sido muito aceita em círculos intelectuais que continuam insistindo que, desde a queda do Muro de Berlim e do fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), entramos no período da chamada globalização.

Portanto, alegar que a questão nacional não tem mais importância, ou que agora presenciamos o “fim da história”, parece-nos que é afirmar a não existência, atualmente, de políticas de cunho imperialistas, não existindo mais as contradições e a desigualdade entre as nações. Isto seria, em nossa apreciação, cerrar os olhos perante uma realidade cada vez mais nua e crua, sobretudo se observarmos as políticas dos Estados Unidos no cenário mundial durante os últimos anos.

Essas políticas parecem expressar o fortalecimento da estratégia de conquista imperialista desencadeada pelo agente contra os países da América Latina, Ásia, África¹⁰⁶ e Leste da Europa, interferindo politicamente, culturalmente, economicamente e militarmente, dependendo da conjuntura, nos assuntos internos dessas regiões.

O que se percebe, historicamente, é que a violenta disparidade entre as nações é fator condicionante e inerente ao processo de desenvolvimento e expansão mundial do modo de produção capitalista. Pois, quanto mais este se desenvolve e se expande, mais desigual é a divisão internacional do trabalho, mais desiguais tornam-se as condições em que vivem as nações.

Eduardo Galeano, sobre esse assunto, ressalta, em um de seus importantes livros que versa sobre a compreensão histórica do desenvolvimento e subdesenvolvimento da América Latina, afirmando que:

¹⁰⁵ BRECHT, Bertold. *Ópera dos três vinténs*.

¹⁰⁶ Nestes três continentes, Ernesto Guevara, codinome, Che, parafraseando José Martí, em discurso a Tricontinental ocorrida nos dias 03-15 de janeiro de 1966, afirmava que: “*Chegou à hora das formalhas, a partir de agora, veremos somente a luz*”, sua intenção nesta Conferência organizada entre a América, Ásia e África, era potencializar os estratos revolucionários para fazer frente aos ditames da política imperialista norte-americana. Na conjuntura desta Conferência, (A Tricontinental), reuniram-se inúmeros partidos comunistas do mundo inteiro, e a pauta do dia era como realizar as transformações necessárias que tanto clamavam as populações exploradas destas regiões, transformações, estas, que se apregoavam desde o caminho pacífico, de caráter “antifeudal”, antiimperialista, nacional-democrático, com a aliança entre as classes operário-camponês, e com a burguesia nacional como vanguarda da revolução, até aquelas vertentes castro-guevaristas, que reafirmavam que na América Latina o caminho das transformações revolucionárias viriam através da luta armada, pautada na guerra de guerrilhas.

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos (...). A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam, e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas (GALEANO, 1978, p. 14)

Entretanto, antes de acreditarmos numa “aldeia global”, na qual os assuntos nacionais desaparecem e perdem a importância, ou, como preferem alguns, que advogam que as fronteiras deixam agora de existir, observamos na realidade juntamente o contrário.

Temos um cenário global marcado pela disputa do território, pela disputa das fronteiras, pelo controle das riquezas naturais, pela guerra de conquista dos países imperialistas sobre os países que concentram em seu território matérias-primas para a indústria de telecomunicações, para a indústria nuclear, para as indústrias que atuam na área da biogenética e da biotecnologia. Isso nos leva a acreditar que a questão nacional não está solucionada por completo, e que sua solução depende de uma intervenção da classe trabalhadora dos países centrais e da classe trabalhadora dos países dominados pelo capital imperialista.

Também parece pertinente afirmar que o debate sobre a questão nacional exige a diferenciação entre a posição nacionalista e a posição antiimperialista, considerando que essa última traz consigo um potencial anticapitalista que pode contribuir para dirigir um processo de transição para além do modo de produção capitalista.

Já nas primeiras décadas do século XX, a discussão sobre o nacionalismo e a luta antiimperialista ganha força nos debates sobre o futuro da revolução socialista na América Latina, sendo importante destacar a contribuição do intelectual e comunista peruano José Carlos Mariátegui, que afirmava:

Somos antiimperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, que deverá sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa.¹⁰⁷

Esse mesmo autor, sobre o futuro da América Latina em relação à implementação do socialismo, assim ressaltava: “não queremos, por certo, que o socialismo seja na América um

¹⁰⁷ MARIÁTEGUI, Jose Carlos. **Textos básicos**. Lima: Fundo de Cultura Econômica. 1991, p. 209.

decalque e uma cópia. Deve ser uma criação heróica. Havemos de dar a vida, com nossa própria realidade, com nossa própria linguagem, ao socialismo latino-americano”.¹⁰⁸

Ao associar implicitamente a luta antiimperialista à luta anticapitalista, Mariátegui identifica, mesmo sem aprofundar o significado deste conceito, um dos problemas que vão estar presentes nas discussões sobre o caráter da Revolução Cubana e demais revoluções semelhantes. Sobre esta questão, é preciso realizar uma diferenciação com relação ao nacional, seus processos revolucionários na América Latina, e, em especial, seu processo revolucionário cubano. Faz-se necessário dar mais atenção às diferenças existentes entre a ideologia nacional manifestada pelo nacionalismo pequeno-burguês, radical, democrático e o antiimperialismo, pois enquanto o primeiro se preocupa em concretizar a ilusória tarefa de construir um suposto e irrealizável capitalismo autônomo, o segundo carrega dentro de suas reivindicações a superação do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, o exemplo de Cuba, demonstrou que lutar contra o imperialismo, contra o poder dos bancos estrangeiros e das transnacionais, contra a economia primário-exportadora, foi lutar contra a divisão internacional do trabalho que utiliza o desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista para garantir a exploração da maioria da população da América Latina, África e Ásia. Colocou em cheque a própria base de sustentação dos países centrais do capitalismo, que se beneficiam com os privilégios conquistados nos países periféricos, como a abundância de recursos naturais e humanos, os baixos salários, a isenção de impostos, as facilidades para remeter o lucro para o exterior.

Compreende-se que um programa antiimperialista sempre impõe a discussão necessária sobre a transição para além do modo de produção capitalista, processo que só pode ser levado adiante pela classe trabalhadora do campo e da cidade.

Concorda-se, então, que nesse cenário convulsionado politicamente em meados do século XX, em Cuba, as premissas antiimperialistas desde sua gênese sempre estiveram no programa do processo revolucionário. Por isso, teve a possibilidade de ser colocado em prática, não por medidas provisórias, ou por decretos, mas através da práxis das forças sociais que representavam os mais legítimos interesses da classe trabalhadora de Cuba.

Após várias experiências de luta e de resistência, os trabalhadores e as massas populares de Cuba chegaram à conclusão de que o modo de produção capitalista estava estruturalmente incapacitado de atender suas reivindicações. Nesse caso, o que determinou se

¹⁰⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. “Aniversário y balance”, em *Ideologia y política*, Lima, Amauta 1969, *apud* RETAMAR, 1988, op. cit., p. 67.

o caráter da revolução seria mais democrático ou antiimperialista, mais liberal ou socialista não foi somente o desejo de seus líderes barbudos armados com fuzis. Mas a luta de classes, ou seja, a capacidade, a organização, a lucidez e a coragem das forças sociais que estavam em conflito. É possível avançar ou recuar no conteúdo e na forma de uma revolução a partir da luta entre as classes sociais envolvidas, luta que coloca de um lado as forças revolucionárias, e de outro, as forças da contra-revolução.

No caso cubano, assim como para o conjunto dos países que compõe o cenário da América Latina, a práxis e a história têm demonstrado que não existe a possibilidade de construção de uma economia verdadeiramente nacional e autônoma duradoura. Isso incluiria desenvolvimento econômico e a justiça social para todos. Nos limites do capitalismo, além de todas as problemáticas já discorridas, existe a herança de práticas de governos ditatoriais e autocráticos, que se fazem aceitar pela força das baionetas, ou governos institucionais pseudodemocráticos, que se sustentam também de maneira ditatorial e autocrática, através de uma política econômica antinacional e antipopular, com constante perseguição e repressão contra as organizações autônomas dos trabalhadores e das massas populares.

Portanto, a forma como este modo de produção capitalista periférico se manifesta, está impedido, pelas circunstâncias internas e externas de alcançar uma efetiva independência econômica e política, acontecimento, que cria condições para o desenvolvimento da luta antiimperialista e anticapitalista, enquanto uma possibilidade de transição para outra forma de organização política, econômica e social.¹⁰⁹ O autor ressalta também que “o imperialismo impeliu para frente uma nova força anticapitalista - a das nações da periferia” Essa “resistência vitoriosa da periferia originou a aceleração da queda da taxa de lucro do centro”.¹¹⁰

Conseqüentemente,

A luta pelo socialismo na periferia do sistema imperialista não deve ser estranha, e ainda menos oposta, à luta de libertação nacional. O fato imperialista impõe a compreensão de transição para o socialismo como resultante da fusão histórica dos objetivos de libertação social e de libertação nacional.¹¹¹

Vindo ao encontro com esta tese, os revolucionários cubanos levaram adiante as tarefas nacionais, democráticas e antiimperialistas necessárias para iniciar uma tentativa de transição para além do modo de produção capitalista, tendo ou não consciência que era isso

¹⁰⁹ AMIN, Samir. **Classe e nação na história e na crise contemporânea**. Lisboa: Moraes, 1981, p. 160.

¹¹⁰Ibid, p. 169.

¹¹¹Ibid, p. 153.

que estava ocorrendo de fato. Para Cuba, assim como para toda a América Latina, o antiimperialismo expressou (e expressa) um salto de qualidade nas reivindicações dos movimentos revolucionários, pois conscientes ou não, ao questionar o poder dos monopólios e oligopólios transnacionais, estavam questionando a economia mundial do modo de produção capitalista e o processo de internacionalização do capital. Em países como Cuba, verificou-se a evolução da posição liberal democrática radical, em que a ideologia nacional e o nacionalismo tinham o papel central para uma posição antiimperialista, adquirindo mais força à medida que foram se radicalizando as contradições internas e externas do período revolucionário.

Florestan Fernandes explica que:

Na verdade, com referência a Cuba, a teoria sempre andou atrás da prática. Além disso, o dinamismo das variações apontadas esteve sempre no político: ao tornar-se possível e necessária, a revolução obrigou os revolucionários a descobrirem sua natureza, seu nível de profundidade histórica e seus rumos políticos. Parecia que a revolução ficaria interrompida em um patamar burguês, nacional-democrático e de 'reforma capitalista do capitalismo'. No entanto, isso não aconteceu. Dentro de uma sociedade capitalista neocolonial, não havia como levar a revolução para diante dentro do capitalismo. Ela deslocou e esmagou a burguesia, nacional e estrangeira, porque para liberar a nação e para criar um estado democrático soberano ela tinha de converter-se em uma revolução contra a ordem, ou seja, anticapitalista.¹¹²

Em fim, o exemplo cubano, e tantas outras lutas de libertação (China, Vietnã, Argélia, Congo, Angola, Moçambique, Nicarágua, etc.), fortalecem a idéia de que não existe possibilidade de uma efetiva libertação nacional enquanto predominar o modo de produção capitalista. Pois, as nações imperialistas não vão abrir mão de continuar acumulando privilégios e capital à custa da miséria e da exploração das nações oprimidas.

1.1.2 A América Latina como laboratório de lutas antiimperialistas e anticapitalistas no século XX.

O mundo de amanhã é o nosso mundo.
Em seu nome, exigimos que se façam os grandes sacrifícios
e as renúncias forçadas e a arregimentação geral.
(Excerto de um poema de juventude)¹¹³

¹¹² FERNANDES, 1979, op. cit., p. 10.

¹¹³ Fuente: Archivo de Ruy Mauro Marini.

Em primeiro de janeiro de 2009, comemorou-se o quinquagésimo aniversário da única experiência revolucionária de caráter socialista adotada em nossa América a partir de 16-04-1961¹¹⁴, experiência essa que causou profundas transformações e rupturas nas estruturas da sociedade latino-americana, em especial na conjuntura de Cuba e também no seio da esquerda latino-americana. Mas o que intriga e, simultaneamente, fascina nessa revolução é como o povo de Cuba, ainda hoje, mantém-se fiel aos compromissos e conquistas da Revolução de 1959, enquanto outros estados, também de características socialistas da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) acabaram por desmantelarem-se como um castelo de cartas.

Assim, o futuro havia sido iniciado! Em face de essa pretensão dos conquistadores, dos oligarcas crioulos, do imperialismo e seus amanuenses, nossa genuína cultura foi sendo forjada – considerando o termo “cultura” em sua vasta aceitação histórica e antropológica -, a cultura gestada pelo novo mestiço, os descendentes de índios, negros e europeus, que Bolívar e Artigas souberam liderar; a cultura das classes exploradas, a pequena burguesia radical de José Martí¹¹⁵, o campesinato de Emiliano Zapata¹¹⁶, a classe operária de Luis Emilio

¹¹⁴ Segundo, FERNANDES, 1979, op. cit., o Programa de Moncada se havia cumprido no essencial, e a Revolução Cubana, em meio à épica luta nacional-democrática e antiimperialista da revolução. Por isso, em 16-04-1961, depois de dois anos de implementações do programa, que passara a expropriar latifúndios, empresas norte-americanas e outras políticas, tais como um programa radical de reforma agrária, projetos de educação, em cenário viril de fuzis levantados pelos braços e através dos punhos dos operários, o povo pode reclamar com heróica determinação o caráter socialista da revolução.

¹¹⁵ José Martí (1853-1895) teve participação fundamental na insurreição da história cubana frente à Metrópole espanhola. Além de dedicar sua vida às Guerras de Independência da ilha em 1868-1878 e em 1895-1898, a Revolução em 1959 teve em Martí apoio ideológico: "después de la victoria de la revolución popular antiimperialista en 1959, las obras de Martí brillaron con nuevos colores. Depurado de todo lo adherido y ajeno a él, apareció ante el mundo con su verdadera luz: como un luchador contra los ricachones de Wall Street, contra el oscurantismo clerical ...". Che Guevara menciona num de seus discursos o papel de “mentor intelectual” da Revolução Cubana desempenhado por Martí: “Martí foi o mentor direto da nossa Revolução, o homem a cuja palavra se recorria sempre para dar a interpretação justa dos fenômenos históricos que estávamos vivendo e o homem cuja palavra e cujo exemplo havia que recordar cada vez que se quisesse dizer ou fazer algo transcendente nesta Pátria... porque José Martí é muito mais que cubano: é americano; pertence a todos os vinte países de nosso Continente e sua voz se escuta e se respeita não só aqui em Cuba, mas em toda América”. CHE GUEVARA, Ernesto. (1960), Discurso en la conmemoración del natalicio de José Martí.

¹¹⁶ A inspiração maior é de Emiliano Zapata, que no começo do século, a frente do Exército do Sul, representou a insurreição dos camponeses e índios, a luta contra os poderosos, o programa agrário de redistribuição das terras e a organização comunitária da vida camponesa. Eduardo Galeano descreveu assim o líder da Revolução Mexicana: "Nasceu cavaleiro, arriero e domador. Cavalga deslizando, navegando a cavalo as planícies, cuidadoso para não importunar o profundo dono da terra. Emiliano Zapata é homem de silêncios. (...) Zapata, caudilho dos avassalados do lugar, se lança à luta. Sua tropa de índios, bem plantada, bom montada, mal armada, cresce ao andar. (...) O exército de Zapata anda esfomeado e enfermo, de crista caída, mas o chefe dos sem-terra sabe o que quer, e sua gente crê no que faz. (...) Zapata manda pelos ares, surpreende e aniquila guarnições, ocupa povoados, assalta cidades e perambula por todo lado, por montes e barrancos, lutando e amando sem parar". O internacionalismo e a solidariedade com outros povos e lutas pelo mundo também são influência de Zapata, que certa vez saudou a Revolução Russa numa carta, comparando a revolução bolchevique à mexicana: "Uma e outra estão dirigidas contra o que Tolstoi chamava de 'o grande crime', contra a infame usurpação da terra, que sendo propriedade de todos, como o fogo e o ar, foi monopolizada por alguns poderosos, sustentados

Recabarren e Jesús Menéndez; a cultura das “massas famintas de índios, de camponeses sem-terra, de operários explorados”, das quais fala a Segunda Declaração de Havana (1962)¹¹⁷, “dos intelectuais honestos e brilhantes que tanto abundam em nossas terras sofridas da América Latina”, a cultura desse povo que agora integra “uma família de duzentos milhões de irmãos”, e que “disse: Basta! e começou a andar”.¹¹⁸

Essa cultura, como toda cultura viva, em vias de desabrochar, está em marcha. Essa cultura tem, é claro, traço próprio, embora tenha nascido – como toda cultura, mas dessa vez numa escala planetária – de uma síntese, e não se limita, de modo algum, a reproduzir os elementos que a compuseram.

Preso e levado a julgamento por assaltar o quartel Moncada de Santiago de Cuba, em 26 de julho de 1953, Fidel Castro responde aos juízes, que querem conhecer o autor intelectual do assalto: “*É José Martí*”. Assim, para compreender a histórica luta de emancipação colonial de Cuba diante da Coroa Espanhola, penso que seria necessário, num primeiro momento, realizar um resgate histórico da Independência de Cuba (1895-1900). Somam-se a isso as vivências empíricas de Martí, que acabam por antecipar a verdadeira face das práticas neocolonialistas e imperialistas dos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX. Práticas essas muito parecidas com as utilizadas pelas potências européias em sua expansão imperialista¹¹⁹, que irão causar o choque de interesses entre as potências européias, deflagrando assim a carnificina que fora a Primeira Guerra Mundial.

José Martí passou quinze anos nos Estados Unidos, Nova York, e de lá organizara a luta armada¹²⁰ pela independência – sua permanência lá lhe permitia se familiarizar

pela força dos exércitos e pela iniquidade das leis". *Apud Escola Nacional Florestan Fernandez ENFF Movimiento Sin Tierra – MST (Brasil)*, p. 2. *Curso Teoría política latinoamericana*. Propuesta de Néstor Kohan (Cátedra Che Guevara – Coletivo Amauta, WWW.amauta.lahaine.org).

¹¹⁷ Esta declaração elaborada por Fidel Castro, em 4 de fevereiro de 1962, foi uma dura resposta cubana ao governo norte-americano em relação ao Programa da Aliança para o Progresso. Configurava-se numa estratégia contra-insurrecional de caráter econômico, que consistia em fundos para promover reformas agrárias e fiscais, compensar a deterioração dos termos de troca, e melhorias sociais em geral, na realidade este programa visava o combate das idéias cubanas na América. Já as premissas da 2ª Declaração de Havana pregavam o reconhecimento e a necessidade da luta armada para a libertação nacional e do confronto direto com o Imperialismo norte-americano.

¹¹⁸ RETAMAR, 1988, op. cit., p. 61.

¹¹⁹ BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo. *América Latina, história, idéias e revolução*. São Paulo: Ed. Xamã, 1999, p.135.

¹²⁰ Esta guerra, travada sob a forma de guerrilhas, não podia obviamente prescindir de recursos financeiros para a compra de armamentos bélicos, os quais só nos EUA poderiam ser obtidos com facilidade, como na primeira tentativa de emancipação cubana em 1868-1878, diante do colonialismo espanhol. Segundo Luiz Alberto de Muniz Bandeira, os revolucionários conseguiram um empréstimo em Wall Street mediante a emissão de títulos, no valor de US\$3 milhões, dos quais foram vendidos cerca de US\$2,2 milhões, a juros de 6%, a serem resgatados após a independência e a evacuação das tropas espanholas, uma vez reconhecida a soberania de Cuba pelos EUA, sem pagamento de indenização à Espanha. As operações realizadas pela guerrilha, como incêndios de

plenamente com premissas oriundas de acepções que se pautavam através do Destino Manifesto e da Doutrina Monroe, para, assim, conseguir identificar no nascedouro, o surgimento do imperialismo norte-americano –, e declarou que havia: “Vivido en el monstru y le connozco las entrañas: - y mi Honda es la de Davi”.

Assim, a formação histórica cubana é repleta de especificidades que a tornam diferente do peculiar desenvolvimento capitalista colonial de outros povos latino-americanos, pois, até final do século XVIII, quando outras colônias dos Impérios luso e espanhol se desenvolviam diretamente, pautando suas relações comerciais através da monocultura e também da exploração de minerais, Cuba cumpre importante papel como entreposto comercial e militar – elo de mediação entre as colônias americanas e a metrópole hispânica. Por causa disso, desenvolve prematuramente um caráter urbano-metropolitano, enquanto que na maioria das colônias portuguesas e espanholas aprestavam uma formação social de caráter homogêneo, ou seja, com características predominantemente agrárias.

No início do século XX, quando na América Latina começam as movimentações para uma possível emancipação dos que os prendiam a condições de colônias de exploração e manutenção do *estatus quo* das metrópoles, como as guerras imperiais da Espanha com a Inglaterra e a França, as rupturas frequentes do pacto colonial, começam a alterar consubstancialmente a vida política, econômica e social em Cuba. Essa, através de um pequeno desenvolvimento econômico, passa a ser introduzida nas relações comerciais internacionais como mais uma produtora de bens agrícolas.

Tal inserção no cenário mundial irá causar interesses econômicos de exploração por parte dos Estados Unidos. Não é à toa que o jovem imperialismo ianque passa a apoiar a causa cubana de libertação colonial, como também vai ser a peça chave para esse acontecimento. O maior beneficiado desse processo de quebra do sistema colonial será os Estados Unidos: implementador da modernização da economia cubana e o consumidor e comprador de seus produtos. Os Estados Unidos, ao assumirem o domínio sobre o espólio colonial da Espanha, revelaram o caráter imperialista de sua política, que se equiparou ao de outras potências da Europa àquela época e assustou os povos da América Latina. Mesmo no

usinas, canaviais e plantações de tabaco pertencentes a espanhóis ou a hacendados cubanos favoráveis à Espanha, prejudicavam o comércio e destruíram também volumosos investimentos norte-americanos, acarretando-lhes “tremendas perdas pecuniárias.” In: JENKS, 1970, p.43-44, *apud* BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 32.

Brasil, um dos únicos países do Hemisfério onde ainda se encontrava alguma simpatia, houve críticas por parte da intervenção em Cuba.¹²¹

Para, Florestan Fernandes, que analisou profundamente a questão do imperialismo na América Latina, em especial em Cuba, em termos de "situação neocolonial durável ou permanente", pressupõe-se dois aspectos conjugados: "a desagregação do antigo sistema colonial e a frustração da emancipação nacional". Primeiramente, Fernandes interpretava a evolução das relações de Cuba com os Estados Unidos da seguinte forma:

A proximidade espacial e a facilidade com que os dinamismos da economia norteamericana especializaram Cuba, convertendo-a em uma feitoria agroindustrial moderna, impuseram aos Estados Unidos o problema político de como impedir a evolução nacional cubana e de como proceder para formalizar, diplomática e legalmente' (sob uma aparência de consenso), a satelização política de Cuba.¹²²

Posteriormente, Florestan Fernandes introduz ao debate sobre a Revolução Cubana questões como:

A incapacidade das elites dominantes cubanas em promover a "descolonização completa" e a presença de uma "exploração capitalista dual", na qual as classes dominantes locais se unem às nações mais poderosas para uma "brutal pilhagem sem fim".¹²³

Sua análise remete-se diretamente ao problema da situação neocolonial de Cuba e do posicionamento da burguesia insular diante das condições concretas do ano 1950. Para ele, a situação neocolonial cubana consolidou-se de modo mais acentuado do que nos demais países latino-americanos porque ao longo do processo de independência (1868/1895) a burguesia cubana recuara diante do "risco provável de ter de levar a revolução mais longe".

Atrela também a esta análise, a gritante situação da violenta exploração e pilhagem realizada em Cuba pelos Estados Unidos, juntamente com as classes dominantes cubanas. Este processo acaba por favorecer e resultar em posições antinacionais e reacionárias da

¹²¹ Rui Barbosa, notável Jurista que fora primeiro ministro da Fazenda após a proclamação da República, opôs-se à Doutrina Monroe, considerada por ele uma falácia. Previu que, com a vitória dos EUA sobre a Espanha, a diplomacia europeia teria que encontrar um *modus vivendi* adaptável à política imperialista da Casa Branca; e ao substituir Salvador Mendonça na chefia da legação brasileira em Washington, reconheceu também que a guerra com a Espanha acentuara a orientação dos Estados Unidos para a adoção de uma "política de imperialismo" em substituição à colonização Europeia. In: *Ofício, Assis Brasil ao chanceler Olynto de Magalhães, Washington, 28.6.1898. AHI-233/4/12, apud BANDEIRA, 1998, op. cit., p.34.*

¹²² FERNANDES, 1979, op. cit., p. 37-39. In: **Estudios interdisciplinarios de América Latina y el Caribe** 2008.

¹²³ Id., 1981, p. 98.

burguesia, bem como numa aliança mais orgânica entre essa e os interesses dos Estados Unidos. Também compreende e observa que a principal lição do processo cubano seria entender como é "um erro pensar que a burguesia possa movimentar-se com certa liberdade através de uma possível reforma do capitalismo".¹²⁴ Entretanto, segundo Fernandes, a Revolução Cubana foi "revolução em avanço, que tem de desagregar e destruir toda a ordem preexistente até ao fundo e até ao fim, e foi isto que na prática aconteceu para lançar as bases da formação e da evolução históricas de um novo padrão de civilização".¹²⁵

Portanto, em Cuba, ocorre um processo dual que irá configurar e deflagrar a Revolução Cubana em 1959. As características de revolucionária, de anticapitalista e de antiimperialista atribuídas por Florestan Fernandes ao processo revolucionário cubano, vinham relacionadas ao aprofundamento e, também, ao comportamento reativo da burguesia cubana e dos Estados Unidos, por um lado, e ao crescente radicalismo das classes populares, por outro.

Ainda, segundo esse autor, com a frustração da emancipação nacional, essa apenas serviu para reformular, aprofundar e transferir para o futuro as funções históricas desagregadoras e construtivas da revolução nacional. Um dos efeitos mais importantes desse processo aparece no tipo de nacionalismo que acaba se constituindo em Cuba, pós-processo de Independência, ao longo de uma evolução secular.

Em outros países da América Latina, sentimentos e ideais nacionalistas foram decepcionados da idéia de nação, pois o que se definiu como "nação" era uma projeção "liberal" dos interesses e dos valores conservadores dos estamentos privilegiados (que de fato, não realizaram um movimento nacional, mas limitaram-se a criar um estado oligárquico, de substituição da Coroa e do governo colonial). Todas estas especificidades históricas cubanas, desde o processo de independência, vinham antes do aparecimento de burguesias mais ou menos consolidadas e, portanto, estava-se muito longe das funções que o nacionalismo representou, no desenvolvimento do modo de produção capitalista, como fator de unificação política e de hegemonia social de classe.

Em Cuba, mesmos os rudimentos dessa transformação não se produziram historicamente e o nacionalismo confinou-se aos setores mais radicais das várias camadas sociais da população. Ele não cresceu a partir da dominação econômica, social e política dos estratos conservadores, freqüentemente aliados aos controles externos e à própria repressão

¹²⁴ Id., 1981, p. 102.

¹²⁵ Id., 1981, p. 104.

antinacionalista. Mas, da confluência de várias forças sociais divergentes, empenhadas pela libertação nacional no combate ao governo colonial e à dominação espanhola, ou nas lutas contra o imperialismo e a dominação norte-americana.

Deste modo, em Cuba, ocorre a potencialização de um tipo de nacionalismo de baixo para cima, sob uma constante fermentação política, radical-nacional, que oscilava nos momentos de maior tensão econômica, social e política. Acresce que todos os conflitos, entre estamentos, primeiro, e entre classes, depois, tinham de passar pelo crivo desse nacionalismo militante e de sua alta fermentação política. Ora, este fora paralisado ou neutralizado pela ordem social colonial e, por pouco mais de meio século, pela ordem social neocolonial. O que não acabara por impedir que crescesse, amadurecesse e acabasse por exprimir um corte vertical de uma sociedade lançada com todo vigor na aspiração de tornar-se uma nação-livre, independente, e senhora de seu destino histórico e de sua soberania política.¹²⁶

A forte consciência anticolonial que se observa na história cubana, emerge e se desenvolve a partir das lutas pela independência. O início das idéias de independência passa a ocorrer em decorrência da crise acontecida entre 1857 e 1866, que afeta diretamente a frágil economia espanhola, que não promoveu nem acompanhou o desenvolvimento industrial capitalista europeu. Desfalcado grande parte de seu império, mas vivendo exclusivamente de suas colônias, a metrópole intensificará a espoliação colonial, aumentando a taxaço dos impostos na tentativa de minimizar a crise.¹²⁷

Comprimida pela situação, não podendo mais sustentar o braço escravo e diante da ameaça de perder suas terras pelas sucessivas hipotecas, a oligarquia do oriente, que já vinha questionando a metrópole e o velho sistema colonial, o faz agora de maneira insurrecional. O terrateniente Carlos Manuel de Céspedes¹²⁸ liberta seus escravos, formando com eles um exército, que deflagra a luta pela emancipação colonial. Abafado o motim, o qual perdura por dez anos, de 1868-1878, primeira fase da luta pela independência – este não contou com a participação dos grandes proprietários rurais do ocidente, comprometidos com os interesses espanhóis e contrários à abolição, pois a força de trabalho que compunha as lavouras era substancialmente escrava. O caminho da libertação cubana, diferentemente de outros casos latino-americanos, estava intimamente ligado à abolição da escravidão.¹²⁹

¹²⁶ FERNANDES, 1979, op. cit., p. 57.

¹²⁷ BARSSOTI, 1999, op. cit., p. 135.

¹²⁸ Carlos Manuel de Céspedes proclamou a independência de Cuba da Espanha e a abolição da escravidão, em 10 de outubro de 1868, dando início à Guerra dos trinta anos

¹²⁹ FERNANDES, 1979, op. cit., p. 136.

Quando a repressão espanhola impõe-se, com a intervenção material dos Estados Unidos, o fenômeno político típico de finalização das revoluções latino-americanas se manifesta: a conciliação entre frações das classes dominantes cubanas e os interesses externos. A paz, assinada em 1878, demonstrou a incapacidade dos proprietários rurais, como condutores pela luta pela independência, e provocou frustração e revolta nos setores populares liderados por Antonio Maceo¹³⁰ e o dominicano Maximo Gomes, que não se capitularam diante da rendição e exilaram-se de Cuba.

À luz das experiências dos processos de independência latino-americanas, José Martí, um dos construtores da história cubana, aponta para o caráter internacional que o processo de libertação nacional continha: o de ser uma barreira às pretensões do jovem imperialismo norte-americano de estender-se primeiro sobre as Antilhas e, na seqüência, por todas as terras latino-americanas. O internacionalismo de Martí sustentava-se não só na construção de uma nação politicamente independente, como também na emancipação do predomínio econômico norte-americano. Martí propunha a construção de um partido político¹³¹ que pudesse conduzir e organizar o espírito revolucionário com vistas a alcançar a independência a fim de evitar a intervenção norte-americana.

O período pré-revolucionário seguinte inicia-se em 1895, com a aglutinação das forças remanescentes da Guerra dos Dez Anos, além dos setores da pequena burguesia, dos escravos libertos em 1886 e trabalhadores urbanos liderados por José Martí, Máximo Gomes e Antonio Maceo em torno do Partido Cubano Revolucionário. Através desta nova aglutinação e composição de forças, engajadas no processo de independência, a luta ganha um caráter popular de massas, que, pela primeira vez na América, expressará sua natureza antiimperialista-internacionalista.

Esse nacionalismo puro, de apóstolos (lembrem-se da representação normal e do culto a José Martí) que se insurgia contra a capitulação negociada dos estratos dominantes da burguesia e contra a intromissão sistemática de imperialismo.

¹³⁰ Antonio Maceo, um afro cubano, foi o principal comandante guerrilheiro durante a guerra dos trinta anos.

¹³¹ As idéias geniais de José Martí e de Vladimir Ilitch Lênin sobre a necessidade de um partido para dirigir a revolução estavam mais do que nunca presentes em suas orientações políticas partidárias. Suas ideologias não se pautavam através do pensamento liberal ou burguês, mas no da classe social revolucionária que a própria história havia colocado à frente da luta pela libertação da humanidade: a classe operária, o marxismo-leninismo, que já haviam feito tremular valentemente em 1926, Baliño e Mella. Assim, dão-se as mãos dois homens em dois cenários históricos diferentes, mas com pensamentos convergentes: o primeiro, símbolo da libertação nacional contra a colônia e o imperialismo norte-americano, em 1895; o outro, em 1917, forjador da primeira revolução socialista no elo mais fraco da cadeia imperialista. Libertação nacional e socialismo, duas causas estreitamente irmanadas no mundo moderno. In: SADER, Emir; FERNANDES, Florestan (Orgs) . **Fidel Castro**. São Paulo: Editora Ática. 1986, p. 133-155.

A Martí, segundo Sader,¹³² cabe o mérito de “enquadrar a luta anticolonial de Cuba dentro de uma concepção antiimperialista” como uma das determinações explicativas da passagem interrompida de uma revolução democrática e nacional para um processo anticapitalista e socialista, vinculando diretamente a independência nacional à libertação social e política do país.

Assim, nas décadas que precedem a emancipação cubana diante do regime espanhol, em 1930-1950, esse nacionalismo ressurgiria em um clímax histórico, batendo-se aguerridamente contra esses dois pólos simultâneos em um clima político suscetível de elevar ao máximo sua eficácia ideológica e utópica.

Dada a penetração imperialista na dominação burguesa, a compulsão contra a ordem neocolonial abrange componentes radicais-burgueses, que poderiam conter a revolução nacional sob o capitalismo, e componentes estritamente anticapitalistas, que tenderiam a levar a revolução nacional até ao fundo.¹³³ Na luta contra Batista, esses dois componentes se mesclaram e ativaram-se mutuamente. Depois do êxito do exército rebelde, os segundos componentes se impuseram e cresceram rapidamente, mostrando a verdadeira face revolucionária do nacionalismo cubano.

Portanto, nenhum país na América Latina chegou a elaborar um nacionalismo desse tipo, que pudesse se encadear quer a uma vitória burguesa, com a integração nacional que daí poderia resultar, quer a uma vitória das massas e do proletariado, com a liberação nacional conseqüente e a transição para o socialismo.¹³⁴

Nas fases decisivas da desagregação da ordem social, neocolonial, esse nacionalismo libertário teve uma enorme importância dinâmica na mobilização das massas e na implantação do poder popular, pois as raízes do sentimento antiimperialista do povo cubano, sobre o qual se assentou o Movimento Revolucionário 26 de Julho, (MR, 26) encontra-se em sua história de exploração e opressão colonialista, já que Cuba foi a última colônia americana a se libertar do domínio da Espanha, em 1898.

Assim, no lugar do antigo colonialismo espanhol, estabeleceu-se um protetorado do imperialismo norte-americano. Fez sua primeira ocupação militar na ilha em 1898. Perdurando até 1902, obrigou a Assembléia Constituinte reunida em Havana a inserir na Constituição cubana uma lei do Congresso dos Estados Unidos, a Emenda Platt, que permitia ao imperialismo ianque fazer intervenções militares, assegurar concessões para a exploração

¹³² SADER, Emir. **A Revolução Cubana**, São Paulo: Brasil Urgente, 1992, p. 20-21.

¹³³ FERNANDES, 1979, op. cit., p. 57.

¹³⁴ Ibid, p. 58.

mineral e construir uma base naval na ilha. Era o “Big Stick” (grande porrete), política de intervenções norte-americanas na América Latina, iniciada no governo de Theodore Roosevelt. Em 1903, o governo fantoche de Tomás Estrada Palma concedeu aos EUA, por 99 anos, a base naval de Guantánamo.¹³⁵

Para se ter noção de como foi do início a meados do século XX, é preciso lembrar que o imperialismo ianque controlou os principais ramos da economia cubana. Dominou os setores dos serviços públicos, de refinamento de petróleo, de mineração, dos bancos e dividindo com a burguesia nacional a produção açucareira, a criação de gado e o turismo.

Sob a ditadura de Batista (1952-1959), as concessões ao capital ianque se ampliaram e Havana tornou-se um centro de livre atuação da Máfia norte-americana, que explorava o tráfico de drogas, os jogos e a prostituição. Cuba era então conhecida como o bordel dos Estados Unidos, haja vista a tamanha e gritante espoliação inerente ao esbulho colonial que, mesmo após a Independência do país frente à Espanha, continuou a imperar. A revolução nacional, tão almejada por José Martí, frustrada, converteu-se numa herança política, transferida para o futuro.

Em resposta agora ao pesado domínio imperialista norte-americano, desenvolveu-se, em vários setores sociais, um forte sentimento nacionalista dirigido contra o imperialismo ianque e a burguesia nacional a ele aliada.

Nos anos 50, o nacionalismo ganhou força como movimento de oposição de característica marcadamente pequeno-burguesa, através do Partido Ortodoxo, que defendia reformas sociais e econômicas. Foi uma ala desse partido, a mais identificada com os anseios da pequena burguesia, que iniciou a guerrilha do MR 26 de julho pela derrubada da ditadura patrocinada pelo imperialismo.

Fidel Castro identifica-se com essa herança ao retomar a tradição de Martí e de sua ideologia revolucionária. Acabar com as ditaduras que apenas prolongavam como versão militar e política modernizada, a tirania espanhola, e extinguir a satelização aos Estados Unidos, que apenas era uma versão imperialista da dominação colonial, tornaram-se dois pólos *sine quo mon* da revolução nacional.¹³⁶

Nessa conjuntura, para muitos, é um enigma o fato de que a Revolução, que iria abrir pelo meio a história das Américas e causar inúmeros questionamentos acerca da práxis de sua implementação no Continente, seio da própria esquerda latino-americana, tenha ocorrido em

¹³⁵ Ver: **A conversão de uma guerrilha pequeno-burguesa ao stalinismo contra-revolucionário**. Artigo extraído do Jornal *Luta Operária*, n. 152, 2ª Quinzena de Julho, 2007.

¹³⁶ FERNANDES, 1979, op. cit., p. 18.

Cuba. Por que Cuba? Porque essa representa para todas as Américas a conquista de um patamar histórico-cultural que parecia nebuloso ou improvável e, para a América Latina, em particular, a evidência de que existem alternativas socialistas para a construção de uma sociedade nova no Novo Mundo.¹³⁷

Na América Latina, encontramos uma combinação de fatores muito mais forte e prometedores que na Europa ou no Médio Oriente. Pois, aqui, a resistência às premissas do liberalismo e às do imperialismo conjuga não somente o cultural, mas o social e o nacional, ou seja, comporta uma visão emergente de outro tipo de organização da sociedade e outro modelo de relações entre os Estados. Não se pode esquecer também que, a América Latina, é uma área do mundo com uma história contínua de sobressaltos revolucionários e de lutas políticas radicais que se arrastaram por bem dizer, quase todo século XX.

Nem na Ásia, nem na África, nem na Europa, encontram-se equivalentes à cadeia de revoltas e revoluções que marcaram a particular experiência latino-americana, a qual, de um século para cá, vem dando conta de novas explosões que se sucedem a derrotas. Entretanto, grande parte dessas efervescências políticas na América Latina, tirando Cuba, é claro, foi esmagada com o ciclo de Ditaduras Civil-Militares, que, começando no Brasil em 1964, depressa se alastraram à Bolívia, ao Uruguai, ao Chile e à Argentina na década de 70.

Em suma, nessa conjuntura de sobressaltos revolucionários que eclode na América Latina uma experiência revolucionária – a Revolução Cubana de 1959 - que durante sua vigência como guerrilha, poder, Estado e regime exerceu um extraordinário fascínio e influenciou amplos setores políticos sociais e progressistas no Continente e fora dele.¹³⁸

Como se sabe, com a vitória da Revolução em Cuba, se produziu, no início da década de 60, um “efeito eletrizante” na juventude latino-americana, especialmente naquela que já se vinculava ou simpatizava com as idéias de esquerda. A sua eclosão e o seu desdobramento em Revolução de caráter socialista gerou um clima e uma sensação crescentemente inebriante, fazendo com que muitos dos jovens latino-americanos adotassem o receituário revolucionário da guerra de guerrilhas ou, ainda que não o fizessem, “se transformassem em partidários de um radicalismo político que pudesse se contrapor às estruturas vigentes, corporificadas no Continente americano, através dos interesses das burguesias locais, e do governo dos EUA”.¹³⁹

¹³⁷ Ibid, p. 55-56.

¹³⁸ ANGEL, A., La Esquierda en América Latina desde 1920. p.101 In: BETHELL, L. (ed.), **Histórica de América Latina**. Política y Sociedad desde 1930. Vol. 12. Barcelona: Crítica, 1997, p. 73-131.

¹³⁹ Ibid, p. 101.

CAPÍTULO II - AMÉRICA LATINA, CUBA: NACIONALISMO NO SÉCULO XX, REVOLUÇÃO E SOCIALISMO.

No século XX, alguns consideráveis países da América Latina reagiram, com maior ou menor intensidade, às condições de dependência herdadas do século XIX. Desde a Revolução Mexicana, iniciada em 1910, até a vitória do candidato socialista Salvador Allende, nas eleições presidenciais chilenas em 1970, em muitos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e militares ocorridos nesse período, os países latino-americanos tentaram demonstrar um empenho: romper com as estruturas de dependência criadas na América Latina e legitimadas pelo imperialismo norte-americano.

A crise do liberalismo e da democracia, após a Primeira Grande Guerra Mundial, abriu caminho para as correntes de pensamento antiliberais que defendiam a necessidade da presença de um Estado forte, intervencionista, capaz de promover o progresso dentro da ordem. A Revolução Russa de 1917 produziu o fantasma do comunismo, que circulou pelos quatro cantos do mundo. Na América Latina, o temor de sublevação das camadas populares se fez presente desde o processo de Independência e, no século XX, tornou-se mais agudo a partir da experiência comunista: os setores das classes dominantes aventavam a possibilidade de que a “Revolução” poderia encontrar terreno fértil. As idéias liberais, importadas dos EUA e da Europa, eram vistas como inadequadas à realidade latino-americana. Nesta conjuntura, o antiliberalismo ganhou espaço, e a integração política das massas foi indicada como solução capaz de conter a revolução popular.¹⁴⁰

¹⁴⁰Em relação ao conceito de populismo na América Latina, a intenção não é desenvolver uma análise apurada das especificidades que o mesmo adquire na conjuntura latino-americana, em países diferentes, o que se ressalta são, por exemplo, características comuns que podem ser visualizadas sobre algumas questões, a exemplo, o nacionalismo, a legislação trabalhista e social, o sindicalismo, o totalitarismo, as formas de atuação do Estado perante os trabalhadores, o processo de industrialização, etc. É importante frisar que muitos dos estudos que tratam das teses sobre o “populismo clássico” (tanto no Brasil, como na Argentina, e também no México, com Cardenas de 1936-40) incorporaram a perspectiva dos historiadores ingleses responsáveis pelas novas abordagens sobre os movimentos sociais, sobretudo no que se refere ao questionamento da incapacidade da classe trabalhadora de escolher seu próprio caminho. Eduard P. Thompson, em **The marking of the English working class**, considera a classe social como um ator social integrado às relações sócio-políticas, nas quais realmente participa. Contestando as análises que insistem na eficácia da manipulação do líder populista em relação aos trabalhadores e as que explicam a atuação da classe operária a partir de um tipo de necessidade histórica que transcende suas práticas efetivas, entende essa classe como ator histórico da sociedade de seu tempo. Não como suposto portador da sociedade futura. In: CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Populismo latino-americano em discussão**. Apud FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Civilização Brasileira, 2001. p. 127-128. Também Ângela Castro Gomes, em suas análises sobre o trabalhismo no Brasil, partiu de premissas similares e, a partir de uma abordagem diferente, desmistificadora,

Na década de 1930, as teses favoráveis à construção de um Estado com capacidade para planejar, organizar, dirigir o desenvolvimento econômico e intervir nos conflitos sociais e políticos ganharam terreno, o regime fascista na Itália e o nazismo na Alemanha, passaram a ser indicados em contraposição aos regimes liberais em descrédito. Mesmo governantes contrários ao nazi-fascismo procuraram introduzir em seus países um Estado forte, promotor da legislação social e mediador dos conflitos sociais. Nesse sentido, alguns regimes da América Latina do pós década de 1930 adotaram essa política, denominado populista por muitos autores.¹⁴¹

Por sua parte, entre os projetos populistas¹⁴², ressaltam: no Brasil, o governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945) e, na Argentina, o golpe de Estado de 1943, a partir do qual adquire relevância Juan Domingo Perón, eleito para a presidência em 1946. Em 1944, é derrotada na Guatemala a ditadura de Juan José Ubico e, pouco depois, abre-se a etapa dos governos antiimperialistas encabeçados, respectivamente, por Juan José Arévalo (1945 - 1950) e Jacobo Arbenz (1951 - 1954).¹⁴³

Em perspectiva histórica, podemos afirmar que o nacionalismo de vertente progressista, foi a primeira e mais generalizada contraposição, em nível governamental, ao tipo de imperialismo exercido pelo governo norte-americano na América Latina.¹⁴⁴

aprofundada do problema, propôs uma revisão historiográfica sobre o tema que teve enorme repercussão entre os estudiosos do período. As teses sobre o populismo foram postas em cheque pela autora.

¹⁴¹ Ibid, p. 127.

¹⁴² O sentido de "populismo" que passou para a história tem uma carga semântica altamente negativa. Os políticos populistas são estigmatizados como enganadores do povo, por suas promessas jamais cumpridas e como aqueles capazes de articular retórica fácil com falta de caráter (GOMES, 2001). O sentido negativo não diz respeito apenas à figura do político populista, mas ao fenômeno como um todo, pois só é possível a eleição de um populista por eleitores que não sabem votar ou que sempre se comportam de maneira dependente, como se estivessem à espera do "príncipe encantado". Já para Jorge Ferreira, no início do século XX, ser considerado populista no Brasil era um elogio. Em pesquisas em arquivos de jornais, o autor encontrou algumas menções a "populismo" e "populista" em sentido positivo, utilizadas em discursos dos próprios políticos. Populista, no caso, era aquele que estava próximo do povo, ouvia suas aflições e conseguia compreendê-lo. Sentido comum em sociedades nas quais as elites políticas encontram-se distante das massas: onde não há canais de interlocução convencionais, o povo busca alternativas para ver atendidas suas demandas. Quando os populistas passaram a ocupar espaço na política, vencendo as eleições contra liberais e conservadores, o conceito começou a receber uma conotação pejorativa. É verdade que politicamente o populismo encontrou uma certa funcionalidade em vários países latino-americanos ao servir de alternativa ao risco de uma onda comunista. Nas primeiras décadas do século XX, o populismo representava a promessa de um Estado forte e personalista, aliado a uma legislação social e a uma liderança carismática, que tinha o objetivo de combater o perigo do comunismo no continente (CAPELATO, 2001). Essa alternativa foi adotada como barreira ao comunismo em países como México e Argentina, entre outros, principalmente após a Revolução Russa de 1917. In: CERVI, Emerson Urizzi. **AS SETE VIDAS DO POPULISMO**, Revista de Sociologia e Política, nº.17 Curitiba Nov. 2001

¹⁴³ Sobre esse assunto, Ver: SUÁREZ, Luis. **Madre América: un siglo de violencia y dolor [1898 - 1989]**. Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2004, p. 148 - 173.

¹⁴⁴ IANNI, 1974, op. cit., p. 36.

Após a Segunda Guerra Mundial e com a libertação pelo Exército Vermelho dos países assolados pelo regime nazista, juntamente ao avanço dos comunistas no Leste da Europa, os norte-americanos reduziram sua atenção sobre a América Latina. Assim concentraram seus esforços na reconstrução do Velho Continente, na tentativa de formar um sólido obstáculo à expansão da URSS. A Guerra Fria deu nova configuração às relações interamericanas, especialmente com a Guerra da Coreia. Inicialmente, a região latino-americana perdera sua importância estratégica. Os EUA desviaram todos seus esforços para outras regiões, o que gerou inúmeras insatisfações entre os países latino-americanos, que foram renegados a um segundo plano.

Posteriormente, ao longo da década de 1950, a política externa norte-americana começou a redefinir sua política interna voltada para os países da região latino-americana. O alastramento do comunismo, combatido na Europa pós-II Guerra Mundial, através dos planos de ajuda política e econômica de reconstrução da Europa, “Plano Marshall”¹⁴⁵, deveria ser combatido agora na América Latina. Essa constatação moldou grande parte das iniciativas em relação à América Latina, fossem elas relacionadas à segurança ou ao desenvolvimento. Foi determinante também essa constatação para criar sérios erros de interpretação, que acabaram por confundir revoltas nacionais materializadas em algumas estratégias de governo pela América Latina como avanço das influências comunistas.

Isso se dava em razão do tipo de ameaça que se figurava no Hemisfério Ocidental: não se tratava de possibilidade direta de interferência da URSS na região, como ocorria ao longo do leste da Europa, mas do perigo de organização de grupos (apoiados ou não pela URSS) que ameaçassem internamente a política imperialista implementada pelos EUA na região. No entanto, a agenda de segurança para o Hemisfério era mais anti-subversiva do que anti-soviética.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Conforme Hobsbawn (1994, op. cit., p. 237), a Doutrina Truman e o seu instrumento, o Plano Marshall, visavam “uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados, dominada pelos EUA”. Nesse sentido, a América Latina, conforme a decisão do Departamento de Estado, em 1949, e os documentos que instruíam as delegações norte-americanas, as conferências econômicas interamericanas, “deveriam constituir-se em *reserva estratégica* para garantir o poderio econômico e militar dos Estados Unidos dentro do novo arranjo mundial que deu origem à Guerra-Fria”. BRAGA, Paulo Romeu. **Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas**. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 45, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, p.48. *apud* BOTEGA, 2009, op. cit., p.3.

¹⁴⁶ FERREIRA, Oliveiros. **A Agenda Interamericana pós Iraque. Perspectiva vista da América Latina**. In: **Seminário Internacional – As relações dos Estados Unidos – América no contexto da doutrina Bush**. 15-16 de setembro de 2003. *Apud* NETO, Hélio Franchini. **A Política Externa Independente em ação: A Conferência de Punta del Leste em 1962**. Este artigo é extensivamente baseado na dissertação de mestrado do autor, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo, em novembro de 2004. p. 133-134.

Conseqüentemente, a essa analogia dos EUA em relação aos tipos de nacionalismo que parecia prosperar e se radicalizar no Continente americano, em 1947 (antes mesmo das tentativas nacionalistas revolucionárias na Bolívia, em 1952, e na Guatemala, em 1954, colocando em cheque os interesses do imperialismo norte-americano) foi aprovado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Este passa a impor obrigações de ajuda mútua e de defesa comum das repúblicas americanas.

Em 1948, realizou-se a IX Conferência Pan-Americana, que decidiu pela formação da OEA. Estes tratados tinham mais objetivos políticos e militares do que econômicos, não traziam nenhuma vantagem econômica para o sul do Continente. No período que vai de 1947 até o final da década de 50 predominou uma política de obstaculizar o desenvolvimento industrial na América Latina, por parte do governo norte-americano. Assim, a busca incessante do desenvolvimento científico – tecnológico e econômico de alguns países da América Latina, assim como Brasil, Argentina, México, deveria ficar a cargo dos Estados nacionais.

Nesse sentido, a OEA passou a ser o principal instrumento na manutenção da hegemonia política e militar norte-americana na América Latina. Em março de 1954, diante do crescimento do movimento nacionalista considerado de esquerda por alguns países da América Latina, ela fez aprovar a Declaração de Solidariedade para a Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos Contra a Intervenção do Comunismo Internacional.

Nesse documento declarava-se:

O domínio ou controle das instituições políticas de qualquer Estado americano por parte do movimento internacional comunista, que tenha por resultado a extensão até o Continente americano do sistema político de uma potência extracontinental, constituiria uma ameaça à soberania e à independência política dos Estados americanos, o que poria em perigo a paz da América!¹⁴⁷

Vários delegados posicionaram-se contra o teor da declaração que era uma ameaça à soberania popular de cada país. Assim, o Continente americano presenciava, na década de 1950, forte direcionamento de sua política interna econômica para a superação da condição de dependência política e econômica, que se constituiu na América Latina diante dos interesses do governo do EUA. Assim, o desejo de um desenvolvimento autônomo parecia se expandir pelo conjunto dos países da região. Juan Domingo Perón (Argentina), Getúlio Vargas (Brasil),

¹⁴⁷ BUONICORE, Augusto C. **Expansão dos EUA na América Latina: origens remotas da Alca**. Disponível em: www.vermelho.org.br. Acesso em 25 de junho de 2009.

Jacobo Arbenz Guzmán (Guatemala) e os revolucionários bolivianos de 1952 deram até a metade da década de 1950 uma pequena amostra desse desejo, representado por uma nova fase do nacionalismo latino-americano.¹⁴⁸

Sobre esta questão, em relação ao nacionalismo que se constitui na América Latina, em oposição aos interesses do imperialismo norte-americano, BOTEGA (2009, op. cit., p. 4) ressalta que:

O nacionalismo latino-americano desenvolveu-se fundamentalmente em oposição ao expansionismo norte-americano, que pode ser verificado desde a Guerra contra o México, na década de 1840, passando pela política do *Big Stick* e o Corolário do presidente Theodore Roosevelt. Apesar de ter força desde os primórdios das lutas pela independência da América Espanhola e do Brasil, o nacionalismo latino-americano começou a mostrar força, sobretudo, na década de 1910, no México e na América Central, e na década de 1920 no Brasil e na Argentina,¹⁴⁹ tendo atingido uma maior significância entre 1930 e 1945. Naquele contexto, um novo paradigma de relações internacionais estava sendo gestado em oposição ao paradigma liberal conservador, hegemônico desde o século XIX. A partir deste novo paradigma, “o desenvolvimento das nações convertia-se em vetor das decisões de governo em matéria de política externa”¹⁵⁰ tornando-se o principal ponto de reivindicação de um nacionalismo que “à medida em que se voltava contra os interesses e a hegemonia dos EUA, configurou-se como pró-Eixo ou simpático ao nazifascismo”.¹⁵¹ Porém a partir dos anos 1950, o nacionalismo latino-americano passou a assumir “um caráter cada vez mais à esquerda no contexto da Guerra Fria, devido à bipolaridade do conflito internacional pós-1945”.¹⁵²

Em 1952, porém, enquanto o coronel Batista estabelecia em Cuba uma ditadura, depois de derrubar com um golpe militar o governo de Prío Socarrás, sucessor de Grau San Martín, uma revolução mais profunda e radical do que a ocorrida na Guatemala, a partir de 1944¹⁵³, processava-se na Bolívia. O líder do Movimento Nacionalista Revolucionário

¹⁴⁸ BOTEGA, 2009, op. cit., p. 2.

¹⁴⁹ Sobre o nacionalismo argentino entre as décadas de 1920 e 1950, BOTEGA, 2009, op. cit., p.2 indica como referência bibliográfica BEIRED, José Luis Bendicho. “**A grande Argentina**”: um sonho nacionalista para a construção de uma potência continental. In: **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 42. São Paulo, 2001, p. 303-322; SALAVERRI, Elena Piñeiro. **La tradición nacionalista ante el peronismo**. In: **Revista Colección**, n. 3. Buenos Aires: PUC-Arg./Instituto de Ciências Políticas y Relaciones Internacionales, 1996. p. 49-60.

¹⁵⁰ CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 37, *apud* BOTEGA, 2009, op. cit. p.2.

¹⁵¹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 37, n. 2. Rio Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1994, p. 55-56, *apud* BOTEGA, 2009, op. cit., p. 2.

¹⁵² *Ibidem*, p. 56.

¹⁵³ Na realidade, no ano de 1944, na Guatemala, acontecera uma primeira tentativa de redefinição política de governo através de um civil, Juan José Arévalo, que não tinha qualquer vinculação com as ditaduras militares e rejeitava as premissas do marxismo clássico. Pregava uma doutrina vaga, por ele denominada “socialismo espiritual”. Fora eleito Presidente da República pelo Partido de Acción Revolucionária no ano de 1944, após um levante popular contra a ditadura de Jorge Ubico (1931-1944). No seu governo, promulgara, em 1º de maio de 1947, o novo Código do Trabalho, aprovado no Congresso, garantindo aos trabalhadores direitos que lhes foram negados no passado pelas ditaduras militares. Sobre esse novo Código de Trabalho pode ser exemplo: certos limites para contratação de estrangeiros, jornada de trabalho limitando-se a 48 horas, organização de sindicatos e

(MNR), Victor Paz Estensoro, que fora ministro da Fazenda no governo Villarroel, asilara-se na Argentina desde a derrubada (1946) e vencera, *in absentia* a eleição para a presidência da República em 1951. Na ocasião, provocou a renúncia do Presidente Mamerto Urriolagoitia e a ascensão da junta militar, com o propósito de impedir a posse de Estensoro.

Como conseqüência, apesar da derrota na guerra civil de 1949, os trabalhadores nas minas de estanho e outros setores da população, sobretudo da classe média baixa, novamente insurgiram-se em 09 de abril de 1952, atendendo as aclamações de Hernán Siles Suazo, que fora candidato a vice-presidente na chapa de Estensoro, e de Juan Lechín, secretário-geral de la Federación Sindical de los Trabajadores Mineros de Bolivia (FSTMB).¹⁵⁴

Nos centros mineiros e em várias cidades da Bolívia, os trabalhadores assaltaram os quartéis, tomaram as armas e, ao marchar sobre La Paz, já derrubada a Junta Militar, destroçaram as unidades do Exército, a dinamite e metralha, e todo o aparato repressivo do Estado, juntamente com a ordem política. Esbarrocou-se após três dias de violentos combates, com mais de 200 mortos e 5.000 feridos.¹⁵⁵

Com a chegada de Estensoro ao poder, as principais medidas nacionalizantes, como (a encampação das minas de estanho, um programa radical de reforma agrária, com a liquidação total do Exército e sua substituição por milícias populares) mobilizaram inúmeras atenções acerca de suas novas orientações no plano político e econômico por parte do governo dos EUA. Este agia interessado em proteger interesses econômicos e comerciais de algumas empresas norte-americanas na região boliviana.¹⁵⁶ Essas novas transformações políticas e econômicas foram temerosas por parte do governo norte-americano e encaradas como uma “possível influência” do comunismo internacional.

A base que compunha a aliança de governo boliviano agrupava elementos de diferentes tendências políticas e ideológicas. Tanto da direita como da extrema esquerda – conforme telegrama da embaixada brasileira em La Paz – o que acabou motivando a cautela por parte do governo dos EUA, na tentativa de evitar que o governo boliviano se radicalizasse ainda mais.¹⁵⁷ Outro memorando do embaixador brasileiro em La Paz¹⁵⁸ adverte que o não

direito a greves, relativos a estabelecimentos rurais com mais de 500 trabalhadores rurais ou mais de 1000 empregados. Essas medidas afetaram os interesses da United Fruit Company e da Compañía Agrícola de Guatemala, proprietárias de vastas regiões de plantações que empregavam centenas de trabalhadores, bem como da International Railways of Central América (IRCA), que se sentiram lesadas. In: BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 98-99.

¹⁵⁴ Ibid, p. 105.

¹⁵⁵ Ibid, p. 105.

¹⁵⁶ Ibid, p. 106.

¹⁵⁷ Ibid, p. 108.

¹⁵⁸ Carta-Telegrama n.º 70, confidencial da embaixada do Brasil em La Paz, a Hugo Bethlem, 16/23.9. 1952.

reconhecimento do governo Paz Estensoro poderia enfraquecer o movimento revolucionário e deixar o país, por estar em pleno coração da América, vulnerável ao comunismo internacional.

Assim, a resolução do impasse contou com a importante mediação brasileira¹⁵⁹ do irmão do Presidente Eisenhower, Milton Eisenhower, que percorreria em viagem de observação e ressaltou: “a necessidade do governo do Estado norte-americano em não confundir qualquer movimento social com marxismo, toda reforma agrária com comunismo ou antiamericanismo com posição pró-soviética”.¹⁶⁰

A moderação do caso boliviano, porém, não se repetiu no caso seguinte, gestado já nos anos de 1944, na Guatemala. Medidas semelhantes de nacionalização foram utilizadas também como ponta de lança no governo de Juan José Arévalo (1945-1950), o que levou a oposição a caracterizá-lo como comunista. Em 1949, o Departamento de Estado norte-americano iniciou uma guerra diplomática-econômica de baixa intensidade contra a Guatemala. Em 1951, Jacob Arbenz assume a presidência e amplia ainda mais as transformações de Arévalo, principalmente nas questões que tangem à pauta relacionada à terra, ou seja, à reforma agrária, que passa a divergir dos interesses do imperialismo norte-americano, corporificadas na empresa United Fruit.¹⁶¹

Independente das causas, o governo de Arbenz foi encarado por muitos como indícios de infiltrações comunistas na América Central, especialmente pelos EUA, fazendo com que, em sentido contrário, mobilizassem a convocação da X Conferência interamericana realizada em Caracas em 1954. No encontro, aprovou-se a chamada “Declaração de solidariedade para preservação da integridade política dos Estados americanos contra a intervenção do comunismo internacional, por constituírem intervenção nos assuntos americanos”. A resolução fora aprovada pela imensa maioria, Guatemala votou não, Argentina e México se abstiveram. Mas, ao mesmo tempo em que neste encontro condenavam o comunismo, a resolução reforçou o princípio da não-intervenção, outra preocupação central nas discussões e interesses dos países latino-americanos, antes mesmo da construção da OEA.

CTs- Telegramas recebidos – 1947-1956. *Apud* BANDEIRA, 1998, p. 108.

¹⁵⁹ Essa possível mediação brasileira no impasse entre o governo norte-americano em relação às novas políticas radicais nacionalistas implementadas na Bolívia, BANDEIRA, 1998. *op. cit.* p. 109, resalta que o governo brasileiro temia que a influência de Perón sobre Paz Estensoro, bem como o “ultranacionalismo dos grupos governantes e os desígnios das facções comunistas” estorvassem a execução das Notas Reversais sobre o aproveitamento do petróleo boliviano, que firmara com o Governo anterior.

¹⁶⁰ NETO, 2005, *op. cit.*, p. 134.

¹⁶¹ GADDIS, Smith. **The Last Years of the Monroe Doctrine, 1945-1993**. Nueva York: Hill & Wang, 1994, p. 65. *Apud* NETO, 2005, *op. cit.*, p.135.

A Declaração de Solidariedade, assim, concluía de forma a dar razão àqueles que viam na atitude dos governos latino-americanos uma clara definição de “Comunismo, não! Intervenção Ianque também não!”.¹⁶² Há que ressaltar o precedente jurídico fundamental que se constituiu na reunião de Caracas: definiu-se o comunismo internacional como ameaça à paz e à segurança hemisférica, incluindo-o dentre os eventos que justificariam futuramente a convocação à reunião de consulta do TIAR.

Já a experiência gestada na Guatemala, em 1944, e radicalizada na década seguinte, terminou com a derrubada de Arbenz, em 1954, também acabou por desgastar a imagem e o prestígio do governo norte-americano na região latino-americana, pois reforçou sérias desconfianças contra o imperialismo norte-americano. Ao mesmo tempo estabeleceu um modelo de interferência do governo dos EUA em eventos similares posteriores e, possivelmente, influenciou a operação da CIA, que culmina na derrota da Baía dos Porcos em Cuba no ano de 1961. Portanto, a invasão da Guatemala, a partir de Honduras, por Castillos Armas, financiada pela CIA, estabeleceu um modelo de ação para tratar de casos de subversão.¹⁶³

Também parece pertinente ressaltar as inúmeras animosidades que pairavam em quase toda a região latino-americana em relação à política de apoio direto e irrestrito das intervenções nesses países. Sejam elas através dos mecanismos institucionais, como financiamento de candidaturas que acenavam para os interesses do imperialismo norte-americano, ou através dos Golpes Civil-Militar financiados pelo governo de Washington. Sobre esta questão, em viagem do Vice Presidente Nixon pelo Continente americano e a criação da Operação Pan-Americana (OPA), podem ser considerados dois últimos pontos a serem destacados. Houve protestos em quase todos os lugares visitados pelo Vice-Presidente Richard Nixon, e até tentativas por parte da população de agressão, principalmente em Caracas.

Os países visitados a começar pela Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela. Mal recebido em toda parte, inclusive em Buenos Aires e em Montevideú, ele se defrontou, ao chegar a Lima, com forte e ampla reação popular de hostilidade. Os estudantes, que o receberam com cusparadas e ameaças de agressão, feriram-no com uma pedra, impedindo-o de entrar na Universidade de São Marcos, por considerarem sua presença

¹⁶² FERREIRA, Oliveiros S. **Cuba, ou o desafio da Dívida Externa**. In: **Política e estratégia**, vol. III. n.2. abril/junho de 1985, *apud* NETO, 2005, op. cit., p. 135.

¹⁶³ BROWN, Seyon. **The face of power: constancy and change in Unidet States foreign policy from Truman to Clinton**. New York. Columbia University Press, 1994, p.106, *apud* NETO, 2005, op. cit., p. 136.

indesejável. Estas manifestações anti-norte-americanas, desencadeadas com a passagem de Nixon, atingiram o clímax na Venezuela. Assumiram o caráter de motim. Generalizaram-se. Operários uniram-se aos estudantes e ocuparam o Aeroporto de Maiquetia e o Panteón Nacional, onde hastearam uma bandeira negra, em sinal de protesto, não permitindo que Nixon prestasse a homenagem a Simon Bolívar.¹⁶⁴

Esses acontecimentos, de acordo com a avaliação do Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, William Snow, decorreram de vários fatores combinados: dentre os quais, as relações passadas e presentes dos EUA com as ditaduras nos países da região e a outorga de asilo político a ditadores como Pérez Jiménez, da Venezuela.¹⁶⁵ O Departamento Político do Itamaraty, em sua análise, chegou também à conclusão de que as violentas manifestações contra Nixon tinham como “causas remotas” a própria Ditadura do general Pérez Jiménez, cujos “pesados tributos” à Venezuela ainda estavam a pagar, e “a política evidentemente errada” do Departamento de Estado em relação aos países latino-americanos.¹⁶⁶ Não perdendo a deixa, o Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, que já “vinha observando a crescente deterioração do prestígio dos EUA na América Latina” e não se surpreendera com os acontecimentos de Lima e Caracas, escreveu uma carta a Eisenhower. Nela, ao expressar sua solidariedade em face dos agravos sofridos por Nixon, advertiu-o para a necessidade de rever “fundamentalmente a política de entendimentos deste Hemisfério”, procedendo a “um exame do que se está fazendo em favor dos ideais pan-americanos, em todas suas implicações”.¹⁶⁷

Sobre a estimulação de medidas nacionalistas socializantes, a percepção, amplamente disseminada pela América Latina, era de a planificação do chamado Bloco Socialista, graças à compreensão dos níveis de consumo e o maior volume de investimentos, sob rígido controle estatal, cresciam em ritmo mais acelerado em relação às economias de mercado. E que o Produto Interno Bruto (PIB) na URSS aumentava mais rapidamente que nos EUA.

¹⁶⁴ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09-05-1958, p.1. Memorandum from the Acting Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (SNOW) to the Secretary of State, Washington, May 09-05-1958, subject: Vice President Nixon's Trip to South America. Department of State, Central Files, 003.1100-NI/5-958, in FRUS, 1958-1960, Vol. V, American Republics, p. 224-225. In: BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 142.

¹⁶⁵ Memorandum from the Acting Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Snow) to the Secretary of State, subject: Vice-President's trip to South America. Department of State, Presidential Cabinet Meetings: Lot 68 D 350, CP-7 Eisenhower Cabinet Material-1958. Ibid, p.236-238. In: BANDEIRA, 1998, op. cit., p.143.

¹⁶⁶ Memorando, Dpo/181, confidencial, Raymundo Nonato L. de Castro, 2º. Secretário, chefe da Divisão Política, 17-06-1958, 600 (45) Situação Política Interna – Venezuela p 1951/62 – 6279. AMRE-B. Ibid, p.143.

¹⁶⁷ Carta de Kubitschek a Eisenhower, Rio de Janeiro, 28-05-1958, In : **Kubitschek**, 1978, vol. III, p. 210-212. *Apud* BANDEIRA, 1998, op. cit., p.144.

Nessa conjuntura, os investimentos do Bloco Socialista aos países subdesenvolvidos passaram de 0%, em 1954, para um total de aproximadamente US\$ 1,6 bilhão, ao fim de 1957, e seu comércio saltara de US\$840 milhões para US\$ 1,7 bilhão no mesmo período. Kubitschek apresentou esses dados na Conferência para a Escola Superior da Guerra (ESG), em 26 de novembro de 1958, quando afirmando que a OPA por ele lançada com o objetivo de despertar o governo norte-americano para os problemas da região, representava, “precisamente, um protesto contra a desigualdade de condições econômicas estabelecidas na América Latina”. Era uma advertência pública e solene no tocante aos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento que era praticamente comum nos países do Hemisfério, e que poderiam aproximar-se dos países comunistas se os EUA não revissem sua política para a América Latina.¹⁶⁸

E reafirmava:

Em face da progressiva deterioração dos termos de intercâmbio, queda de preço das matérias-primas manufaturadas contra o aumento dos custos dos produtos manufaturados; tornara-se “extremamente difícil para um país subdesenvolvido acelerar seu processo de crescimento através dos métodos clássicos da livre empresa” e que a indiferença dos países industrializados do Ocidente diante dos problemas da América Latina contribuía “fortemente para aumentar a descrença nas formas democráticas de governo e estimular a soluções socializantes”.¹⁶⁹

Como resposta, o presidente Eisenhower mostrava-se disposto ao diálogo e à construção de um programa que viesse ao encontro das idéias expostas pelo Presidente do Brasil, propondo que:

(...) os nossos dois governos devam entrar em entendimentos, no mais breve prazo possível, no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade pan-americana e à adoção imediata de medidas que determinem, através de todo o Continente, uma reafirmação de devotamento ao Pan-Americanismo e um melhor planejamento na promoção dos interesses comuns e do bem-estar de nossos diferentes países.¹⁷⁰

Dessa forma, o cerne da proposta da OPA era “chamar todos os países do Continente para que colaborassem efetivamente na execução, na concretização dos ideais e dos princípios Pan-Americanos”.¹⁷¹ Ao mesmo tempo em que “insistia na tese de que o desenvolvimento e o

¹⁶⁸ Instruções à delegação do Brasil ao Comitê dos 21 – Setor Econômico, minuta, s/d. 960.3 – Pan-Americanismo – A – B. AMRE-B. In: BANDEIRA, 1998. op. cit., p. 146.

¹⁶⁹ Ibid, p. 147.

¹⁷⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **O Brasil e a política Interamericana**. In: Revista **Brasileira de Política Internacional**, ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, setembro de 1958. p. 140, *apud* BOTEGA, 2009, op. cit., p. 10.

¹⁷¹ SOUZA E SILVA, Celso A. **Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas**. In: **Revista**

fim da miséria seriam as maneiras mais eficazes de se evitar a penetração de ideologias exóticas e antidemocráticas, que se apresentavam como soluções para os países atrasados”.¹⁷² A OPA, ao que tudo indicava, caminhava em passos largos. A visita do presidente Eisenhower à Argentina, ao Brasil, ao Uruguai e ao Chile, na segunda quinzena de fevereiro de 1960, parecia convencer disto.

Naquela ocasião, em sua passagem pelo Brasil, o presidente fizera em seu discurso a seguinte afirmação:

(...) Os Estados Unidos estão prontos para desenvolver o seguinte esforço gigantesco e a concitar outras nações livres a nele se empenharem; a devotarem parcelas substanciais de suas economias, possibilitadas pelo desarmamento, a grandes programas construtivos de desenvolvimento pacífico. Abraçamos esta idéia a despeito do fato de estarmos agora arcando com pesados encargos em todo o mundo a tal ponto que a nossa situação financeira externa e interna requer grande cautela em matéria de administração – e, a propósito, essa ajuda inclui somas significativas de capital público e privado, bem como de assistência técnica à América Latina.¹⁷³

Porém, apesar das expectativas levantadas com a criação OPA e de seu aparente sucesso inicial, os seus dilemas eram maiores do que os entusiasmados discursos transpareciam. Os Estados Unidos pareciam não querer mudar a sua política externa com a América Latina. A OPA foi relevante ao relacionar o subdesenvolvimento à infiltração comunista. Mesmo sem êxito, a OPA serviu para inspirar a Aliança para o Progresso de Kennedy e, talvez o mais importante, reforçou a ameaça comunista relacionando-a a questão perene do subdesenvolvimento dos países latino-americanos.

Em março de 1961, o presidente Kennedy anunciou a sua Aliança para o Progresso. Esse projeto, de viés mais político do que econômico, visava à tentativa de contenção, do exemplo revolucionário cubano na região latino-americana.

Por fim, o relacionamento do governo norte-americano com os países da América Latina pode ser resumido nos seguintes pontos:

- a) Discrepância entre a preocupação com a segurança e com a contenção do comunismo por parte dos norte-americanos, e a aspiração ao desenvolvimento por parte dos governos latino-americanos;

Brasileira de Política Internacional, ano 3, n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1960, p. 46, *apud* BOTEGA, 2009, op. cit., p.10.

¹⁷² CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 290, *apud* BOTEGA, 2009, op. cit., p.11.

¹⁷³ Instituto Brasileiro das Relações Internacionais. Visita do presidente dos Estados Unidos da América. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 3, n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1960. p. 111-122, *apud* BOTEGA, 2009, op. cit., p.11.

b) Os EUA confundiam o nacionalismo nascente na região com infiltração comunista, o que os levava a apoiar ditadores impopulares; por sua vez, a América Latina ressentia profundamente o apoio norte-americano às companhias multinacionais e as conseqüentes intervenções, como no caso da Guatemala, que reforçavam ainda mais as desconfianças dos países da região latino-americana em relação aos interesses que legitimavam as políticas intervencionistas norte-americanas na região;

c) Em decorrência desses dois pontos, os países latino-americanos, apesar de posicionarem-se contrários à ameaça comunista e apoiar os EUA no confronto mundial, defendiam a política de não intervenção nas relações hemisféricas (essa posição será importante para compreender futuramente na OEA, o princípio de alguns países, assim como o Brasil, em relação à Cuba, sobre a questão da autodeterminação e a não intervenção a Cuba.¹⁷⁴

Em contrapartida, o exemplo de luta do povo cubano, seu ímpeto nacionalista começa a pairar e apavorar a mente das burguesias latino-americanas e a reverter toda uma estratégia de exploração do capital, preparada pelo governo norte-americano para a América Latina desde o início do século XX. Uma das peculiaridades que irão servir de norte para o processo revolucionário cubano, é a forma como este, equaciona a questão nacional, mostrando que as denominadas tarefas democráticas e nacionais, que deveriam ser levadas adiante pela classe dominante burguesa local, não são alheias a um projeto de reformas sociais sob clara hegemonia proletária e popular. É nesse sentido, que se constitui assim, um nacionalismo que possui em seu cerne, uma concepção antiimperialista, e uma maior aproximação com o socialismo em função da própria conjunção histórica do país.

Como todo movimento de quebra radical contra a ordem vigente e estabelecida, é claro, que a Revolução Cubana vai soerguendo um discurso permeado por uma série de afirmações e palavras de ordem de clara dimensão “mítica”, justamente para buscar um maior apoio participativo na conformação do projeto revolucionário, dando evidentemente legitimidade às orientações dadas pela direção política do processo.¹⁷⁵ Uma delas, que assume esta dimensão mítica e sempre é enfatizada nos momentos de possíveis crises do consenso ideológico construído pela revolução, é a relação da revolução como símbolo da independência real do país, marcando então um momento de afirmação de uma soberania e de uma identidade nacional originalmente presente no projeto Martiniano, mas reprimida em função da presença do imperialismo americano.¹⁷⁶

A Revolução se apresenta então, como a verdadeira regeneração e conquista do povo cubano, pois este foi o grande “timoneiro” na luta de classes, contra a Ditadura de Batista e o

¹⁷⁴ NETO, 2005, op. cit. p. 136.

¹⁷⁵ RUAS, Luís Eduardo Mergulhão. **O nacionalismo na Revolução cubana.** In: *Artigo tirado do diário e informação alternativa 'La insignia'.* Endereço eletrônico http://www.lainsignia.org/2001/octubre/cul_094.htm

¹⁷⁶ Ibid, p. 136.

imperialismo norte-americano. Por isso, seus dirigentes e intelectuais orgânicos tentarão demonstrar que sua gênese já estava presente desde as memoráveis lutas pela independência, nas idéias do apóstolo Martí, associando o sentimento patriótico, o orgulho nacional e a independência, com o projeto de transformação das estruturas vigentes e revolucionário. Assim, percebe-se então a força do nacionalismo cubano como um componente ideológico central do processo revolucionário tanto da década de 60, época da afirmação do projeto nacional antiimperialista e a tentativa de construir um modelo próprio de socialismo, quanto principalmente na fase de maior dificuldade da revolução com o fim do Leste Europeu e a URSS.

Isto deixa claro, como discorreremos nas páginas anteriores, a importância da questão nacional nos países da América Latina como elemento constituinte de qualquer estratégia anticapitalista, atrelada a questão democrática. Indiscutivelmente, o nacionalismo é uma das principais características do processo revolucionário cubano, sendo o verdadeiro constructo da Revolução, durante os seus cinquenta anos de História, e de exemplo, para os demais países da região latino-americana.

2.1 Cuba: Revolução e Socialismo

Cuba es un Estado socialista de trabajadores, independiente y soberano, organizado con todos y para el bien de todos, como República unitaria y democrática, para el disfrute de la libertad política, la justicia social, el bienestar individual y colectivo y la solidaridad humana.

(Constitución de la Republica de Cuba, 1976).

Cuba é o único país do Continente americano, a propor em sua Constituição Republicana, o modelo de Estado socialista de produção, que sofrerá mudanças em relação ao seu referencial de programa socialista, depois da crise e do desmantelamento do socialismo real nas repúblicas do leste Europeu no final dos anos de 1980.¹⁷⁷

¹⁷⁷ No ano de 1992, Fidel Castro, vê-se obrigado a alterar a Constituição da República Cubana. As alterações não mais reafirmavam os princípios “antiimperialistas internacionalistas” e sim sua “vocação de integração e colaboração” com os demais países do Continente e do Caribe. As modificações no texto da Constituição, pela Assembléia Nacional de Cuba, foram, contudo, muito mais amplas. Elas iniciaram o desmantelamento do socialismo real e assinalaram o avanço na liberalização da economia, com o objetivo de atrair capitais estrangeiros, evitando o colapso do estado e criando condições para que Castro sobrevivesse a sua maior crise desde a vitória da revolução em 1959. Para BANDEIRA (1998, op. cit., p. 620), o socialismo em Cuba não existe mais. Porém, sou obrigado a discordar, pois, em vista das profundas modificações no jogo político do cenário internacional, assim como o fim das URSS, Cuba é obrigada a procurar novas alternativas para dar continuidade no socialismo da ilha. Para Lênin, o desenvolvimento do capitalismo de Estado, como exemplo das modificações que ocorrera em Cuba, na década de 1990, no regime socialista, não é uma aberração ou uma deformação – sobretudo quando a transição acontece em países atrasados, como a Rússia, ou em “Cuba”. Sob o poder soviético existem, ao mesmo tempo, fragmentos de capitalismo e de socialismo. Assim, quando o

Na realidade, os embates que ocorreram na sociedade cubana, após o processo revolucionário, materializaram-se na concepção de seus representantes como uma estratégia de luta antiimperialista e anticapitalista. Pois, na sociedade cubana, as contradições historicamente constituídas desde o processo de colonização espanhola, até fins do século XIX, passando, posteriormente, pelas mãos do imperialismo norte-americano, no início do século XX, encontrariam alternativas para as formas de subjugação e submissão no sistema de organização político-econômico de produção socialista

Em relação à forma de organização da produção socialista, entende-se que não é apenas um determinado regime de organização da produção e distribuição da riqueza, ou seja, não se configura certamente a estrutura econômica. É, antes de tudo, um modelo econômico, político e social que exprime os interesses de uma classe —o proletariado— e se opõe, portanto, aos interesses da classe afrontada pelo proletariado: a burguesia. Nesse sentido, a transição para o socialismo, assenta-se, no triunfo da revolução proletária, quer dizer, pela tomada do poder por parte do proletariado e seus aliados, sob a hegemonia daquele. Esse é seu pré-requisito essencial e uma das suas diferenças substanciais, enquanto processo revolucionário das revoluções democrático-burguesas.¹⁷⁸

Sendo assim, a luta pelo socialismo se expressa através da revolução proletária¹⁷⁹, que opõe a classe operária e seus aliados à burguesia enquanto classe. Sobre esta questão:

Entende-se, assim, que esta não tenha lugar no bloco histórico de forças a quem incumbe realizar a revolução latino-americana. Aclaremos bem este ponto. A luta pelo socialismo é, fundamentalmente, uma luta política, no sentido de que o proletariado tem de contar com o poder do Estado para quebrar a resistência da

socialismo deve coexistir com as relações de produção capitalista, a única estratégia razoável e progressista é o esforço de encaminhá-lo ao capitalismo de Estado. “O capitalismo de Estado existe – de uma ou de outra forma, em um ou em outro grau – onde haja elementos de comércio livre e capitalismo em geral”. Lênin cita como exemplo a política – por ele proposta – de concessões ao capital estrangeiro. Por meio dessas, o Estado socialista poderia orientar e implantar o capitalismo de Estado sob seu controle rigoroso. Ao implantar o capitalismo de Estado em forma de concessões, o governo soviético reforça a grade de produção contrapondo-a à pequena produção, a produção avançada contraposta à atrasada, a produção mecanizada contraposta à manual. (...) reforça as relações econômicas reguladas pelo Estado como contrapeso das relações anárquicas pequeno-burguesas. In: LÊNIN, Vladimir I. **Obras Completas Tomo XXX**, p. 317, Tomo XXXII, p. 84-348, *apud* BAMBIRRA, 1993, op. cit., p. 156-157. E também, BORON, Atílio. **Revolução Cubana: A reforma econômica não significa a reintrodução de relações capitalistas**. Entrevista concedida a Valéria Nader e Gabriel Brito. **Correio Cidadania**.

¹⁷⁸ MARINI, Rui Mauro. **Prólogo à Revolução Cubana. Uma reinterpretação**. Fuente: Vania Bambirra, **A Revolução Cubana — uma reinterpretação**, Coimbra: Ed. Centelha, 1975, p. 2.

¹⁷⁹ Para Lênin, a ditadura do proletariado é a direção da política pelo proletariado. Esse, enquanto classe dirigente e dominante deve saber dirigir a política de tal modo que possam resolver primeiro os problemas mais urgentes e mais “enjoados”. Em um país fundamentalmente camponês, o mais urgente é tomar medidas que elevem imediatamente as forças produtivas da agricultura campesina. Somente desse modo será possível melhorar a situação dos operários, reforçar a aliança entre eles e os camponeses e consolidar a ditadura do proletariado. In: BAMBIRRA, 1993, op. cit., p.134.

burguesia aos seus desígnios de classe e impor aos setores mais débeis desta, às camadas médias burguesas, que subsistem ainda durante certo tempo, uma política que destrua as suas bases materiais de existência. A política do proletariado em relação à burguesia é sempre uma política de força; o que varia é o grau de força, isto é, de violência, que o proletariado utiliza relativamente às diversas camadas e frações burguesas, grau esse que se determina em última instância pela capacidade de resistência das ditas camadas e frações à política proletária. É isto que faz com que, para Lênin, o socialismo não seja apenas a eletrificação, o desenvolvimento das forças produtivas, as transformações econômicas, mas também os sovietes, quer dizer, o poder do proletariado organizado no Estado.¹⁸⁰

Conforme Marx, o socialismo, o comunismo, seria a negação e, ao mesmo tempo, a superação do capitalismo.¹⁸¹ Deveria ser construído a partir dos países mais desenvolvidos pelo próprio capitalismo. Ali, as contradições sociais estariam mais evoluídas, com um proletariado forte e constituído enquanto classe, com o processo de socialização da economia mais avançado e apresentando altos níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico. Entretanto, como compreender esse processo que acaba ocorrendo na periferia do sistema capitalista, em Cuba, sem que as mínimas condições existentes estivessem prontas para esse feito.

E como compreender, também, o surgimento da primeira revolução socialista do Século XX, na Rússia em 1917, se também essas mesmas condições não condiziam com as expectativas dos teóricos do socialismo. Pois, nenhuma das condições que Marx ou qualquer um de seus seguidores tinham até então considerado essenciais para o estabelecimento de uma economia socialista estava presente nessa enorme massa de território que era praticamente um sinônimo de atraso econômico e social na Europa. Os fundadores do marxismo supunham que a função da Revolução Russa só podia ser a de provocar a explosão revolucionária nos países industriais mais avançados, onde estavam presentes as condições para a construção do socialismo.¹⁸²

Nessa perspectiva, a gênese histórica do processo revolucionário Russo deve ser procurado na Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, e em seus desdobramentos: formação do proletariado, prática do “capitalismo selvagem” e evolução das idéias socialistas. A Revolução Industrial consolidou o sistema capitalista e as relações de trabalho assalariado. Nestas, o trabalhador não tem qualquer controle sobre os meios, nem sobre os instrumentos de produção, entrando no processo produtivo como mera força de trabalho não-qualificada. Tal

¹⁸⁰ MARINI, 1975, op. cit., p. 2.

¹⁸¹ Alguns dos revolucionários cubanos tinham essa perspectiva desde o início de 1959, especialmente Guevara, que, desde abril de 1959, proclamara-se partidário do “desenvolvimento ininterrupto da revolução” até a destruição do sistema social existente e dos seus fundamentos econômicos.

¹⁸² HOBSBAWN, 1994, op. cit., p. 366.

situação, agravada pela enorme oferta de mão-de-obra existente, levou os capitalistas a explorar o proletariado de forma absolutamente desumana, configurando o que se convencionou chamar de “capitalismo selvagem”.

Assim, os governos dos países industrializados, controlados pela burguesia, obviamente dificultaram ao máximo a organização do operariado e sua luta reivindicatória. Com a miséria dos trabalhadores sem expectativa de solução, certos intelectuais (geralmente de origem burguesa, mas sensibilizados pela causa operária) começaram a estudar e criar teorias que propunham mudanças na estrutura econômica e social do capitalismo, com vistas a criar uma sociedade mais igualitária e menos diferenciada. Através desses estranhamentos, e questionamentos do modo de produção capitalista, surgiram então, as idéias socialistas. As primeiras teorias ficaram conhecidas pelo nome de *socialismo utópico* porque não pregavam a *destruição do capitalismo*, mas apenas sua reforma; ora, na opinião dos socialistas radicais, essa atitude era utópica, já que, para eles, o capitalismo era intrinsecamente “mau”, não podendo ser reformado — mas apenas “destruído”.

O socialismo radical encontrou sua maior expressão em *Karl Marx* — criador do *socialismo científico* ou comunismo. Para ele, o capitalismo deveria ser contraposto por uma revolução armada, ou ditadura do proletariado, o qual implantaria uma nova sociedade, calcada na estratégia de organização da produção nos moldes socialista. Nesta, a propriedade privada desapareceria e os meios de produção seriam socializados, criando o que Marx esperava, uma sociedade sem classes. Quando a revolução socialista se estendesse a todos os países (*daí a célebre frase “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”*)¹⁸³, seria possível suprimir o Estado e estabelecer uma sociedade inteiramente igualitária: a sociedade comunista.

Sendo assim, a primeira ruptura do sistema capitalista ocorrera na periferia, e não no centro. A era da revolução socialista se abre na Rússia, em Outubro de 1917, quando Lênin e o Partido Bolchevique¹⁸⁴ rompem o “elo mais fraco da corrente”¹⁸⁵, convencidos de que esse acontecimento seria a antecipação de uma revolução mundial, que teria seu centro na

¹⁸³ In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

¹⁸⁴ A ruptura definitiva entre as correntes reformistas e as correntes revolucionárias do movimento socialista se inicia com a Primeira Guerra Mundial (1914 -1918) – quando os revolucionários se opõem a essa guerra, enquanto os reformistas apóiam a participação de seus respectivos governos nela, o que provoca a crise terminal da II Internacional, e culmina com a origem do triunfo da Revolução Russa de Outubro de 1917, contra a qual os partidos sociais-democratas se somam, com as forças políticas da burguesia.

¹⁸⁵ Em relação a essa questão, dos países que estavam envolvidos na Primeira Guerra Mundial, o Império Russo, em relação a Alemanha, França, Inglaterra, etc, era aquele que ainda apresentava um modo de produção capitalista ainda dependente, equiparado as demais.

Alemanha. Porém, a República Soviética prendeu-se por mais de um quarto de século à construção do “socialismo em um só país”. A tomada do poder na Rússia pelos Bolcheviques em 1917, ocorreu por uma combinação de fatores, apresentava quantidade enorme de contradições, pois ainda era um país atrasado, e tinha uma estrutura política, econômica e social atrasada e dependente da agricultura, pois 80% de sua economia estava concentrada no campo (produção de gêneros agrícolas). A população camponesa da Rússia era extremamente explorada através de inúmeros recursos extraídos para a manutenção dos gastos militares, para a construção de um exército. A derrota para o Japão, na Guerra de 1905, e o massacre do exército russo pelas tropas alemãs na Primeira Guerra Mundial só faziam aumentar o descontentamento geral da população, que via na economia de guerra uma aventura fadada ao fracasso. Com a saída da Rússia da guerra, era a principal coisa a se fazer naquele momento, os bolcheviques lançaram seu tema, que se pautava nas mínimas condições materiais de sobrevivência, “*paz, pão e terra*”, o pão significava a erradicação da miséria em que se encontrava o povo; a terra, a realização dos sonhos dos camponeses, maioria absoluta da sociedade; e a paz, representava a saída de uma guerra interimperialista, na qual o povo russo não tinha nenhum interesse.

Dessa maneira, uma primeira força anticapitalista derrubava um regime capitalista e tomava o poder na história da humanidade. Mas o fazia num país atrasado e não no centro do capitalismo, conforme as previsões de Marx. Para Lênin, mudava apenas o começo do trajeto que deveria levar a humanidade do capitalismo ao socialismo, uma vez que era mais fácil tomar o poder na periferia do capitalismo, onde a miséria e os contrastes sociais eram bem mais gritantes, e o poder de resistência da burguesia reacionária era menor. Mas era mais difícil construir o socialismo nesses países, pelo seu atraso econômico, político e cultural.¹⁸⁶

Segundo essa conclusão de Lênin, pode-se pensar que foi um dos grandes problemas enfrentados por Cuba para a consecução do socialismo na América Latina, pois ambas, historicamente, estiveram subjugadas aos Estados Unidos, desde o final do século XIX e início do século XX. No Continente americano, basicamente toda a sua estrutura política, econômica e comercial, não só de Cuba, mas de vários outros países da região estava subjugada ao governo norte-americano, e, fadadas a condições de subdesenvolvimento e de meros países agroexportadores, onde, se exportava produtos de primeira necessidade e se importava produtos manufaturados. Isso denota, assim, o caráter dependente econômico da nossa região, latino-americana como um todo.

¹⁸⁶ SADER, 2001, op. cit., p. 105.

Quando ocorre a Revolução em Cuba em 1959, e, posteriormente, o aniquilamento do Estado ditatorial de Batista e de seu aparelho repressor pelas forças revolucionárias e guerrilheiras, conduzidas por Fidel Castro, a revolução democrática e nacionalista cubana, experimentou-se um processo de transformação rápida e simultânea rumo ao sistema de governo que desembocaria na forma de organização socialista.

Com as medidas de cunho nacionalista e democrático, implementadas na década de 1960, assim como a reforma agrária radical¹⁸⁷, as desapropriações das refinarias de petróleo imperialistas e outras inúmeras transformações no seio da sociedade cubana e em sua estrutura de governo, logo encontraram a oposição e a crescente hostilidade não apenas do capital estrangeiro e da oligarquia financeira, mas da totalidade das classes contra-revolucionárias dominantes da ilha.

Em Cuba, a partir de agosto de 1960, o regime de Castro desapropriou os principais setores do capital estrangeiro norte-americano em Cuba (telefonia, eletricidade, usinas de açúcar). Em seguida enfrentou a sabotagem econômica e a suspensão da produção pela burguesia cubana. Os revolucionários do Movimento 26 de julho passaram a nacionalizar também as fábricas abandonadas. E, finalmente, seguiram-se com a desapropriação de toda a grande burguesia e a abolição de fato do capitalismo em Cuba em outubro de 1960, assim como a criação de milícias de operários e camponeses, e a fundação de um novo Estado.

Como retaliação, o governo dos Estados Unidos começou a negar crédito à Cuba para a aquisição de equipamentos necessários a industrialização, além de reduzir o fornecimento de petróleo. Como resposta, Cuba reatou relações com a União Soviética e reconheceu a República Popular da China. Em fevereiro de 1960, a União Soviética iniciou um processo de aproximação com a ilha fornecendo um crédito de US\$ 100 milhões para aquisição de equipamentos, bem como fornecendo petróleo para Cuba. Em reação a essa aproximação, em 5 de julho de 1960, o governo dos Estados Unidos se negou a comprar a cota de açúcar

¹⁸⁷ O grande divisor de águas da Revolução Cubana foi a Reforma Agrária. Diante de uma estrutura em que 3% das fazendas ocupavam 63% das terras cultiváveis, a reforma agrária era não só uma necessidade econômica, mas também um mecanismo de distribuição de renda e poder na sociedade cubana. Por sua vez, atingiria diretamente os interesses econômicos norte-americanos. Em 4 de janeiro de 1959, ainda em Sierra Maestra, Fidel Castro assinara a primeira Lei de Reforma Agrária, passando as terras confiscadas ao longo da luta revolucionária para as mãos dos camponeses. Mas, a segunda Lei de Reforma Agrária, assinada em 17 de maio, é que atingiu diretamente os interesses da oligarquia cubana e dos Estados Unidos. A nova lei eliminava o latifúndio proibindo as propriedades rurais com mais de 402 hectares. Este seria o limite de terras que não seria destinada à distribuição, o que ultrapassasse essa quantidade seria expropriado e entregue aos camponeses sem terra. Eram somente permitidas propriedades rurais destinadas às plantações de cana-de-açúcar, arroz e criação de gado, com 1.335 hectares, porém transformadas em cooperativas. Para não caracterizar expropriação, havia uma indenização, “mediante a emissão de bônus, juros de 4,5% ao ano e amortizáveis em 20 anos”. In: BANDEIRA, 1998. p.198, *apud* BOTEGA, 2008, op. cit., p. 66.

cubana destinada ao mercado norte-americano. Em uma medida que selou a aproximação com Castro, o governo soviético se comprometeu a comprar a cota de açúcar destinada aos Estados Unidos.¹⁸⁸

Sendo assim, diante da aproximação da União Soviética e da crise nas relações com os Estados Unidos, em 6 de agosto de 1960, Castro anunciava a nacionalização de todas as propriedades norte-americanas na ilha, bem como dos bancos e das refinarias de petróleo, dos hotéis, das ferrovias, das instalações portuárias, dos cinemas, e das companhias telefônicas e de energia elétrica. O anúncio do programa do processo das nacionalizações ficou conhecido como a Primeira Declaração de Havana.

Já na segunda Declaração de Havana, elaborada em contraposição à reunião da OEA, em Punta del Leste, no ano de 1962, na qual se confabula a expulsão de Cuba da OEA, que impõe, posteriormente, o bloqueio político e econômico sobre a ilha pelo imperialismo norte-americano, Fidel ressalta:

O que é a história de Cuba senão da América Latina? E o que é a história da América Latina senão a história da Ásia, África e Oceania? E o que é a história de todos os povos senão a história da exploração mais implacável e cruel do imperialismo no mundo inteiro?

Cuba foi expulsa em 1962, na Conferência de Punta del Este (Uruguai), na OEA.¹⁸⁹

¹⁸⁸ O livro de Moniz Bandeira traz um detalhamento da proposta soviética de compra do açúcar cubano, bem como da aproximação da URSS com Cuba. Ver: BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 219-221.

¹⁸⁹ Não sem resistência. Enquanto 14 países aprovaram a resolução, e Cuba, claro, votou contra, seis delegações se abstiveram. O Brasil do presidente João Goulart, representado pelo chanceler San Thiago Dantes, foi um deles. Os outros foram Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México. Abster-se era o máximo de ousadia que o Tio Sam tolerava na OEA. Neste momento, dentre as 35 nações das três Américas, apenas os EUA não têm relações diplomáticas com Cuba. O último a reatá-las foi El Salvador, com a posse domingo dia 31-05-09 do presidente Maurício Funes, da Frente Farabundo Martí – presenciada por Hillary Clinton, secretária de Estado, em outra missão diplomática de “engolir sapos” latino-americanos. Nesta quarta-feira, 03- de junho de 2009, era outra a América Latina que confrontava o imperialismo norte-americano na 39ª Assembléia Geral. Tão rebelde, tão decidida, tão segura de sua nova força e tão unida, apesar das futricas sobre “três posições”, que foi a vez do império se curvar. A representação dos EUA sequer pôde se abster, pois seria expor ao mundo o seu isolamento. Teve de se contentar com algumas emendas pró-forma no texto aprovado, que diz: “A resolução 6 adotada em 31 de janeiro de 1962 na 8ª reunião de consulta de ministros das Relações Exteriores, mediante a qual se excluiu o Governo de Cuba de sua participação no Sistema Interamericano, fica sem efeito na Organização dos Estados Americanos”. Sobre as três posições, talvez divergentes sobre a validade da OEA, segue em anexo: vale ler com atenção a *Reflexão* de Fidel Castro escrita na terça-feira, dia 02- de junho de 2009. Nela, o velho revolucionário de 82 anos, esbanja lucidez e astúcia de guerrilheiro. A *Reflexão* é quase toda entre aspas. Inicia jogando duro, a começar pelo título, *O Cavalo de Tróia*, e por uma citação de Rafael Correa, presidente do Equador: “*Eu creio que a OEA perdeu sua razão de ser, talvez nunca tenha tido razão de ser*”. Em seguida, dá a palavra a seu grande amigo Hugo Chávez, da Venezuela: “*Será uma 'batalha interessante', na qual, se ficar demonstrado que a OEA 'segue sendo um ministério das colônias' que não se transforma 'para subordinar-se à vontade dos governos que a conformam'*”. E, por fim, há uma longa reprodução do discurso do presidente de Honduras, Manuel Zelaya na própria Assembléia Geral da OEA: “*Não devemos deixar essa assembléia, queridos dignitários, sem anular o decreto da oitava reunião que sancionou um povo inteiro por ter proclamado idéias e princípios socialistas. [...] Não fazê-lo nos faz cúmplices de uma resolução de 1962, que expulsou um membro*

Com exceção do México, todos os países romperam relações diplomáticas e comerciais com Cuba, sob o pretexto de que Cuba estava exportando sua revolução para toda a América Latina. Nesse encontro sob as determinações de Washington, isola-se diplomática e economicamente Cuba do resto da América Latina, iniciando, ao mesmo tempo, uma repressão implacável contra seus povos, que exhibe cruamente o caráter contra-revolucionário e pró-imperialista tanto dos regimes gorilas, quanto dos reformistas ou democratas representativos.¹⁹⁰

A Conferência Econômica e Social de Punta del Este ocorreu em agosto do mesmo ano. Os EUA prometeram investir na região mais de 20 bilhões de dólares em dez anos com o objetivo de impedir o avanço dos movimentos revolucionários na América Latina e isolar Cuba. Nesse mesmo ano, Cuba foi excluída da OEA e os americanos apoiaram a fracassada tentativa de invasão da Baía dos Porcos.

Conseqüentemente, a vitoriosa experiência revolucionária cubana e, posteriormente, a proclamação da natureza socialista da revolução por Fidel, em maio de 1961 (após a derrota da invasão contra-revolucionária na Playa de Girón)¹⁹¹, foram apenas as sanções explícita e oficiais de uma realidade existente. A conclusão à qual os líderes e militantes esquerdistas do Movimento 26 de julho chegaram é resumida por Fidel em dezembro de 1961: “tivemos de fazer a revolução anti-imperialista e socialista. Mas estas duas são uma só e a mesma, porque existe apenas uma revolução. Essa é a grande dialética da humanidade: o imperialismo só tem diante de si o socialismo”.¹⁹²

Entretanto, ao contrário dos partidos comunistas ou outras organizações com uma definição ideológica explicitamente marxista-leninista, o Movimento 26 de julho não tratou de se constituir como partido político, com todas as condições que isso requer, mas de se formar como organização adaptada às necessidades da fase de luta contra a ditadura.

da Organização dos Estados Americanos simplesmente porque tem outras idéias, outros pensamentos, e proclama o início de uma democracia diferente. E não seremos cúmplices disto". Texto reproduzido na íntegra. In: JOFFILY, Bernardo. **Vitória histórica de Cuba e da América Latina na Organização dos Estados Americanos (OEA)**. Em relação ao retorno de Cuba a OEA, o governo de Cuba emitiu o seu primeiro comunicado oficial sobre a decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) de revogar a resolução que excluía a ilha da entidade, desde 1962. No texto, Cuba afirma que está “satisfeita com a expressão de soberania e cidadania”, mas reitera que não voltará a integrar a OEA. A declaração agradece aos governos que defenderam a derrubada da suspensão e avalia que o efeito constitui um “desacato inquestionável” à política dos Estados Unidos contra ilha. Sobre mais informações ver: **Governo de Cuba: Decisão da OEA foi derrota do imperialismo**. Acesso em 8 de junho de 2009 - 15h35. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>.

¹⁹⁰ LOWY, 1999, op. cit., p. 309.

¹⁹¹ 17 de abril de 1961, um dia após Fidel Castro ter declarado ser socialista, a natureza do governo revolucionário, os contra-revolucionários cubanos treinados pela CIA desembarcavam em Playa Girón, na tentativa de derrubar o governo revolucionário. Foram derrotados com a ampla mobilização popular do governo de Castro em 72 horas de confronto.

¹⁹² CASTRO, Fidel. **De Martí a Marx**. In: LÖWY, Michael (Org). 1999, op. cit., p. 273.

No entanto, o papel da vanguarda política e organizativa, a constituição profissional do núcleo fundamental e o centralismo interno eram elementos presentes no Movimento 26 de julho e, também, na concepção do pensamento de Fidel Castro, sobre o papel da direção política.

Conforme essa adequação entre as estruturas organizativas e as condições de luta política, a formação do partido revolucionário em Cuba acontece somente depois da conquista do poder. E sua conformação ideológica dentro do marxismo-leninismo será igualmente resultante de um processo de evolução e de experiências concretas vividas concomitantemente pelo povo cubano e por sua direção política.¹⁹³

No andar da História, quando Cuba resolve declarar ser socialista, sua estratégia de organização da produção, após dois anos de um longo processo de profundas transformações nas estruturas vigentes da sociedade, passa a ser boicotado pelos Estados Unidos. Esses impõem seu poder sobre os demais países da região, obrigando-os a não desenvolverem relações comerciais com Cuba (Embargo Econômico).

Fidel Castro, referindo-se a esse encontro, reafirma a posição da ilha de Cuba e ressalta:

Que Cuba havia se insurgido, Cuba pode se redimir a si mesma da tutela bastarda. Cuba rompeu as cadeias que atavam sua sorte ao imperialismo opressor, resgatou suas riquezas, reivindicou sua cultura e hasteou a bandeira soberana de Território livre e Soberano da América. Os Estados Unidos já não poderão mais cair sobre a América Latina com a força de Cuba, mas em vez disso, dominando a maioria dos Estados da América Latina, os Estados Unidos pretendem cair sobre Cuba com a força da América.¹⁹⁴

Já por parte do governo norte-americano no que se refere às estratégias utilizadas para conter a efervescência política trazida no bojo da Revolução Cubana, na América Latina, o Presidente John Kennedy propunha outra “revolução”, uma “revolução pacífica”, [que evitasse] tornar inevitável a revolução violenta.¹⁹⁵ Também tinha consciência de que se não resolvessem os problemas de injustiça social, tirania e exploração¹⁹⁶, estariam criando um terreno propício à expansão do que ele mais receava: o comunismo. E, por isso, fazia todos os

¹⁹³ SADER, Emir; FERNANDES, Florestan. (Orgs). **Fidel Castro**. São Paulo: Ed. Ática, 1986, p.28.

¹⁹⁴ *Ibid*, p. 64.

¹⁹⁵ SORENSEN, Theodore **C. Kennedy, el hombre, el presidente**. Vol. II. Barcelona-México: Ed. Grijalbo, p. 795. *Apud* HARNECKER, 2000, op. cit., p. 42.

¹⁹⁶ Para Kennedy, (2000, op. cit., p. 787.), o grande campo de batalha para a defesa e expansão da liberdade hoje em dia – explicou – é toda a metade Sul do Globo: Ásia, América Latina, África e Oriente Médio. As terras dos povos que despertam. A sua revolução é a maior da história humana. Procuram pôr fim à injustiça, à tirania e à exploração. Digamos mais do que um fim, procuram um começo.

esforços para que as nações “abençoadas com a abundância (...) ajudassem as menos desfavorecidas”.

Kennedy ressaltava que fazia pouco sentido insistir nos horrores do comunismo, no esforço para convencer os congressistas e o povo norte-americano da necessidade de destinar dinheiro para a ajuda ao Terceiro Mundo –, gastando cinquenta milhões de dólares por ano para impedir o seu avanço militar. Depois começou a recalcitrar quando se investiu menos de um décimo dessa importância pra ajudar outros países a aliviar o caos social em que sempre prosperou o comunismo.¹⁹⁷

Em meio ao clima de bipolaridade trazido à tona pela luta incessante entre capitalismo e comunismo, esse acabou potencializando a constituição de um estereótipo ideológico, colocado a serviço dos Estados Unidos e de seus aliados. Destinava-se a fornecer fundamento científico à idéia de que a defesa hemisférica justificava uma guerra total contra os anseios do comunismo, principalmente na América Latina.

Em relação à opção pela violência política, os revolucionários cubanos vivenciaram uma época marcada pela intensa instabilidade na América Latina e no Caribe, em que o desrespeito pela democracia e pela soberania nacional, por parte dos setores dominantes da região e do governo dos Estados Unidos, não deixava um grande leque de escolhas para aqueles que defendiam reformas profundas na economia e na sociedade.¹⁹⁸ Nas décadas de 1960 e 1970¹⁹⁹, a situação política latino-americana passou por uma grande deterioração em

¹⁹⁷ Kennedy, 2000, op. cit., p.788-789. Em 1963, reconhece que [...] os maiores perigos para a América Latina não provêm de Cuba (...) são o analfabetismo, as dificuldades de habitação, a má distribuição das riquezas, a difícil situação da balança de pagamentos, a descida dos preços das matérias-primas, e a atividade comunista local não provocada por Cuba. Sabe ele que este histórico de problemas citados acima, constituiu-se, historicamente, na América Latina, pela intervenção direta de governos norte americanos, anteriores, que pautados sob a égide do imperialismo causaram todas essas mazelas as quais o senhor presidente John Kennedy se refere no texto à cima.

¹⁹⁸ AYERBE, 2004, op. cit., p. 109.

¹⁹⁹ “Durante bem dizer quase toda a década de 1960, início dos anos 1970, a América Latina foi inundada por um movimento contra-revolucionário, legitimada pelas classes dominantes locais em consonância com os interesses políticos e econômicos do governo norte-americano. Em todas as ocasiões, essa intervenção se fez necessária, sempre que os antagonismos de classe puseram em cheque o poder das burguesias locais, ou das premissas de lucro capitalista como um todo”. Em março de 1962, o presidente eleito na Argentina, Arturo Frondizi, que promovia um governo de cunho desenvolvimentista, sofre um Golpe Civil-Militar sob a acusação de favorecer a influência peronista na política nacional. Em 1963, Juan Bosch, presidente eleito da República Dominicana e adepto confesso das reformas propostas pelo presidente Kennedy nos marcos da Aliança para o Progresso, é deposto por Golpe Civil-Militar promovido por setores conservadores vinculados ao antigo ditador Fafael Trujillo. Reconduzido ao poder em 24 de abril de 1965 por um movimento constitucionalista, Bosch é novamente destituído pela ação dos Estados Unidos, que convocam reunião extraordinária da OEA e aprovação à intervenção armada. Também em 1963, Idigoras Fuentes na Guatemala e Villeda Morales em Honduras sofrem golpes militares. No Brasil, em 1964, João Goulart, e na Bolívia, Victor Paz Estensoro, são depostos por golpes militares. No caso do Brasil, contribuíram para o golpe algumas medidas promovidas pelo presidente, como a reforma agrária e o controle de remessas lucrativas ao exterior, além da crescente polarização da luta de classes e da influência do PCB no governo. Em 1966, novamente na Argentina Arturo Illia sofre um Golpe Civil-Militar.

relação ao período anterior, aguçando a percepção da inviabilidade das reformas pacíficas. Com exceção de Cuba, todas as tentativas de subverter aquela profunda dependência do governo norte-americano e trilhar caminhos alternativos à ordem dominante foram interrompidas por ação de força. A Doutrina de Segurança Nacional²⁰⁰ foi elaborada nessa direção e os Golpes que implantaram as Ditaduras Civil-Militares dos anos 1970 visavam prevenir contra o comunismo, contra a possibilidade de que ocorressem pela América Latina, "Novas Cubas".

2.2 O Partido Comunista Brasileiro (PCB): da crise do Movimento Comunista Internacional (MCI) ao impacto das teses conflitantes da Revolução Cubana na América Latina

A Revolução Cubana²⁰¹ ocorre na América Latina num momento em que várias premissas políticas e ideológicas passam a serem questionadas. Até meados da década de 1950, o Movimento Comunista Internacional (MCI) era inquestionável com relação às suas resoluções para com os partidos comunistas (PCs'), de acordo com as premissas do Komintern.²⁰²

O argumento não será a influência comunista em seu governo, mas a fraqueza do presidente para lidar com a crescente ativação dos movimentos sociais, marcada por uma onda grevista que tem nas centrais sindicais peronistas os principais protagonistas. Em 1968, os militares peruanos derrubam o governo de Belaúnde Terri, um golpe com características peculiares em relação aos anteriores. Em 1973, produzem-se rupturas institucionais no Uruguai e no Chile. Em 27 de junho, o presidente José Maria Bordaberry dissolve o Parlamento e atribui faculdades às Forças Armadas para atuar em defesa da "segurança nacional", instrumentando um golpe de Estado que interrompe a forte tradição uruguaia dos governos civis. Em 11 de setembro, o governo de Salvador Allende, eleito em 1970, é derrubado por um golpe militar comandado pelo general Augusto Pinochet, interrompendo um processo considerado inédito e promissor como a experiência de transição democrática ao socialismo. In: AYERBE, 2004, op. cit., p. 111. Grifo nosso

²⁰⁰ Constituiu-se como um corpo doutrinário que acabou materializando as justificativas à aplicação e à escalada da política de contra-insurgência na América Latina.

²⁰¹ Em relação à Revolução Cubana consumada na América Latina em janeiro de 1959, pode-se ressaltar que também se configurou como mais um dos momentos de tensão a serem discutidos posteriormente no seio da divisão comunista internacional, que começara durante o XX Congresso do PCUS, em 1956, e, posteriormente, com o embate sino-soviético dentro do Movimento Comunista Internacional (MCI).

²⁰² Esse se desenvolveu através de uma extrema centralização do internacionalismo proletário. Tinha como exigência pelos partidos que nela ingressavam regras estritas, mas também a incorporação do modelo bolchevique de organização partidária. Ao mesmo tempo, cristalizou-se a concepção de que os partidos comunistas (PCs), como seções nacionais da IC, deviam colocar em prática a linha política traçada por este organismo. A IC fora dissolvida em 1943, e, em seu lugar, no ano de 1947, fora criado o Kominform. Essa nova organização surgiu recusando-se a identificar-se como continuidade da IC. Mas, mesmo não tendo a estrutura institucional do Komintern, na prática, as suas reuniões continuavam a influenciar os partidos comunistas, que utilizavam as suas resoluções como documentos de base na elaboração de suas propostas políticas e ideológicas. Sobre esse assunto ver: MARCOU, Lilly. *Le mouvement communiste international depuis 1945*. Paris: PUF, 1980, *apud* SALES, 2005. op. cit., p. 41.

Especialmente no Brasil, o PCB, fundado em 1922, era quem hegemonizava as discussões na esquerda brasileira até aproximadamente o ano de 1960. Além disso, o partido apregoava suas propostas políticas e ideológicas aos modelos programáticos em consonância com as premissas sugeridas dentro do MCI, para a realidade da sociedade brasileira e também latino-americana.

O PCB defendia a tese de que, para implementar o socialismo no Brasil, teria antes que resolver uma contradição fundamental, a qual, posteriormente, também será objeto de discussão e debate interno dentro de sua estrutura partidária. Era o choque entre os setores da burguesia nacional com, em especial, o imperialismo norte-americano. Nessa abordagem, o PCB afirmava que haveria de ocorrer no Brasil uma aliança entre os setores progressistas, democráticos e populares, o campesinato e o operariado, para que houvesse uma possível revolução democrático-burguesa, num primeiro momento, para após trilhar o caminho em busca do socialismo.

A tensão que passa a ocorrer no MCI e a perda de seu caráter monolítico dentro das aspirações soviéticas em seus programas políticos, para bem dizer em quase todos os partidos pró-soviéticos, faz compreender a profunda crise possibilitada nas discussões internas do programa político do PCB, ocasionando cisões a partir de meados da década de 1950. Na realidade, a crise do MCI dentro do PCB foi mais um fator de desagregação e, depois, de cisão dentro da esquerda brasileira. Pensa-se que a crise dentro do PCB ocorreu através de divergências internas sobre a mudança de seu programa político de atuação na realidade política brasileira, também, em meados da década de 1950. Mudanças que iam desde o apoio incondicional ao governo trabalhista sem ressalvas, mudando a linha política crítica aos governos e aos partidos burgueses, que se seguira até o fim dos anos 50.

Pode-se ressaltar também, nesse contexto de turbulências políticas e ideológicas, as divergências sino-soviéticas que começaram a se aflorar após o término do XX Congresso do PCUS. O Partido Comunista Chinês (PCC), rejeitava a concepção do caráter duradouro da coexistência pacífica²⁰³ entre os regimes socialistas e capitalistas, que apregoavam as teses

²⁰³ A coexistência pacífica, segundo se pode inferir do pensamento leninista, não era pois concebida nem como panacéia para encobrir as guerras de classe no interior de cada nação, nem como uma política moldada de acordo com os interesses e conveniências do primeiro Estado socialista, com o objetivo de conter a luta de classes nos demais países para garantir sua sobrevivência. Entretanto, essa interpretação da norma está bem distante daquelas que foram empreendidas em relação ao mesmo tema na URSS, especialmente durante o período do governo de Nikita Krustchov, e que serviram de base para toda a política internacional do período. Naturalmente, as suas premissas eram estranhas às teses de Lênin, pois que se concebia a coexistência pacífica como extensiva às relações entre as classes sociais, e supunha-se que o desenvolvimento do “campo socialista” existente convenceria por si só a humanidade da sua superioridade, preparando assim o caminho pacífico para o seu triunfo, *apud* BAMBIRRA, 1993, op. cit., p. 202-203.

soviéticas, nem a tese que o regime no campo socialista se fortalecia devia competir com o capitalismo na esfera econômica.

Entretanto, a tese chinesa defendia que o que podia enfraquecer o imperialismo era a vitória crescente de revoluções antiimperialistas potencializadas no “Terceiro Mundo”, perspectiva essa que atraía os defensores de uma revolução calcada nos movimentos de libertação nacional dos povos. Sobre a coexistência pacífica, para Lênin, essa deveria ser a norma que balizava o socialismo no plano econômico, político, diplomático e cultural, em geral, com todos os países capitalistas, coloniais e dependentes.

Em outras palavras, a coexistência pacífica era o ideal, aspiração, mais do que isso, à política concreta elaborada com o objetivo de tornar factível o desenvolvimento do socialismo no mundo, que ainda era dominado pelas relações imperialistas, para que se tivesse condições de expandir-se, proliferar-se através do triunfo de novas revoluções. Era uma forma superior “entre os dois mundos”, uma estratégia para evitar os conflitos bélicos de proporções catastróficas, uma via para preservar a humanidade da hecatombe, enquanto o desenvolvimento do socialismo no plano mundial seguisse em avanço, de acordo com as peculiaridades e a dinâmica da luta de classes em cada país e em cada região.²⁰⁴

Assim, todos esses “abalos sísmicos” no MCI, a partir de meados de 1950, originaram novas interpretações acerca das novas experiências que estavam se gestando para a via ao socialismo. Naquele momento, determinaram uma mudança capital não só na história do marxismo latino-americano, mas também na própria história da América Latina.

No Brasil, o embate iniciado dentro do PCB, em 1957, em torno do XX Congresso do PCUS²⁰⁵, sobre os crimes cometidos pelo stalinismo, causou uma profunda discussão interna na esquerda brasileira e latino-americana. Neste Congresso, Nikita Khrutchev, então secretário geral do PCUS, com um relatório “secreto”, que mais tarde será publicado pela imprensa mundial, trará violentas denúncias contra os crimes cometidos por Josef Stalin, durante o seu regime de governo na Rússia.

Tal ato surtira o efeito de uma bomba sobre o movimento comunista internacional, causando traumas, dilaceramentos e dolorosas autocríticas em inúmeros partidos comunistas

²⁰⁴ Ibid, p. 202-203.

²⁰⁵ Em relação às conseqüências do XX Congresso do PCUS no PCB, Sales (2005, op. cit., p. 56) indica como referência bibliográfica. SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB**. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1988; e SEGATTO, José Antonio. **Reforma e evolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

pró-moscou.²⁰⁶ Conseqüentemente, o XX Congresso do PCUS pode ser apontado como um dos eventos de maior importância na história do comunismo internacional. Isso porque foram denunciados os crimes de Stalin praticado durante os anos em que estivera no poder, causando profundo choque para os comunistas do mundo inteiro, que tiveram as suas formações políticas e ideológicas calcada na sua imagem.²⁰⁷

Na conjuntura interna partidária do PCB não foi diferente. Houve choques, cisões e fraturas como jamais houvera no partido. A crise desencadeada pelas denúncias dos crimes de Stalin contribuiu na formação de correntes políticas que passaram a divergir no interior do PCB e se digladiar pelo controle do partido. Sobre as subdivisões que ocorreram através das idéias diferentes dentro da estrutura do partido, pode-se identificar, de uma maneira geral, pelo menos três correntes que polarizavam a discussão em torno do XX Congresso do PCUS, ao qual iriam trazer futuramente profundas alterações programáticas, etc.²⁰⁸

Uma primeira corrente foi chamada de “abridista” ou “renovadores”, pois propunha a revisão radical dos princípios do marxismo-leninismo, como a questão do partido de vanguarda e do internacionalismo. Agildo Barata foi um dos principais representantes dessa corrente, assim como militantes do Comitê Regional de Piratininga (SP) e dirigentes da Juventude Comunista. Entre os que defendiam estas idéias, os que ganharam mais destaque, e acabaram expulsos no decorrer do debate, foram Osvaldo Peralva e Agildo Barata. As mudanças, porém, não pararam por aí. Após a saída do grupo “fracionista” e “revisionista” de Agildo Barata, chegava à vez dos dirigentes mais identificados com os chamados erros dogmáticos e sectários pararem seu tributo.²⁰⁹

Em decorrência das divergências²¹⁰ dentro do PCB, essa causou a expulsão do grupo que propunha modificações mais profundas na estrutura partidária. Posteriormente, em reunião realizada em agosto de 1957 foram destituídos do Presidium quatro membros: Diogenes Arruda, João Amazonas, Sérgio Homos e Maurício Grabois.²¹¹ Em seus lugares

²⁰⁶ SILVA, Ricardo Oliveira da. **A questão agrária brasileira em debate (1958-1964): as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dissertação de Mestrado, 2008.

²⁰⁷ SALES, 2005, op. cit., p. 42.

²⁰⁸ SILVA, 2008, op. cit., p. 40.

²⁰⁹ SALES, 2005, op. cit., p. 56.

²¹⁰ Sobre este assunto, ver, SALES, Jean Rodrigues. **O PC do B e o movimento comunista internacional na década de 1960. História: questões e debates**, Curitiba, nº 35, p. 275-303, 2001.

²¹¹ Destes quatro representantes do PCB que foram destituídos do Partido, dois deles, Mauricio Grabois e João Amazonas viriam a fazer parte da Primeira Comissão Executiva do PCdoB fundado em fevereiro de 1962. O PCB também voltaria a sofrer novas cisões, agora, principalmente sobre a certa passividade ainda reinante em seus referenciais políticos e ideológicos principalmente após o Golpe Civil-Militar desferido no Brasil em abril de 1964. A partir do seu VI Congresso, que ocorre em dezembro de 1967, o Partido se vê obrigado a defender

entraram Giocondo Dias, Mário Alves, Callil Chade e Carlos Marighella, que junto com Luiz Carlos Prestes passaram a estar no centro do poder partidário.²¹² Esse grupo instalado na estrutura partidária do PCB, após o encerramento em 1957 do debate que expulsara alguns de seus representantes, fará profundas transformações em sua linha política partidária que será acompanhada pela Declaração de março de 1958. Esta representou uma vitória importante, a qual passou a imprimir ao partido uma posição nacionalista e democrática, aceitando, pela primeira vez, o caminho pacífico da revolução brasileira por meio de reformas.

O que passa a ocorrer é o abandono das formulações do IV Congresso²¹³, propondo novamente no plano político a atuação a partir de uma ampla frente política. Essa mudança, coroada na chamada Declaração de Março de 1958, acompanhou o partido por toda a década de 1960 e será consequência da cisão ocorrida dentro do PCB, que ao reestruturar-se em 1962, funda o PCdoB.²¹⁴

Na Declaração de Março de 1958, expressou-se a nova orientação política defendida pelo novo núcleo dirigente que se instalou a partir de 1957 e se tornou hegemônico. Junto a ela, ocorreram modificações que acompanhariam o partido de forma clara até o Golpe Civil-Militar de 1964, no Brasil, trazendo profundas consequências para o seu futuro político.

Dentre as modificações, a Declaração de Março de 1958, ressaltava a necessidade de uma Frente Única e a luta por um governo nacionalista e democrático, ao qual o proletariado e a burguesia se aliavam em torno de um objetivo comum: de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Como resultado dessa mudança de postura em seus referenciais teóricos e a mobilização nacional, tem-se o

internamente suas propostas políticas, em relação aos rumos das consequências que a Revolução Cubana acabou trazendo para suas fileiras.

²¹² SALES, 2005, op. cit., p. 57.

²¹³ No início da década de 1950, o PCB passava por uma fase de grande radicalização política, materializada em seu conhecido Manifesto de agosto de 1950, uma resposta à situação de ilegalidade imposta durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. No manifesto, o PCB rompe com a política de união nacional dos anos de guerra e propõe uma plataforma radical. Entre outras coisas, o documento denunciava o governo de “traição nacional”, apontava a existência no país de uma “minoridade de latifundiários e de grandes capitalistas de um lado”, e de um “bloco nacional e revolucionário” de outro. Para a resolução do impasse, somente poderia ser feita uma “revolução agrária, antiimperialista”, a ser conduzida por uma “Frente Democrática de Libertação Nacional”, sob a direção do proletariado e de seu partido. Propunha também um rompimento das alianças com outros partidos, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), e a descentralização dos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, criando uma estrutura sindical própria e autônoma.

²¹⁴ O partido se reestrutura em fevereiro de 1962, a partir de uma cisão no interior do velho Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. A cisão está intimamente ligada ao tenso período político-social da segunda metade da década de 1950 e início de 1960. Nesse momento, o PCB passa por uma profunda modificação em suas formulações teóricas. Abandona sua política de enfrentamento referendada no Manifesto de 1950 e nas resoluções do seu IV Congresso, realizado em 1954 – e caminha em direção a uma ampla Frente Política, para realização de uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, que deveria ser feita, preferencialmente, através do caminho pacífico.

surgimento de outros grupos dentro da esquerda, em um campo de hegemonia até aquele momento ainda pertencente ao PCB.

Um dos aspectos considerados bem polêmicos da Declaração de março de 1958 é a análise feita sobre o desenvolvimento do capitalismo nacional.²¹⁵ A partir desse momento, o PCB verá a burguesia nacional de forma essencialmente progressista, o que leva o partido a reavaliar sua intervenção política na sociedade.

Pode-se ressaltar nesse documento a tentativa de dar conta de duas contradições fundamentais que se constituíram historicamente, e que também serão fruto das futuras críticas das novas organizações de esquerda radical, que passaram a disputar o cenário político brasileiro em fins da década de 1950 e início da década de 1960.

Das contradições fundamentais, segundo a Declaração de Março de 1958, a primeira é a que trata da relação entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. Para superar esses entraves e desenvolver politicamente e economicamente o país, era mister superar as duas contradições, sobre o que se ressaltava que a sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas.

No entanto, essa contradição não exige uma solução radical naquela etapa. Nas condições presentes no País, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. Assim, por conseguinte, a revolução não se configuraria aos moldes do socialismo, mas sim de uma forma antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática.²¹⁶ Nesta análise, podemos visualizar, futuramente, o porquê dos embates políticos ideológicos que se constituirá na América Latina, sobre o papel progressista da então burguesia nacional no Brasil e na América Latina.

²¹⁵ Antes da reestruturação do PCdoB, em fevereiro de 1962, o grupo até então opositor desempenhou um papel de oposição e crítica à nova política adotada pelo PCB, representada na “Declaração de Março de 1958”. Entretanto, a manifestação mais clara das divergências dos opositoristas em relação à orientação do Comitê Central ocorreu durante os debates preparatórios para o V Congresso, realizado em 1960. Nesse momento, Amazonas, Grabois, Câmara, Homos, Pedro Pomar, Carlos Danielli, entre outros fizeram duas críticas às teses apresentadas pela direção do PCB, sobretudo à que dizia respeito a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, acusada de ser excessivamente otimista, e à ênfase dada à escolha do caminho pacífico como mais adequado para a revolução brasileira. No final, pela esmagadora maioria, as teses foram aprovadas, e os opositoristas perderam ainda mais espaço político e orgânico na estrutura partidária. A cisão ocorreu no ano seguinte, quando a direção do PCB modificou os estatutos do partido alegando a necessidade de viabilizar a legalização da legenda junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Em relação a essa questão, são retirados dos estatutos do partido as referências do marxismo-leninismo, ao qual o grupo opositorista lança a Carta dos Cem, um abaixo assinado em que se critica a atuação feita pela Direção do PCB, de tirar o marxismo-leninismo das referências programáticas do Partido. In: SALES, p.167, *apud* FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²¹⁶ LÖWY, 1993, op. cit., p. 123.

De acordo com a análise da nova direção do Partido Comunista do Brasil, composta em 1957, o Partido ressalta a importância da burguesia nacional, e afirma:

Surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a PETROBRÁS e a Companhia Siderúrgica Nacional (...), surgiu e se fortaleceu cada vez mais na burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país.²¹⁷

Nesta concepção, as estratégias de luta, mais especificamente no Brasil, e visualizadas também para América Latina, numa primeira fase agregariam os setores progressistas da sociedade e que, naquele momento, estavam próximos do movimento nacionalista. Como exemplos dessas classes para desencadear o processo de luta, existiam: “a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano.”²¹⁸

Nesse período, a versão mais tradicional e difundida a respeito ainda era, em meados da década de 60, aquela do PCB, que seguia a análise de 1928 do VI Congresso da III IC.²¹⁹

Previa-se a revolução em duas etapas, ou por etapas:

A primeira das quais deveria ser “burguesa”, ou de “libertação nacional”. Congregando uma somatória de classes sociais progressistas, unidas para desenvolver as forças produtivas, a revolução burguesa implicaria superar os entraves impostos ao desenvolvimento nacional pelas relações feudais no campo e pela presença do imperialismo na economia.²²⁰

É nesse contexto de polarização de idéias divergentes que a Revolução Cubana ancorada no Brasil parecia confirmar a teoria apregoada pelo PCB em consonância com a III

²¹⁷ NOGUEIRA, Marcio Aurélio (Org.). **PCB: vinte anos de política – 1958-1979**. São Paulo: LECH, 1980, p. 4-5. *Apud* SALES, 2005, op. cit., p. 58.

²¹⁸ *Ibid*, p. 15. Grifo nosso. Vale a pena chamar a atenção para o fato de se aceitar a presença de “setores de latifundiários” na frente ampla política proposta pelo PCB, o que demonstra a ampla abertura que marca a Declaração de Março de 1958, afastando-se definitivamente de seu IV Congresso.

²¹⁹ Nesse Congresso de 1928, definem-se as características dos países da América Latina nos seguintes princípios: os países latino-americanos são países de economia “atrasada”, “subdesenvolvida”, “semicolonial” e “dependente”, e dominados pelo imperialismo norte-americano. A contradição fundamental não reside na luta de classes entre a burguesia e o proletariado, mas sim na contradição entre o capital nacional, versus capital estrangeiro. Os partidos comunistas devem atuar na luta pela revolução democrática e burguesa; construir uma plataforma nacional-democrática, baseada na aliança eleitoral entre os partidos burgueses progressistas, para assim estabelecer um governo nacionalista apoiado nas massas; as principais tarefas da etapa da revolução democrático-burguesa seria a reforma agrária, a expropriação das indústrias estrangeiras, enfatizando a luta antiimperialista; devido à ausência de uma classe operária significativa, devido ao “atraso” econômico, o socialismo só poderia ser pensado como tarefa futura, dever-se ia primeiro desenvolver o capitalismo em toda sua plenitude. Estas propostas de análise desenvolvidas na III IC, no sexto Congresso em 1928, são semelhantes, por exemplo, à Declaração de Março de 1958, o novo programa que passa a nortear o caminho do PCB nesse período.

²²⁰ RIDENTI, 1993, op. cit., p. 31.

I.C, calcada na revolução por etapas. Porém, a afirmação da existência de uma etapa de caráter democrático-burguesa pode ser compreendida em Cuba muito mais atrelada a um arcabouço teórico do que dos fatos. Ela não subsiste à revolução, já que o movimento liderado por Fidel Castro se realiza para pôr em prática o programa de Moncada, enunciado em seu texto *A história me absolverá*, de orientação nacional, democrática e popular. Com a polarização materializada através da constituição do novo governo e dos inúmeros setores camponeses-operários que dele agora fazem parte, a sociedade cubana começa agora a conviver com uma:

Diferenciação social cada vez mais aberta entre a revolução e contra revolução. Nessa dinâmica, a burguesia cubana e também uma parte considerável da classe média foram se opondo ao processo revolucionário com o apoio ativo do governo norte-americano em cujo território operavam abertamente as organizações contra-revolucionárias.²²¹

As contradições entre a revolução/contra-revolução se depararam como uma oposição entre nação/imperialismo e é a expressão da contradição entre burguesia e proletariado. Seguindo o curso dessa argumentação, podemos afirmar que nas condições concretas em que se desenvolveu a Revolução Cubana, a inviabilidade de uma etapa democrático-burguesa e a participação da burguesia foram inviabilizadas pelo curso dos acontecimentos e não que essa aliança não fosse desejada.

Assim, na sociedade brasileira, “o momento que precede a Revolução Cubana no Brasil, no rumo das transformações democráticas no seio do capitalismo, parecia se materializar através” das pressões e inúmeras agitações sociais que se ampliavam consideravelmente, alcançando trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das Forças Armadas. Configurava-se uma redefinição do projeto nacional-estadista, que passaria a incorporar uma ampla – e inédita – participação popular.²²² Talvez exatamente por causa disso, mudaram o tom e o sentido do discurso: ao contrário de Getúlio Vargas, os obstáculos deveriam agora ser removidos, e não evitados, e os alvos abatidos, e não contornados.

Entretanto, em sentido contrário, mobilizavam-se igualmente resistências expressivas.²²³ Esta pode ser compreendida da análise das eleições de 1962 no Brasil²²⁴, no

²²¹ SADER, Eder (Org) **Che Guevara – Política**. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p. 25-26.

²²² REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.23. Grifo nosso.

²²³ Ibid, p.24.

qual a direita acabou por renovar parte significativa na Câmara Federal, no Senado, e também nas eleições estaduais. Sobre a tradução política no que diz respeito às reformas, poderia ser assim resumidas, elas não seriam aprovadas legalmente pelas instituições democráticas institucionais do Estado de Direito, adquirindo, assim, certa conotação contrária àquela visualizada pelo PCB naquele momento para a realidade brasileira.

Que as agitações sociais e reivindicações das massas trabalhadoras naquelas circunstâncias pareciam confirmar a tese do PCB no Brasil isso é inegável, mas até que ponto mesmo essas poderiam ser efetivadas na prática? Isso não ocorreu.²²⁵ Ao invés das reformas na estrutura capitalista ainda dependente brasileira, veio o Golpe Civil-Militar quando a mesma se apresentou como uma ameaça aos marcos da ordem capitalista, com a tendência crescente das massas irem superando seus antigos representantes, para se constituírem propriamente enquanto classe.

Quanto à estratégia de luta a ser seguida, ou implementada no Brasil antes e depois do Golpe Civil-Militar, nas leituras do PCB, resumir-se-ia ao inverso daquela apregoada pela Revolução Cubana. Principalmente em meados da década de 60²²⁶, o “caminho pacífico” seria o mais condizente naquele momento em que o Brasil atravessava marcado pela ascensão do movimento operário e o desenvolvimento de uma frente única nacionalista.²²⁷

²²⁴ No Congresso Nacional, embora o PTB e outros partidos reformistas tivessem conseguido um avanço relevante, o PSD e a UDN nucleavam ampla maioria conservadora. Nas eleições para os governos dos estados, se as esquerdas tinham conseguido êxito em Pernambuco e no Rio de Janeiro, elegendo Miguel Arraes e Badger da Silveira, a direita havia elegido Ildo Meneghetti no Rio Grande do Sul e Adhemar de Barros em São Paulo, sem contar com outros estados que já estavam capitaneados por lideranças conservadoras, como Minas Gerais e Guanabara, (Magalhães Pinto e Carlos Lacerda). *Ibid*, p. 25

²²⁵ Para RIDENTI (1993, op. cit., p. 244), contrariando as análises da esquerda armada, não houve uma situação revolucionária propriamente dita na sociedade brasileira dos anos 60 e 70. Talvez tenha se chegado perto de transformações, mesmo que dentro da ordem, no período imediatamente anterior ao golpe de 1964, período que iria expandir suas consequências políticas (e também culturais econômicas, ideológicas) por uma década, pelo menos. Representações das massas populares, institucionalizadas ou semi-institucionalizadas até 1964, não só o PCB, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e A UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE), como também o movimento nacionalista de Brizola e ao próprio João Goulart, os movimentos subalternos das forças armadas, os sindicatos em diretorias “progressistas”, as lideranças políticas, estudantis e sindicais, todos viram-se desprovidos de canais institucionais de atuação após o Golpe, no qual encontravam ecos no governo populista de até então. Ocorrido o golpe, uma vez perdidos os canais institucionais de representatividade democrática, tratava-se agora de encontrar caminhos, para continuar expressando a vontade dos representados.

²²⁶ Em meados de 1967, ocorre a institucionalização da via armada para a América Latina, seu lema, afirmava que era dever de todo revolucionário fazer a revolução. Esta institucionalização ocorre através do Documento, junto à Conferência da OLAS, realizada em Havana, em 1967 .

²²⁷ Na Argentina, por exemplo, no XII Congresso do Partido Comunista, de 22 de fevereiro a 03 de março de 1963, a principal resolução do Congresso não deixou de render homenagem à Revolução Cubana por haver “alterado qualitativamente o caráter da revolução pela liberdade na América Latina”. Contudo, quanto às táticas imediatas na própria revolução argentina, o Congresso preferia “conquistar o poder pelo caminho pacífico”, através de uma Frente “Democrática Nacional” de trabalhadores, camponeses, estudantes, profissionais e intelectuais progressistas, a pequena burguesia, e até mesmo setores da “burguesia nacional”. XII Congresso del Partido Comunista de la Argentina. Resolución (Buenos Aires, Editorial, 1963. p. 4-9). In: DRAPER, Theodore. **Castrismo – teoria e prática**. Rio de Janeiro: Ed. GRD 1966. p. 48.

Dessa forma, em março de 1961, na revista *Novos Rumos*, em um artigo que definia a política de frente ao governo Jânio Quadros, dizia-se que:

Na América Latina já se inicia também uma nova etapa histórica: a gloriosa Revolução Cubana repercute profundamente em todo o continente, desperta o entusiasmo revolucionário no povo brasileiro, indica-nos o caminho da liberdade, da independência nacional e do progresso social.²²⁸

Além disso, havia as mudanças na situação internacional, que estava “decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos”.²²⁹ O uso da violência revolucionária aparece na Declaração de Março de 1958, como resposta, caso fosse necessária, às forças reacionárias.

Ainda assim, foi usado o eufemismo “solução não pacífica” para evitar qualquer dúvida quanto aos objetivos do Partido:

No caso em que os inimigos do povo venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação, é indispensável ter-se em vista outra possibilidade – a solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, e tal caso será de inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro.²³⁰

No que pese a influência da Revolução Cubana no Brasil em especial, configurou-se como um marco para toda a esquerda latino-americana, incluindo a brasileira, pois um pequeno país encostado nos Estados Unidos mostrava que seria possível tentar um caminho alternativo de desenvolvimento fora dos padrões do American way of life. Ademais, era uma revolução que não se alinhava automaticamente a esquemas pré-estabelecidos, como o modelo soviético de socialismo, que já desencantava aos novos representantes da esquerda no Brasil no início da década de 1960. Vivia-se o contexto da Guerra Fria e da Libertação

No mesmo sentido, em fevereiro de 1963, Luiz Carlos Prestes viajou a Moscou e, de lá diretamente para Havana. Em viagem ressaltou: “há pessoas – disse Prestes, sem citar nomes – que acreditam erradamente que a iniciação de uma luta armada no Brasil para depor o governo constituiria o melhor apoio para Cuba. Nas atuais condições vigentes no Brasil, isto seria inteiramente errado. Isolaria os comunistas das massas e facilitaria o trabalho daqueles que estão pressionando o governo no sentido de romper relações com o governo cubano”. Para o caso de algumas “pessoas” imaginarem que ele estava a falar somente do Brasil, Prestes acrescentou. “Para o marxismo-leninismo, revolução não é sinônimo de violência; consiste, e fundamentalmente, numa mudança das classes dominantes; e isso é possível, em certos países da América Latina, nas atuais condições, sem guerra civil e sem insurreição armada”. (Publicado numa entrevista no antigo órgão comunista cubano- Hoy, 09 de março de 1963, *ibid.*, p. 49).

²²⁸ CARONE, Edgar. (Org.). **O PCB: 1943 a 1964. Coleção Corpo e Alma do Brasil**. São Paulo: DIFEL. 1982, p. 235.

²²⁹ NOGUEIRA, 1980, p. 22, *apud* SALES, 2005, *op. cit.*, p. 59.

²³⁰ *Ibid.*, p. 59.

Nacional dos Povos subdesenvolvidos que se libertavam em Cuba, no Vietnã, na Argélia e em outros países.²³¹

Sobre essa questão, a Revolução Cubana, a relação das especificidades daquele país com as do Brasil apareceram de forma mais incisiva na obra do militante da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM/POLOP)²³² Luiz Alberto Moniz Bandeira. Na sua concepção, no caminho da revolução brasileira, de 1962, a Revolução Cubana configurou-se como um dos patamares mais significativos para a compreensão e o desenvolvimento histórico latino-americano. Com a quebra da hegemonia do imperialismo norte-americano na América Latina, consumado pelo processo revolucionário cubano e a declaração do caráter socialista da Revolução Cubana, em 16 de abril de 1961, essa demonstrava e também redefinia novas abordagens políticas e ideológicas para o contexto latino-americano, em suas estratégias de consecução do socialismo na América Latina.

Assim,

Toda a luta de classe no Continente foi colocada num nível mais alto. Um retorno não é possível. Não o é para os imperialistas, que defendem seu domínio à base de intervenções militares como em São Domingos. Também não é para a nova geração de revolucionários, impossível ignorar as mudanças que a Revolução Cubana trouxe. A revolução socialista em Cuba assustou a burguesia e superou de vez as lideranças pequeno-burguesas. A Revolução Cubana naturalizou o marxismo-leninismo no Continente.²³³

Através da análise referida acima, as condições concretas que potencializaram o processo revolucionário cubano passam a serem consideradas como um parâmetro factível com um caminho brasileiro da revolução socialista. Assim, existiram pelo menos três considerações importantes que a Revolução Cubana propiciou à esquerda não só brasileira, mas também latino-americana.

²³¹ RIDENTI, 1993, op. cit., p. 24.

²³² Esta organização surgiu juntamente com a AP, no início da década de 1960. Ambas com propostas alternativas à política até então predominante, a do PCB. A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO, ou POLOP), nasceu em 1961, agrupando elementos de várias pequenas tendências alternativas ao PCB, com influência, sobretudo, nos meios universitários. Essa contestava as idéias reformistas e pacifistas do PCB, propondo a luta armada revolucionária pelo socialismo. A AP surge em 1962 como organização autônoma, incrustada principalmente no movimento estudantil, onde manteve a diretoria da UNE e de muitas entidades durante os anos de 1960. Também se pode ressaltar que a proposta de constituição autônoma da organização brotara no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade estudantil ligada à Igreja nos anos de 1950-60. A AP, em suas propostas utilizadas como ponta de lança de seu programa de atuação na sociedade brasileira, aparece como luta contra o capitalismo e a favor da construção de um socialismo preocupado com a liberdade do homem e em oposição ao socialismo existente na URSS. Essa característica ideológica a coloca em um lugar especial no processo que Marco Aurélio Garcia (1979) chamou de “perda de significação relativa da esquerda tradicional no país, em particular do PCB”. Ibid, p. 23.

²³³ REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (Org.) **Imagens da Revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005, p. 124.

São elas, segundo, Guevara:

Mostraram a possibilidade das forças populares vencerem um exército profissional; que nem sempre é preciso que se dêem todas as condições econômicas para haver uma revolução; que na América subdesenvolvida o terreno da luta armada deve ser o campo. Estas contribuições são colocadas sob a perspectiva nacional e assim, diante destes pontos, é considerado o fato de Cuba ser um país essencialmente baseado na monocultura do açúcar, enquanto que no Brasil havia grandes centros industriais que dificultariam o desdobramento da guerrilha. A guerrilha poderia funcionar em regiões como o Nordeste, mas “num país como o Brasil, não conseguirão afetar a espinha dorsal das classes dominantes, se não vierem acompanhadas pela ação das cidades, como a greve geral, que resulte no estrangulamento dos pontos vitais e nevrálgicos da máquina do estado”. Mas a greve geral não resolveria a questão, sendo crucial a estruturação de um poder alternativo ao burguês, não somente a tomada deste poder.²³⁴

De qualquer forma, as conseqüências trazidas no bojo do processo revolucionário cubano só se configurariam um problema urgente no Brasil para a maior parte da esquerda brasileira, quando essa se deparasse com novas condições históricas e se pusesse novas tarefas a cumprir. Isso ocorreu quando ela teve seus canais de ascensão política interrompidos e as portas das reformas sociais corporificadas através das reformas de base fechadas pela Ditadura Civil-Militar, implementada no País, em abril de 1964.

2.2.1 Caráter da revolução na América Latina na década de 1960: democrático-burguês ou socialista?

O hálito quente da Revolução Cubana aquecia a nuca das “classes burguesas” latino-americanas, tirando-lhes o sono. Complementavam o quadro a vitória da revolução argelina (1962), a retomada da guerra do Vietnã em (1960) e o processo das independências na África (primeira metade dos anos 60).²³⁵

Uma das tônicas que permearam as discussões políticas ideológicas, no seio da esquerda latino-americana e brasileira, remetia-se ao caráter da revolução a ser empregada na América Latina, em especial na sociedade brasileira a partir de meados ainda da década de 1950. Após o triunfo da Revolução Cubana, e sua afirmação no Continente americano desencadeou inúmeras divergências no seio da esquerda brasileira, em especial no PCB²³⁶ nos anos que precedem a década de 60 do século XX.

²³⁴ MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1979. p. 177.

²³⁵ AARÃO, Daniel, Reis. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2002, p. 27. “Grifo nosso”, no original é elíptico.

²³⁶ Não foi somente no PCB que a influência da Revolução Cubana obteve uma tremenda repercussão, fazendo surgir inúmeras cisões entre os anos de 1966-67. Também teve participação decisiva, por exemplo, na cisão

Em relação ao Continente americano, presenciava-se até então a experiência vitoriosa da Revolução Cubana, em janeiro de 1959, que não só subverteu a problemática tradicional da corrente marxista hegemônica²³⁷ na América Latina, pelo menos até meados da década de 50. Também contribuiu no cenário latino-americano como um todo, para que se fomentassem novos debates acerca das estratégias a serem utilizadas como ponta de lança em busca do socialismo. Demonstrou na prática, mesmo que futuramente se tornasse objeto de profundas divergências para com os partidos comunistas da América Latina, que a luta armada podia ser uma maneira eficaz de destruir um poder ditatorial e pró-imperialista e abrir caminho rápido e simultâneo para uma sociedade calcada nos moldes do socialismo.

Para Marco Aurélio Garcia, que se expressa em uma série de artigos para o jornal *Em Tempo*, na série “Contribuição à História da esquerda brasileira 1964-1979”, seria possível subdividir em três grandes coordenadas às divergências entre os vários grupos em que se fragmentava a esquerda brasileira na década de 60:

Eram de três ordens os fatores divergentes que dividiam os vários grupos ditos de esquerda revolucionária, particularmente os armados: o caráter da revolução brasileira (nacional-democrática ou socialista), as formas de luta para se chegar ao poder, através (do maior ou menor peso das massas – urbanas ou rurais – na luta armada, desenvolvida em moldes que se aproximaram mais do modelo soviético, chinês ou cubano), e o tipo de organização necessária ao processo revolucionário (no modelo partidário marxista-leninista clássico o com flexibilidade organizacional inspirada no exemplo da guerrilha cubana).²³⁸

Na análise do PCB, após as novas resoluções programáticas partidárias formuladas na Declaração de Março de 1958 e ratificadas em seu V Congresso em 1960, era necessário construir as bases da revolução burguesa no Brasil. Segundo o Partido, o País ainda apresentava características feudais, ou semif feudais, no campo, características essas que impediam o livre desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Configurava-se como tarefa dos comunistas unirem-se aos setores nacionalistas da burguesia brasileira, estimular a consolidação capitalista, e somente então promover a

ocorrida dentro do PCdoB em 1966, fazendo surgir o Partido Comunista Revolucionário (PCR), e o Partido Comunista do Brasil, Ala Vermelha (PCdoB-AV). Sobre esta cisão ocorrida dentro do PCdoB, em março de 1966, o partido fazia duras críticas à Cuba, particularmente à sua pretensão de irradiar o seu modelo revolucionário para toda a América Latina. Nessa crítica, o PCdoB ressaltava que, apesar da importância da experiência cubana na luta contra o imperialismo, o “fidelismo” não era uma teoria válida para o Brasil. Este relato encontra-se no documento: **O marxismo-leninista triunfará carta aberta a Fidel Castro.**

²³⁷ Digo hegemônica em vista de ser a corrente marxista pró-soviética que figurou no contexto de luta da esquerda brasileira, e em seus referenciais políticos e teóricos, em especial, do PCB, até meados da década de 1950.

²³⁸ RIDENTI, Marcelo. Esquerdas revolucionárias armadas nos anos de 1960-1970, In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia** (1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 29.

emancipação da classe trabalhadora juntamente com a revolução socialista.²³⁹ Para completar esta etapa de desenvolvimento, apoiariam as reformas de bases, fariam frente ao avanço imperialista e cumpririam a etapa do desenvolvimento das forças produtivas, condição fundamental para a revolução socialista.²⁴⁰

Nesse sentido, o programa político do PCB, aprovado no seu V Congresso era, em resumo, o seguinte:

As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo.²⁴¹

Ao final da gestão de Juscelino Kubitschek (JK), intensifica-se a disputa entre as forças sociais em questão, momento em que são eleitos, em 1960, Jânio Quadros, para presidente, e João Goulart para vice. Na década de 1960, as lutas e os movimentos sociais adquiriram novas dinâmicas. As tensões aumentam com a renúncia de Jânio, e João Goulart assume a presidência num momento em que o país passava por sérios problemas como o lento crescimento econômico frente aos patamares alcançados durante o quinquênio do governo JK.

Almejava-se um programa de “... reforma agrária, controle de investimentos estrangeiros, democratização da estrutura sindical e de melhorias das condições de vida do povo trabalhador”.²⁴²

A proposta política de resolução das questões agrária, nacional e democrática,

(‘etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo’) permitiu um grande avanço dos comunistas e de seus aliados, isto é, das forças nacional-populares. No entanto, o PCB ‘não elaborou alternativa concreta para o processo político em curso que aproximasse a classe operária, mediante avanço de sua consciência, de sua proposta da etapa revolucionária’. /.../ e em conseqüência, sob muitos aspectos, estivemos de fato a reboque de certos aliados, particularmente os trabalhistas, que faziam seu programa no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) /.../ Isso facilitou a penetração da massa de um nacionalismo e de um antilatifundismo exclusivamente pragmáticos, que fortaleciam a atitude da burguesia nacionalista em negociar em posição de vantagem com o imperialismo e o latifúndio.²⁴³

²³⁹ RIDENTI, 1993, op. cit., p. 25.

²⁴⁰ OLIVEIRA, Joelma Alves de. **A Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP. O debate de alguns de seus teóricos com o Partido Comunista Brasileiro.** Dissertação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP- Campus Araraquara. São Paulo.

²⁴¹ **PCB- Vinte Anos de Política**, 1980, p. 39, *apud* OLIVEIRA, op. cit., p. 2.

²⁴² SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 92.

²⁴³ *Ibid*, p. 97.

Tais reformas sintonizavam o crescimento das exigências populares, razão pela qual setores mais conservadores da burguesia temiam que tais circunstâncias pudessem abrir precedentes à revolução socialista. Essas tensões atingiam patamares nos quais o Estado brasileiro encontrava-se ideologicamente manietado; o resultado mais imediato era a sua incapacidade de impedir a ascensão das massas. Instala-se, assim, uma crise econômica, política e social no país.

Essa situação ficou ainda mais grave porque,

Também as lideranças organizadas da classe operária, apesar de terem a consciência mais avançada sobre o processo em curso, não chegaram a orientar suficientemente os trabalhadores a ponto de terem pleno conhecimento de suas forças e de suas possibilidades enquanto classe responsável pela produção que sustenta o país.²⁴⁴

E “no instante que eclodiu o Golpe contra-revolucionário Civil-Militar pela derrubada do governo, o povo encontrou-se desarmado politicamente para enfrentar os golpistas”²⁴⁵, enquanto isso “Luiz Carlos Prestes, então secretário geral do PCB, afirmava não haver possibilidade de um golpe da direita e, caso ocorresse, os golpistas teriam suas cabeças cortadas”.²⁴⁶ A burguesia então demonstrou seu caráter “democrático” quando apoiou o Golpe Civil-Militar no Brasil em 1º de abril de 1964, temendo um avanço das lutas populares, abdicando do projeto nacionalista-reformista e aliando-se definitivamente à burguesia internacional. Após o Golpe, o Partido fez uma autocrítica procurando compreender quais interesses defendiam cada força social que estava em questão e, assim, entender os erros cometidos em suas atuações políticas. Isso porque com a burguesia nacional, reformista ou conciliadora, entendia o partido:

Nos aliávamos apenas eventualmente, com o objetivo de ganhar as massas para as posições revolucionárias, para subtraí-las à influência daqueles com os quais momentaneamente nos uníamos. Considerávamos os choques entre nacionalistas e entreguistas apenas uma contradição entre as classes dominantes, e não como a expressão de um movimento real e mais amplo que se desenvolvia no país, em defesa dos interesses nacionais e da democracia.²⁴⁷

Por conseguinte, com o Golpe Civil-Militar, ocorrido em abril de 1964²⁴⁸, reafirmado

²⁴⁴ Ibid, p. 98.

²⁴⁵ Ibid, p. 193.

²⁴⁶ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990. p.64, *apud* OLIVEIRA, op. cit., p. 3.

²⁴⁷ Documento do Partido. **(PCB, vinte anos de política**, 1980, p. 81, *apud* OLIVEIRA, op. cit., p. 3.

²⁴⁸ O Golpe Civil-Militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964, no Brasil, marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos,

pelo Ato Institucional, (AI5) no dia 13 de dezembro de 1968, instaurava-se a modernização conservadora da economia, concentradora de riqueza e considerada pelas classes dirigentes como a única saída viável para superar a crise vivida em meados da década de 60.²⁴⁹ A política econômica adotada após 1964 tinha em contrapartida a submissão total da classe trabalhadora aos ditames do capital, o que acabou por implicar na feroz repressão ou o desmantelamento das organizações dos trabalhadores, como sindicatos combativos e partidos clandestinos.

Como consequência do quadro de perseguições, prisões, tortura e morte, no Brasil, principalmente após o Ato Institucional (AI 5), a esquerda revolucionária resolve pegar em armas para “resistir” à Ditadura Civil-Militar, até porque, as vias democrático-institucionais haviam sido interrompidas pelas violentas intervenções do regime civil-militar no Brasil, através de seus inúmeros Atos Institucionais implementados desde abril de 1964.

Sobre o assunto que se remete à resistência não só dos grupos que resolveram pegar em armas contra a Ditadura Civil-Militar no Brasil, mas também sobre aqueles que compreenderam ser o momento de acumulação de forças, é muito pertinente esse tipo de análise que compreende que boa parte da esquerda no Brasil, vendo os canais institucionais interrompidos, utiliza como estratégia de contraposição ao Golpe a resistência armada. Compreendendo por este prisma, corremos o risco de acabar mistificando e reduzindo a luta de classes na sociedade brasileira pós 1964, por partimos do pressuposto de que não haveria hipótese de um processo de constituição na prática dos grupos armados nessa sociedade se as instituições democráticas estivessem funcionando regularmente.²⁵⁰

Numa sociedade democrática não haveria necessidade de violência revolucionária, já

que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras organizações reformistas assistiram perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o “terremoto” de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar na cena política. Nesse clima de contestação nacional e internacional, com o fracasso das esquerdas brasileiras em 1964, ocorreram sangrias orgânicas irreparáveis nos partidos e movimentos clandestinos atuantes, sobretudo no PCB, principal força das fileiras derrotadas. Entre 1965-1968, as bases universitárias romperam com o Partido em todos os cantos do território nacional, constituindo as conhecidas dissidências estudantis, as “DIs”: no estado do Rio surgiu a DI-RJ; na Guanabara, a DI-GB (ambas posteriormente denominadas Movimento Revolucionário 8 de Outubro, (MR8); e havia a do Rio Grande do Sul; a DISP, paulista (depois integrada à ALN ou à VPR e Vanguarda Amada Revolucionária VAR-PALMARES); em Minas Gerais, a dissidência estudantil integraria a CORRENTE; etc. As principais cisões do PCB, nas bases e na cúpula, foram as capitaneadas pelo líder Carlos Marighella, que criaria a Ação Libertadora Nacional, (ALN) e pelo dirigente Mário Alves, que daria origem ao PCBR. Já carentes de bases, desligadas do Partido após a repressão policial de 1964, o PCB perderia até 1968 ao menos metade de seus integrantes e remanescentes, adeptos das cisões que propunham a resistência armada imediata. In: RIDENTI, 1993, op. cit., p. 27-28.

²⁴⁹ RIDENTI, 1993, op. cit., p. 30.

²⁵⁰ Ibid, p.62.

que nessa haveria canais apropriados para a manifestação e solução de conflitos sociais. Ou seja, não se pode negar que o fato de o estreitamento dos canais legais de atuação oposicionista depois de 1964 e, principalmente após o Ato de 5 de dezembro de 1968, teve grande importância na dinâmica política das lutas de classes, criando condições para que muitos aderissem às organizações armadas. Entretanto, antes de 1964, os partidos comunistas eram proibidos, sendo forçados à clandestinidade relativa, com atuação tolerada em certos momentos, como no início da década de 1960.

As lutas de classes, de que as organizações de esquerda foram umas das expressões, não podem ser explicitadas pela ação repressiva do Golpe Civil-Militar, nem pelas falhas das instituições desse regime, ou das anteriores ao Golpe de 1964. Senão teríamos subjacente a idéia de que, se não houvesse falhas nas instituições, automaticamente não haveria luta de classes.²⁵¹ Portanto, o projeto da esquerda revolucionária de armas para o Brasil e para América Latina no geral não se resumia como uma forma de resistência contra o “regime civil-militar e o imperialismo norte-americano”²⁵², já que essa, no Brasil, não ocorreu após 1964. Mas visava a erradicação da exploração do homem pelo homem e também um caminho em busca de alternativa ao sistema político econômico e social vigente no período, que se configuraria no socialismo.

Retornando para a questão cubana, o certo foi que a experiência cubana conseguiu potencializar no Continente americano, uma revolução que combinou tarefas democráticas e socialistas atravessadas por um processo revolucionário ininterrupto até então não presenciado na história da América Latina. Entretanto, estas lições, em nítida contradição com a orientação de alguns partidos comunistas de inspiração soviética na América Latina, acabaram por estimular o surgimento de correntes marxistas inspiradas na experiência de praxe da Revolução Cubana.

Entre outros fatores, deve-se destacar que a teoria do foco guerrilheiro partia do pressuposto de que as condições objetivas estavam dadas para o desencadeamento do processo revolucionário nos países da América Latina e que, portanto, conforme os ensinamentos marxistas faltariam apenas às condições subjetivas.²⁵³ Essas condições

²⁵¹ Ibid, p.62.

²⁵² Para Humberto Trigueiros Lima, *apud* RIDENTI, 1993, op. cit., p. 64. Em seu depoimento sobre a ação dos grupos guerrilheiros, defende que esse tomou a forma de resistência contra a ditadura militar, mesmo que esse projeto guerrilheiro fosse anterior a ela e não pretendesse ser só uma resistência. Contudo, a luta implicava um aspecto libertário e inconformista de rebeldia, não enquadrável nas instituições existentes antes ou depois de 1964. Também se constituíram no Uruguai e na Argentina, por exemplo, grupos guerrilheiros similares aos brasileiros que passaram a atuar quando ainda havia governos relativamente democráticos constituídos.

²⁵³ As condições subjetivas seria o grau de conscientização que a população deveria chegar para que se pudesse

poderiam ser criadas pela ação dos guerrilheiros, pois, a força histórica da guerrilha não estava nela mesma, mas na guerra civil que a mesma desentranhou, da situação revolucionária preexistente.

Assim, a guerrilha desempenhou cinco funções distintas, são elas:

Primeiro, abriu por via militar, um espaço histórico para atuação organizada das forças sociais revolucionárias. Segundo, retirou a guerra civil do estado de intermitência prolongada e de eclosão esporádica, de baixa ou nenhuma eficácia política. Terceiro, lançou à guerra civil a massa da população e tornou ativos contra a ordem e a mão armada os “proletários” e os “humildes”, no campo e na cidade. Quarto, elevou assim, o teor revolucionário da guerra civil e o manteve aceso, ao servir de garantia às aspirações econômicas, sociais e políticas das classes trabalhadoras e da população pobre (graças a esta função da guerrilha, as alterações revolucionárias absorveram o impacto político do setor excluído da sociedade cubana). Quinto, operou do começo ao fim como bússola política da revolução que deveria extinguir a guerra civil, canalizando politicamente as energias sociais “virgens”, que as classes trabalhadoras e a população pobre lançavam no circuito histórico, e orientando-as no sentido de que atuassem, coletivamente, como o motor da revolução nacional e democrático popular. As conclusões da discussão anterior localizam a guerrilha no campo histórico-social e político da sociedade cubana.²⁵⁴

Além dessas características referidas acima, a guerrilha também acabava subordinando o fator político ao fator militar e, propunha que o foco guerrilheiro se responsabilizaria pelo início da luta, surgindo a partir dele o embrião do partido revolucionário.²⁵⁵ Essas idéias, particularmente após o Golpe contra-revolucionário de 1964, estiveram no cerne das discussões políticas e ideológicas da esquerda revolucionária brasileira e latino-americana.

Pode-se destacar, também, que o prestígio mundial do guevarismo e do maoísmo nos anos de 1960 pautava-se na própria vitória da Revolução Cubana e na nova fase da Revolução Chinesa, marcada então pela revolução cultural proletária. Também havia outros exemplos, como o da Guerra do Vietnã e da independência da Argélia, que enfatizavam a importância do campo e dos camponeses como palco da luta revolucionária. Essa busca incessante de modelos a servirem de norte para novas estratégias políticas e ideológicas no programa das esquerdas revolucionárias acaba, denotando o surgimento de uma variedade de discussões,

começar, de fato, um processo revolucionário. Na teoria marxista-leninista, esse papel de grande forjador do processo de conscientização deveria necessariamente ser construído via Partido. O grande choque de idéias que vem atrelado à experiência da Revolução Cubana seria o de ela não ter sido dirigida, pelo menos no início, por um Partido Comunista, mas sim por um movimento guerrilheiro, 26 de julho, que acabava por subordinar o fator político ao fator militar, teses estas bastantes conflitantes no seio da esquerda brasileira na década de 1960. Já diferente da proposta da Revolução Chinesa, de Mao Tse Tung, que via no Partido o grande vanguardista da luta revolucionária. Talvez, aqui, possa-se compreender, pelo menos em parte, a filiação do PCdoB a partir de 1963-64 as Teses da Revolução Chinesa.

²⁵⁴ FERNANDES, 1979 op. cit., p. 73.

²⁵⁵ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998, p. 89, *apud* SALES, 2005, p. 27.

principalmente, sobre, os caminhos a serem seguidos na sociedade brasileira, em relação ao caráter da revolução a ser empregada na mesma.

Nesse sentido, ao mesmo tempo, que a Revolução Cubana, trás consigo, certa “crise”, na esquerda, não só brasileira, mas também latino-americana, possibilita, que a partir dessa crise, ressurgam inúmeras redefinições de estratégias para se compreender a realidade brasileira, no convulsionado cenário da década de 60 no Brasil.

Sobre essa nova busca de referenciais, não só teóricos, mas como também práticos. Emir Sader, em um de seus artigos, aborda especificamente como que ocorrera a recepção do processo revolucionário cubano no seio da esquerda brasileira e latino-americana, e ressalta:

Nenhum país do Continente passou incólume pelo surgimento da Revolução Cubana, e provavelmente a história das esquerdas de cada país tenha nele um marco decisivo em sua trajetória. Caracterizava o período de eclosão da Revolução Cubana como um período particularmente propício aos processos de recepção, devido à crise do capitalismo na América Latina (discussões sobre questão agrária, dependência externa, deterioração das políticas públicas, esgotamento do populismo e extensão dos regimes ditatoriais). Emir Sader considerava a existência de condições relativamente homogêneas em todo o continente.²⁵⁶

Neste texto, o autor elaborou uma gama de elementos para compreender qual o perfil da Revolução Cubana que aportou no Brasil, dentre esses ressalta que a mesma:

Representou a atualização da revolução para a esquerda brasileira" (167); "legitimação da heterodoxia política e ideológica" (168); "articulação entre anticapitalismo e antiimperialismo, ruptura com Estados Unidos" (168); "estratégia da guerra de guerrilha baseada no campo" (169); "incorporação da dimensão de "solidariedade internacional" (169); "ética da dedicação revolucionária, sacrifício da própria vida..." (171); "ênfase no papel da vanguarda" (171).²⁵⁷

Alguns outros aspectos deram forma à imagem da Revolução para a esquerda brasileira, entre eles a campanha de erradicação do analfabetismo, o sistema educacional cubano, retratado fartamente por livros sobre o assunto, a reforma agrária e a reforma urbana, temas caros à esquerda continental, afirmação da independência de Cuba diante dos Estados Unidos; os sucessos nos planos esportivo, artístico e cultural.²⁵⁸ Emir Sader, também discorre que havia duas concepções que versavam sobre a experiência da vitória da Revolução Cubana no Brasil e na América Latina. Uma “suave”, comandada pelo PCB, e pelos nacionalistas em

²⁵⁶ SADER, Emir. “Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira”, p. 160-161. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel. **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, volume I

²⁵⁷ Ibid, 1991, p. 167-171 passim

²⁵⁸ Ibid, p. 172.

geral, “ressaltando as rupturas com o imperialismo e com o latifúndio como plataforma nacional, democrática e popular”; e outra, dos grupos da esquerda revolucionária que colocavam ênfase no caráter socialista que atingiu rapidamente o processo revolucionário cubano e a estratégia armada como caminho de resolução da questão do poder na sociedade.

Sobre esta questão, pode-se ressaltar que o PCB no início da Revolução Cubana, atrelava essa aos moldes da III Internacional Comunista de 1919. No que se remete à luta revolucionária, o PCB entendia que a mesma tinha sido realizada por uma aliança entre a “classe operária”, as “massas camponesas”, a “burguesia nacional” e “outras camadas” que compreenderam que a nação cubana via-se “literalmente oprimida pelo imperialismo norte-americano.”²⁵⁹

Conforme estas características, Luiz Carlos Prestes, afirmava que:

Com a vitória da Revolução Cubana e as realizações do governo revolucionário de Fidel Castro, nossa luta pelo progresso que implica na conquista da independência econômica, na libertação do jugo imperialista e na reforma agrária que acabe com os restos feudais e a grande propriedade latifundiária, adquire maior consistência, sai, por assim dizer, do terreno da teoria para o da prática. Tudo aquilo que poderia até ontem parecer um sonho, que muitos sabichões afirmavam irrealizável ou apenas possível noutras terras materializou-se na pequena ilha do Caribe.²⁶⁰

Considerada então como materialização no Continente americano da estratégia revolucionária comunista, o processo revolucionário cubano será apontado num primeiro momento, como um exemplo não só para o Brasil, mas para a América Latina. Assim, em consonância com as palavras de Prestes, “a Revolução Cubana ensinava e revelava a própria força do PCB” e “a viabilidade dos objetivos revolucionários apontados pelos comunistas e demais correntes efetivamente progressistas, democráticas e antiimperialistas da América Latina”.²⁶¹

Outro membro da cúpula partidária do PCB, Marco Antonio Coelho, dava detalhes de como a Revolução Cubana contribuía para a luta dos brasileiros. Em primeiro lugar, estava o fato de Cuba ter transformado um esquema teórico geral (o da defesa de uma revolução “antiimperialista e antifeudal”) em “realidade viva”. De tal modo, que, se antes era necessário, a fim de convencer a população, apelar para longas explicações teóricas,

²⁵⁹ POMAR, Pedro. **Solidariedade á revolução cubana**. N. R. 6 A 12/11/1959. *Apud* SALES, 2005, p. 61.

²⁶⁰ Ver: **Em defesa de Cuba**. N. R. 20 a 26/01/1961. No mesmo caminho, ver: Mário Alves. **O que Giron nos ensina**. N. R. 28/04 a 04/05/1961. **Cuba: vanguarda e farol da América**. N. R. 14 a 20/07/1961 e Paulo Derengoski. **O sentido da II Declaração de Havana**. N. R. 1 A 7/06/1962. *Apud* SALES, 2005, p. 61.

²⁶¹ Luiz Carlos Prestes. **Em defesa de Cuba**. N. R. 20 A 20/01/196.1. *Apud* SALES, 2005, p. 61.

agora bastava indicar que “necessário a se fazer aqui é aquilo que se fez em Cuba”, e ressaltava o mesmo:

A reforma agrária com a divisão dos latifúndios; a luta sem quartel contra as empresas imperialistas; a solução do gravíssimo problema da habitação popular, através da reforma urbana e da construção de milhares de casas populares; a modificação radical do sistema de educação para liquidar o analfabetismo e dar escola aos trabalhadores, etc. Assim, o nosso trabalho para educar revolucionariamente o povo brasileiro foi facilitado de forma extraordinariamente, com o exemplo cubano emocionante e convincente.²⁶²

Através do acompanhamento de dirigentes e membros do PCB, sobre a realidade brasileira e também latino-americana, tem-se claro qual foi o papel da esquerda brasileira, em especial do PCB, pelo menos num primeiro instante de total apoio à Revolução Cubana. É o que nos mostra acima as referências feitas ao processo revolucionário cubano.

No decorrer do processo revolucionário cubano é que essa história irá se desenhar de forma diferente, pois se, num primeiro momento afirma-se e compreende-se a Revolução Cubana como exemplo das premissas pró-soviéticas da década de 1930, que naquele período afirmava que a revolução nos países de origem “colonial” ou da “periferia” do capitalismo deveriam necessariamente passar por etapas, democrático-burguesas, já num segundo momento, a mesma Revolução Cubana começa a questionar a própria teoria apregoada pelos partidos comunistas latino-americanos, em especial o PCB, para a realidade não só do Brasil, mas também para toda a América Latina.

Afinal, teria a América Latina uma burguesia autóctone interessada em romper com o Imperialismo como apregoava o PCB no Brasil e na América Latina? Ou será utopia deste, e essa não passaria de mais uma sócia de um capitalismo de caráter dependente e associado.²⁶³ Essa questão também pode ser considerada de bastante importância, pois teve grande repercussão nos embates incisivos no contexto da nova esquerda brasileira da década de 1960.

²⁶² Marco Antonio Coelho. **Nossos deveres frente à revolução cubana**. N. R. 30/12/1960 a 05/01/1961. *Apud* SALES, 2005, op. cit., p. 61.

²⁶³ Na realidade, sobre esta corrente de pensamento, a teoria da dependência erigida no Brasil na década de 1960, posicionava-se contra a linha do PCB, adotada em 1958, segundo a qual era necessária uma aliança com a burguesia nacional para completar as tarefas democráticas burguesas no Brasil. Nós achávamos que as lutas contra os elementos pré-capitalistas da sociedade brasileira, como a estrutura agrária, contra o imperialismo e pela implantação da democracia, não poderiam se realizar nos marcos de um capitalismo nacional democrático, tal como o Partido Comunista e o ISEB defendiam naquele momento. In: MORAES, Denis de. **A esquerda e o Golpe de 64. Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. 2 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. p. 68.

Quanto às relações entre a Revolução Cubana e a teoria da dependência²⁶⁴, conforme Emir Sader²⁶⁵, ainda que não se possa apontar nenhum vínculo causal entre ambas, seria certo dizer que ambas se fortaleceram mutuamente.

Como exemplo, enquanto Gunder Frank²⁶⁶ apontava para Cuba como uma via alternativa para fugir da histórica dependência da América Latina diante do imperialismo norte-americano, Fidel Castro em Cuba, ajudava a difundir as idéias do autor através de seus meios de comunicação. Na realidade, a teoria da dependência vê na materialização do processo revolucionário cubano uma saída para os impasses da dependência política e econômica que se constituiu ao longo da história dos países latino-americanos.

Conforme Marini:

A ação internacionalista de Guevara, a política revolucionária de Cuba, antecipam a resposta que darão os povos do Continente a seus opressores. Mais ainda, fazem com que apareça no horizonte o que parece ser a contribuição mais original da América Latina a luta do proletariado. Aqui onde o internacionalismo proletário alcançara uma nova etapa de desenvolvimento e assentará as bases de uma sociedade mundial de nações livres da exploração do homem pelo homem.²⁶⁷

No entanto, a primeira revolução socialista na América Latina, teve não só influência no campo político, como também uma grande transcendência cultural. Sua originalidade e o fato de ter triunfado apesar dos esquemas estabelecidos ajudaram a abrir espaço para novas idéias e para uma renovação do pensamento social latino-americano, que, graças a esta revolução, adaptou-se a realidade pelo menos em sua fase inicial aos países latino-americanos. Conseqüentemente, uma das principais problemáticas que o marxismo latino-americano teve de confrontar, após a Revolução Cubana, foi precisamente à definição do caráter da revolução no Continente – definição que era ao mesmo tempo análise das formações sociais latino-americanas e o ponto de partida para formulação de estratégias e táticas políticas.²⁶⁸ Ao se fazer uma periodização do marxismo latino-americano, coloca a

²⁶⁴ Ressalta-se aqui sobre a questão da dependência, no sentido da expressão empregada por Gunder Frank, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra: não se via alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro da estrutura política econômica do capitalismo, sistema que nos países “dependentes” só poderia se configurar em consonância com as burguesias locais, através das ditaduras.

²⁶⁵ SADER, Emir. **Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira**. Apud REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do marxismo no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991, p. 167-171.

²⁶⁶ Nascido em Berlim, educou-se nos EUA, onde, em 1957, recebeu o título de PhD em Economia. Lecionou Economia, História e outros cursos dentro da área das ciências sociais nos EUA, Canadá, Bélgica, Alemanha, México, Chile e Inglaterra. Foi professor de Estudos de Desenvolvimento na Universidade de East Anglia. Lecionou na Universidade de Brasília (UnB), a convite de Darcy Ribeiro, pouco antes do Golpe contra-revolucionário Civil-Militar desferido no Brasil em abril de 1964.

²⁶⁷ MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo Veintiuno, 1969, p.28 Apud SALES, 2005, op. cit., p. 31.

²⁶⁸ LÖWY, 1999, op. cit., p. 9.

revolução de 1959 em Cuba, como ponto de partida para um terceiro período revolucionário na América Latina, pautado pela ascensão de correntes radicais que em comum tinham a defesa da natureza socialista da revolução e a legitimidade da luta armada.²⁶⁹

Na conjuntura política efervescente da América Latina do início da década de 1960, o processo revolucionário cubano traz no seu bojo novas categorias de análise para as especificidades da América Latina, que podem ser compreendidos através destes exemplos:

A definição do caráter das formações sociais latino-americanas, que deixam de ser consideradas feudais para passaram a ser consideradas subdesenvolvidas – até então, na América Latina, falava-se de latifundiários feudais, e de regimes feudais, e após a Revolução Cubana, começa-se a enfatizar o caráter *dependente* e submisso das nossas “burguesias nacionais”²⁷⁰ ao imperialismo, - o esquema de interpretação das classes sociais e das forças revolucionárias, que via no povo a sua força motriz e considerava que a burguesia era incapaz de conduzir a revolução; o caráter da revolução latino-americana, *que deixa de ser considerado democrático-burguês para passar a ser considerado antiimperialista e socialista*; e, por último, as formas de luta, entre as quais a luta armada passa a desempenhar um papel muito importante.²⁷¹

Nessa gama de problemáticas que envolvem a questão de práxis a ser implementada na América Latina, existe toda uma série de questões fundamentais que irão nortear esta corrente de pensamento na América Latina, questões que vão desde alianças de classe, os métodos de luta, as etapas da revolução, tudo relacionado a um fato importante e central nesta análise, a natureza da revolução.

No Brasil, Segundo a Tese de Sales²⁷², a vitória de uma revolução nesse pequeno país da América Central causou grande debate e “cisão”²⁷³ no seio da esquerda brasileira. Para alguns autores, este evento pode ser visto como um divisor de águas na história das esquerdas brasileiras.

²⁶⁹ Ibid, p. 9.

²⁷⁰ CUEVA, Augustin. **El marxismo latinoamericano: história y problemas actuales**. In. **Revista Contrarios**, n 3, Madrid, novembro de 1989, p. 26-27. Grifo nosso, o original afirma sociedade, ao invés de nossa burguesia nacional.

²⁷¹ Trata-se da luta armada que se inicia *com luta irregular dos camponeses em seu cenário natural*, luta perante o qual os Exércitos regulares se mostram impotentes; e a luta que se inicia com núcleos reduzidos de combatentes que em seguida se vão nutrido incessantemente de novas forças, começando a desencadear-se o movimento de massas, *e a velha ordem se vai desfazendo pouco a pouco em mil pedaços, e é então o momento em que a classe operária e as massas urbanas decidem a batalha*. In: CASTRO, Fidel. **La Revolución Cubana 1959-1962**. México: Era, 1975. p. 438-439.

²⁷² **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Campinas, IFCH-UNICAMP, 2005. Tese Doutorado.

²⁷³ Na realidade, sobre está questão, a primeira cisão que ocorre no PCB em fevereiro de 1962, que dará origem ao PCdoB, foi mais em vista de mudança de estratégia programática do PCB, do que pela própria experiência da Revolução Cubana.

Marco Aurélio Garcia²⁷⁴, discorrendo sobre o conceito de revolução no Brasil, vê no reflexo da Revolução Cubana, na década de 60, o marco que delimitaria a passagem de um momento, marcado pelo impacto da Revolução Russa, em outubro de 1917, que se estendera até fins dos anos cinquenta, para uma segunda fase. Esta é identificada pelo surgimento de novas organizações de esquerda influenciadas, em parte, pelos valores e pela teoria da Revolução Cubana.

Nesta perspectiva, a experiência cubana de 1959 surge de forma paralela aos problemas e inquietações que permeavam as discussões a seu respeito não só no Brasil, mas por toda a gama de intelectuais oriundos dos partidos comunistas na América Latina. Esta acabou por colocar inúmeras questões de suma importância para a esquerda comunista brasileira e também latino-americana.

Ainda para Garcia, a experiência da Revolução em Cuba, recoloca na agenda do dia da esquerda latino-americana, três questões fundamentais que irão nortear o embate que se tornou efervescente no Brasil e na América Latina naquele momento.

São elas:

A primeira questão se remete à atualidade do socialismo nos países do continente latino-americano. Até meados dos anos 50, início dos anos 60, a idéia central que permeava o universo de compreensão da esquerda, no Brasil e na América Latina, entendia que, esta, a revolução deveria ser: antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática. E na qual a burguesia nacional desempenharia o papel central no processo revolucionário.

Já a segunda questão, a partir de 1957, passa a questionar o caráter institucional/democrático, portanto pacífico e socialista da revolução.

E, por último, e uma das mais questionadas das três questões, foi à quebra do monopólio no que se refere à direção do processo revolucionário no continente, em Cuba, esta quebra ocorre através do Movimento 26 de julho, encabeçado por Fidel Castro, não mais dirigido pelo partido comunista, entra em questão, o papel da vanguarda revolucionária e também da necessidade de um partido comunista²⁷⁵.

Outro autor²⁷⁶, o qual também analisa essa nova fase do marxismo latino-americano no século XX, visualiza a década de 1960 como início de uma nova etapa de sua História, marcado pela influência do castrismo “enquanto fusão ideológica de nacionalismo e de socialismo”, bem como pela influência do guevarismo, como inspiração política.

²⁷⁴ **Como surge a esquerda armada brasileira.** Em Tempo, São Paulo, n.81. 13 a 19/09/1979. *Apud* SALES 2005, op. cit., p. 25-26.

²⁷⁵ *Ibid*, p. 26.

²⁷⁶ PORTANTIERO, Juan, Carlos. **O marxismo latino-americano.** In: HOBBSAWN, Eric. J. **História do marxismo.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985, v. 6. p. 333-357, *apud* SALES, 2005, op. cit., p.51.

Assim, seguindo sua análise, a influência cubana pode ser compreendida através de duas perspectivas. Inicialmente, teria sido mais por simpatia que por fruto de uma decisão elaborada pelo novo centro de poder socialista. Em uma segunda fase, constitui-se com o apoio ativo de Cuba aos novos revolucionários do Continente. Isto definiria uma oposição inicialmente silenciosa, mas logo depois explícita, em face dos partidos comunistas que, por sua vez, a partir do desenvolvimento do processo revolucionário cubano e seus constantes ataques aos mesmos, encararam com desconfiança o surgimento do castrismo como referencial de práxis para América Latina, no que diz respeito às alternativas para desencadear o processo revolucionário, em busca do socialismo.²⁷⁷

Ainda no que diz respeito ao significado mais amplo da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira e latino-americana, a sua importância pode ser medida por dois fatos que hoje costumam ser ignorados. Primeiro que, desde a expedição de Granma, em 1956, foi incessante a luta armada revolucionária na América Latina e, segundo, que, em todos os países do Continente, a esquerda foi influenciada por Cuba. A esquerda como um todo,

Partidos comunistas, intelectuais, dirigentes sindicais e ex-caudilhos populistas – converteu-se à linha cubana ou dividiu-se entre pró-cubanos e o resto; ortodoxos, comunistas pró-soviéticos, defensores dos governos locais e partidários da noção de uma aliança com a “burguesia nacional”.²⁷⁸

Conseqüentemente, a experiência cubana potencializou um novo impulso na luta de classes na América Latina. Sua influência não só transcendeu aos ditames dos partidos comunistas de orientação soviética no Continente americano, como também serviu de práxis para inúmeras organizações revolucionárias por quase todo Continente. Nessa perspectiva, a Revolução Cubana acabou se constituindo, como um “novo paradigma” revolucionário na América Latina para muitas organizações que atuaram na linha de frente contra as Ditaduras Civil-Militares, iniciada no Brasil, em 1964 e, que “quase” simultaneamente, acabaram se alastrando pelo Cone Sul a partir da década de 1960. A mesma serviu também, atrelada aos fatores internos do País, como uma forma de redimensionamento das estratégias políticas e ideológicas das organizações políticas de esquerda clandestinas, no Brasil, em sua práxis, para o enfrentamento da Ditadura.

²⁷⁷ PORTANTIERO, 1985, p 333-357, *apud* SALES 2005, op. cit., p.51.

²⁷⁸ CASTAÑEDA, Jorge. **A utopia desarmada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, *apud* SALES, 2005, op. cit., p. 51.

Em relação à discussão que se abatera nos partidos comunistas latino-americanos, em especial o Brasileiro (PCB), aos novos paradigmas incrustados na práxis do caráter da Revolução Cubana irradiados para América Latina, pode-se chegar à seguinte conclusão:

A etapa democrática da Revolução Cubana não é a etapa democrático-burguesa, que se tem pretendido erigir em necessidade histórica da revolução latino-americana e que se definiria pelas suas tarefas antiimperialistas e antioligárquicas. Ela é, sobretudo, a expressão de uma determinada correlação de forças, na qual subsiste ainda o poder burguês, a classe operária não deslinda ainda totalmente o seu próprio poder para afrontar definitivamente o poder burguês e a constituição da aliança revolucionária de classes segue o seu curso, mediante a incorporação nela das camadas atrasadas do povo.²⁷⁹

São, portanto, as condições de desenvolvimento da aliança revolucionária de classes e o processo de formação do novo poder que definem as etapas da revolução proletária. É assim que se compreende porque é que a etapa democrática da Revolução Cubana se estendeu para além do momento em que a vanguarda revolucionária logrou instalar-se no aparelho do Estado.

Por fim, sobre o caráter da experiência cubana ocorrida em 1959:

A Revolução Cubana foi uma revolução popular, em virtude da aliança de classes que a impulsionou, constituída pela pequena burguesia urbana, o campesinato, a classe operária e as camadas pobres da cidade, cuja etapa democrática se prolongou para além da chegada da vanguarda revolucionária ao poder do Estado; a razão desta peculiaridade reside no fato de a vanguarda ter tido acesso ao poder estatal (cuja bases materiais tinham sido suprimidas) antes de se completar a organização do poder operário e camponês e a incorporação das vastas massas no processo.²⁸⁰

Em Cuba, a passagem da revolução popular à revolução operária e camponesa correspondeu à destruição do aparelho estatal burguês, do qual a ditadura de Batista não fora senão uma expressão, e às transformações operadas num sentido socialista ao nível da estrutura econômica; ambos os processos se realizaram com base no poder armado dos operários e camponeses, manifestado no Exército e nas milícias populares. É essa particularidade que explica o fato de que a Revolução afeta também o plano da ideologia e se proclama socialista.

Todavia, ao mesmo tempo em que a Revolução Cubana se afirma na América Latina, como um “farol iluminador” para as novas organizações clandestinas revolucionárias que se insurgem, o PCB se vê na obrigação de defender seu programa referencial político dentro da

²⁷⁹ MARINI, Ruy Mauro. **Prólogo à Revolução Cubana: uma reinterpretação**. Fuente: BAMBIRRA, Vania. **A Revolução Cubana: uma reinterpretação**. Coimbra Ed. Centelha, 1975.

²⁸⁰ Ibid, 1975.

conjuntura conflitante estabelecida na América Latina, no Brasil. Principalmente após o Golpe Civil-Militar instaurado em abril de 1964.

Mas foi entre os anos de 1966-1967 que o PCB passara novamente por uma nova cisão, da qual três novas organizações revolucionárias clandestinas brasileiras²⁸¹ irão surgir, para criticar e se opor ao programa político vislumbrado para o Brasil em seu VI Congresso realizado em dezembro de 1967, no qual ainda se fazem a defesa das propostas políticas do Partido e se passa a repreender abertamente a influência que o foquismo causou em sua militância a partir de meados da década de 1960, e da estratégia da esquerda revolucionária pelo caminho das armas contra a ditadura, que pós 1968 parecia radicalizar mais a violência reacionária contra a esquerda, os estudantes, os sindicatos, no campo, etc.

2.2.2 A institucionalização da via armada para a América Latina (A Conferência da OLAS) 31-07-1967/15-08-1967 Havana, Cuba: em busca do socialismo

En vez de ser fuerzas democráticas, como erroneamente se afirmo em Brasil durante largos años, esas fuerzas militares constituyen hoy el corazón de la reacción en el país, son la garantía armada del actual régimen dictatorial y representan una amenaza para el movimiento de liberación de los demás países de América Latina. La Habana, 8 de agosto de 1967.²⁸²

Como consequência das várias discussões e embates ideológicos na América Latina no que diz respeito à direção do processo revolucionário a ser seguido, surge, em vista das conjunturas internas de inúmeros países na América Latina, uma série de organizações

²⁸¹“Também parece pertinente ressaltar que A ALN e o MR8 foram as duas organizações responsáveis por uma das atividades que pode ser considerada bastante importante, que foi o seqüestro do Embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick no dia 04 de setembro de 1969. As exigências desse seqüestro foram a leitura em canal aberto e publicação, nos principais jornais do País, do *Manifesto Revolucionário*, e a troca de 15 presos políticos encarcerados no Brasil, sob o regime ditatorial. Sobre o seqüestro, pode ser usado como referência de recurso áudio-visual o filme de Silvio Da-Rin, *Hércules 56*”. Dentre elas: ALN, tendo como um dos principais dirigentes teóricos e políticos Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. PCBR, com seu fundador, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Mário Alves, e a Dissidência Estudantil da Guanabara, (DI's-GB), futuro Movimento Revolucionário 8 de Outubro, (MR8). Em relação ao período que vai de fins do ano de 1966-67, as discussões que resultaram na criação dessas três organizações clandestinas brasileiras referidas podem ser analisadas no que diz respeito à avaliação do Golpe Civil-Militar no Brasil pós 1964, e na nova linha política a ser traçada. Mais uma questão que pode ser levada em consideração é que ambas as organizações resolvem trilhar o caminho contra a ditadura pelas armas, mas, em relação a seus programas políticos ideológicos, havia divergências sobre o caráter da revolução, a necessidade da passagem pela etapa democrático-burguesa, ou ir direto para o socialismo como era o caso do MR8. No caso do PCBR, esse denotava mais importância para o partido na organização da frente de luta e resistência contra a ditadura no Brasil, ao contrário da ALN, de Mariguella, que via nas incursões urbanas armadas, ou seja, na luta direta contra a ditadura, a ação revolucionária como estratégia de luta. In: RIDENTI, 1993, op. cit., p. 32-33. Grifo nosso

²⁸² MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Marighella, la guerrilla en Brasil**. Chile: Santiago, Ed. Prensa Latinoamericana, 1971, p. 94.

revolucionárias a partir de meados da década de 60, sob nítida influência da Revolução Cubana. Esta acaba se configurando como um novo paradigma revolucionário a ser utilizado como referencial teórico e prático sobre o Continente americano. Durante a década de 1960-1970, pulverizaram-se inúmeras organizações guerrilheiras em vários países da região latino-americana.

Nessa conjuntura, no Brasil, a partir de 1964, interrompidos os canais institucionais de luta democrática e, mais especialmente, com a radicalização dessa intervenção na cena política brasileira, em dezembro de 1968, a via armada²⁸³ passou a ser – como afirma Carlos Vilas²⁸⁴ – o documento de identidade e referência nas propostas de grande parte da esquerda revolucionária no Brasil. Também na América Latina. Eram pouquíssimos²⁸⁵ os que tentavam esgotar primeiro todos os outros caminhos pra mostrar aos seus povos que não eram os revolucionários que optavam pela violência, como sensatamente fez Fidel Castro em Cuba, que, pouco antes do lançamento do Granma, voltou a apresentar a Batista a possibilidade de evitar a guerra se fossem feitas eleições efetivamente livres, para deixar bem claro que a violência não era uma opção deles, mas era imposta pelo inimigo.

Frutos de uma mesma conjuntura, do mesmo processo histórico, defensoras de pressupostos teóricos comuns a respeito da necessidade da revolução pela via armada no Brasil, as inúmeras organizações guerrilheiras – a despeito das divergências entre elas – também tiveram uma prática basicamente semelhante. Quase todas eram tipicamente urbanas, chegaram a esboçar o início da guerrilha rural e acabaram enredadas na prática de ações armadas, como assaltos e seqüestros, que atraíram sobre elas o peso da repressão nas cidades, “mais especificamente no caso brasileiro”.²⁸⁶

Aliás, o projeto de guerra de guerrilhas era anterior ao golpe de 1964; vinha desde o princípio daquela década, estimulado pelo exemplo da revolução em Cuba. Para não falar nas propostas de revolução armada que vinham de muito antes, na tradição bolchevique, como o

²⁸³ Em relação a essa questão, desde o lançamento do documento, a IIª Declaração de Havana em 1962, em contraposição à Aliança para o Progresso, programa travestido de “ajuda mútua” para a América Latina, passando pela carta lida no encontro da Tricontinental, 1966 de Ernesto Guevara, até o I Congresso e único Latino-americano de Solidariedade, OLAS, em 1967, a via armada se constituiu como pano de fundo para as aspirações não só da Revolução Cubana, mas como para grande parte da esquerda revolucionária que surge a partir daí na América Latina.

²⁸⁴ VILAS, Carlos. **La izquierda en América Latina: presente y futuro (notas para la discusión)**”. In: DILAS, Haroldo; MONEREO, M. & PAZ, J. Valdés (Orgs.). **Alternativas de izquierda al neoliberalismo**. Madrid: Ed. FIM-CEA, 1996.

²⁸⁵ Neste caso, em especial no Brasil, um dos sujeitos históricos que defenderam essa proposta de luta pacífica e democrática na realidade brasileira foi o PCB e a AP que, no início de sua existência, também era adepta da luta pacífica, mas discordava sobre o caráter da revolução, que deveria ser socialista, desprezava os moldes do burocratismo russo stalinista e da criação do socialismo em um só país.

²⁸⁶ RIDENTI, 1993, op. cit., p. 56. Grifo nosso

levante comunista da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935, como a linha do PCB no início da década de 1950. A guerrilha não eclodiu em 1964, mas sua premência já era defendida pela POLOP e por setores das ligadas às Ligas Camponesas, dando-se até alguns passos para a preparação de focos guerrilheiros.²⁸⁷

No Brasil, quem discorre de forma incisiva e sistemática acerca desta questão é Denise Rollembeg.²⁸⁸ Ela ressalta que o governo cubano apoiou movimentos guerrilheiros muito antes de o Golpe Civil-Militar ser desferido no Brasil em 1964. A autora chega à conclusão que foram três frentes de treinamento guerrilheiros organizados em Cuba, no período convulsionado da história brasileira a partir de 1964. Primeiro analisa a influência da Revolução Cubana em certos setores das Ligas Camponesas no Brasil. Sobre esta questão, a relação com Cuba fez o grupo das Ligas Camponesas sofrer uma verdadeira mutação política e ideológica, abandonando a bandeira da reforma agrária dentro dos marcos legais e aproximando-se de uma proposta de transformação política social revolucionária. As ligas camponesas foram responsáveis pela introdução de campos de treinamento guerrilheiro no interior do estado de Goiás, com clara inspiração na experiência revolucionária guerrilheira do Movimento Revolucionário 26 julho (MR-26).

Após o Golpe Civil-Militar, em abril de 1964, e com o exílio de grande parte dos representantes da vertente nacionalista radical brasileira no Uruguai, tendo como um de seus representantes máximos Leonel Brizola, o apoio condicionado pelos revolucionários cubanos se materializou através do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). O Movimento era composto em sua maioria de ex-militares expulsos das Forças Armadas. Brizola, após muita relutância, também acaba aderindo à teoria do foco guerrilheiro. Tenta implantar três focos em território brasileiro: um na Serra do Caparaó, na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, sob o comando do ex-sargento Amadeu Felipe, que, aliás, não tinha treinamento em Cuba; um no norte do Mato Grosso (fronteira com a Bolívia), liderada por Marco Antonio da Silva Lima, ex-fuzileiro naval, liderança da Associação dos Marinheiros; e outro foco na região norte de Goiás, que acabou se concentrando em Imperatriz, oeste de Maranhão, sob o comando de José Duarte, ex-marinheiro, treinado em Cuba.²⁸⁹

Já num último momento, após a Conferência da OLAS, realizada em meados de 1967, Carlos Marighella, um dos seus representantes máximos, expulso pelo PCB em dezembro de 1967, retornará ao Brasil e fundará a ALN, em 1968. Nesse caminho, dado o seu retorno à

²⁸⁷ RIDENTI, 1993, op. cit., p.63.

²⁸⁸ **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: treinamento guerrilheiro.** Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

²⁸⁹ Ibid, p. 29.

realidade brasileira, o próximo passo seria de adaptar às condições das especificidades brasileiras as idéias oriundas de Cuba.

Sobre esta questão, Carlos Mariguella, que havia viajado sem a autorização do Partido (PCB) e participado do encontro da OLAS, encontrando-se em Cuba, publica o texto intitulado, *Algunas cuestiones sobre guerrillas en Brasil*, no Jornal do Brasil em setembro de 1968, mas tendo sido escrito em Havana, em outubro de 1967, ainda sob o impacto do assassinato de Che Guevara na Bolívia. Esse texto é de suma importância, na medida em que pode ser ressaltado como a primeira elaboração sistemática organizada por Mariguella de uma teoria geral de como se poderia desencadear a guerrilha no Brasil. Ele procurava reforçar a experiência do processo revolucionário cubano e da teoria do foco, adaptando-a não só para a realidade brasileira, mas de toda a América Latina.

Em primeiro lugar, Mariguella destacaria que a guerrilha havia assumido, nos anos de 1960, uma nova dimensão:

Al serle atribuído el papel estratégico decisivo en la liberación de los pueblos. Iso, hasta entonces la experiencias de las revoluciones de carácter marxista-leninista asentaron sus bases en la transformación de la guerra interimperialista mundial en la guerra civil por la toma del poder apoyadas en lo triunfo de la revolución de outubro en la Russia. La revolución cubana, como parte integrante de la revolución socialista mundial, ha traído al marxismo-leninismo um nuevo concepto: el de la posibilidad de conquistar el poder a través de la guerra de guerrillas, y expulsar al imperialismo cuando no hay guerra mundial y no se puede, por tanto, transformarla em guerra civil.²⁹⁰

Portanto, “la contribución teórica y práctica de la revolución cubana al marxismo-leninismo elevo la guerrilla a un plano enteramente nuevo, colocándola en el orden del día en todas partes y en especial en América Latina”.²⁹¹

Também ocorreram exemplos de inúmeras organizações revolucionárias surgidas na América Latina a partir da experiência revolucionária cubana, pautados na guerra de guerrilhas:

A FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional) e do MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) na Venezuela; das FAR (Forças Armadas Revolucionárias) e o MR-13 (Movimento Revolucionário 13 de Novembro) na Guatemala; do MIR e do ELN (Exército de Libertação Nacional) no Peru; da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) na Nicarágua; do Movimento 14 de junho na República Dominicana e o ELN do próprio Che Guevara, na Bolívia.²⁹²

²⁹⁰ MARIGHELLA, 1971, op. cit., p. 100.

²⁹¹ Ibid, p.100.

²⁹² Além desses grupos citados por LÖWY, 1999, p. 47, *apud* SALES, 2005, op. cit., p. 51, lembra que existem outros grupos a serem citados, como o Exército do Povo, (ERP) de origem trotskista na Argentina, e setores das Ligas Camponesas no Brasil. “Essa, surgiu no Nordeste em 1955, em nítida contradição à histórica estrutura

Os escritos de Che Guevara, de Fidel Castro e de, mais tarde, Régis Debray constituíram a base do modelo cubano, que alguns denominaram de “foquismo”. Note-se, contudo, que poucos grupos armados de esquerda no Brasil assumiram plenamente o modelo cubano – a maioria rejeitou a pecha de foquista. Até mesmo a ALN, organização mais próxima de Cuba a partir de 1968, substituiu a proposta do foco guerrilheiro pela das “colunas guerrilheiras móveis”.

Em relação à teoria castro-guevarista, que tanto influenciou a esquerda em armas no Brasil e na América Latina, não há distinção. O castrismo ou guevarismo parte de uma análise mundial do conjunto e responde com uma estratégia internacionalista revolucionária: Hay que tener en cuenta que el imperialismo es un sistema mundial, última etapa del capitalismo y que hay que batirlo en una gran confrontación mundial. La finalidad estratégica de esa lucha deve ser la destrucción del imperialismo.²⁹³

Já num segundo momento, materializado o processo revolucionário cubano, esse começa a fomentar grupos guerrilheiros em outros países da América Latina. Pensava-se em atingir através de seu reflexo outros continentes com as mesmas características históricas, assim como a África e a Ásia. Na realidade, esse ímpeto revolucionário internacionalista que o povo cubano soube absorver também pode ser reportado ao período de luta contra o colonialismo espanhol, por parte de um dos considerados apóstolos da Revolução Cubana, José Martí. Esse compreendeu melhor do que ninguém as verdadeiras intenções do “jovem” imperialismo norte-americano que começava a pairar sobre a América Latina, e ressaltava que a luta de Cuba poderia ser considerada a luta do Continente americano no século XX.

Assim:

Desde os primeiros dias do triunfo revolucionário, no clima entusiasmado de Havana, se formavam grupos de cubanos, juntos com gente de outras nacionalidades, dispostos a lutar contra as ditaduras no continente, como na República Dominicana, Nicarágua, Haiti. Não eram iniciativas oficiais, nem incentivadas pelo novo governo, mas o povo cubano sentia a luta dos outros povos como continuidade natural e parte integrante de sua luta. (...) Portanto, a solidariedade internacionalista foi, desde o início, um compromisso essencial da consciência política e ideológica do povo cubano no processo revolucionário.²⁹⁴

fundiária do país de tradição colonial, escravista, com legado baseado no latifúndio, na exploração, na miséria, na desigualdade. Mas é a partir da década de 1960, que essa começa a radicalizar sua proposta de reforma agrária para o Brasil. No cenário internacional e, em particular, da América Latina, o surgimento e o crescimento deste movimento coincidiram com a Revolução Cubana ocorrida em 1959”. Grifo nosso.

²⁹³ Che Guevara. Mensaje a la Tricontinental. *Apud Escola Nacional Florestan Fernandez ENFF Movimento Sin Terra – MST (Brasil). Curso Teoría política latinoamericana*. Propuesta de Néstor Kohan (Cátedra Che Guevara – Coletivo Amauta, WWW.amauta.lahaine.org). p. 132-133.

²⁹⁴ SADER, 2001, op. cit., p. 82.

Desse modo, a questão do apoio à guerrilha em outros países passou a ocupar cada vez mais destaque entre os líderes da Revolução Cubana. “Desde a crise dos mísseis e a definição do governo cubano como socialista, em 1961, a questão da exportação da revolução para os países latino-americanos se colocou na ordem do dia, como condição de sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba”.²⁹⁵ A partir desse acontecimento, o exemplo revolucionário cubano passou a difundir sua experiência na práxis, de tal maneira que acabou se constituindo como um dos maiores mitos impactantes na história da esquerda latino-americana em 1960: o “mito” do foco guerrilheiro.

O fato é que essa versão serviu como uma luva para movimentos revolucionários dos chamados países de “Terceiro Mundo”, em especial para os da América Latina, que não contavam com a participação social na luta revolucionária ou o faziam com limites e contradições. Nada como um exemplo, um modelo a ser seguido, equacionadas as dificuldades, apontando soluções, propondo caminhos, encorajando a luta.²⁹⁶

Sobre o impacto da Revolução Cubana no Continente, Che Guevara ressalta que:

A Revolução não se limita à nação cubana, ela já alcançou a consciência da América e alertou gravemente os inimigos dos nossos povos. Por isso, advertimos claramente que qualquer tentativa de agressão será repelida com as armas na mão. O exemplo de Cuba aumentou mais ainda a efervescência em toda a América Latina e em todos os países oprimidos. A revolução colocou em cheque os tiranos latino-americanos, porque são inimigos dos regimes populares, assim como as empresas monopolistas estrangeiras. Somos um país pequeno e precisamos do apoio de todos os povos democráticos, mais particularmente da América Latina.²⁹⁷

Conseqüentemente, mesmo sendo contrariadas as perspectivas da Revolução Cubana pelos partidos comunistas latino-americanos, aqui no caso o PCB, que ainda acreditava nas instituições democráticas, Cuba atuava de forma incisiva. Tentava potencializar a luta guerrilheira ou a luta armada pela América Latina, no Brasil e também através de treinamentos guerrilheiros realizados em Cuba, durante bem dizer quase toda a década de 1960-70. No Brasil, esses treinamentos foram realizados a partir do início da década de 1960.

Em relação a esse embate e contraposição da esquerda brasileira, o PCB, contra a tentativa generalizante do processo revolucionário cubano para América Latina, Luiz Carlos Prestes, em 1963, antes da contra-revolução de abril de 1964 no Brasil, afirmava que:

²⁹⁵ ROLLEMBERG, 2001, op. cit., p. 14.

²⁹⁶ Ibid, p.15.

²⁹⁷ GUEVARA, Che. In: SADER, Eder. (Org.) **Che Guevara: Política**. São Paulo. Ática 1981, p. 80.

Há pessoas que equivocadamente acreditam que o melhor apoio a Cuba seria dar começo a luta armada no Brasil para depor o Governo. Nas atuais condições do Brasil isso seria completamente falso. Isolaria os comunistas das massas e facilitaria o trabalho daqueles que pressionam o Governo no sentido de romper relações com o Governo Cubano. A política dos comunistas tampouco é compreendida por algumas pessoas que chegam a supor que somos contrários à II Declaração de Havana (...). Os comunistas do Brasil pensam que interessa às massas fazer todos os esforços para utilizar as possibilidades existentes do caminho pacífico para a revolução no Brasil.²⁹⁸

Ocorridos os embates internos políticos e ideológicos no Brasil a partir de meados da década de 1950 e, concomitantemente, a crise do MCI, o PCB, em meados do ano de 1967, após seu VI Congresso, em dezembro, rachou em diversas organizações. Estas, por sua vez, também sofreram rachas, principalmente quando se questionava a natureza da revolução. As correntes se dividiam entre os que consideravam a conjuntura nacional imprópria para ações armadas e tentavam aproximação com as massas e os que entravam cada vez mais no militarismo.

Nesta conjuntura, houve inúmeras organizações semelhantes em relação à pregação da luta armada no Brasil, porém, discordava-se em relação ao caráter da revolução a ser empregado no Brasil e na América Latina. Entre as organizações guerrilheiras que entraram na dinâmica das ações armadas urbanas no Brasil, também havia divergências sobre o tipo de luta a ser travada. No tocante à constituição da guerrilha rural, dois eram os pólos teóricos que atraíam os grupos de esquerda: o guevarismo e o maoísmo, com várias posições híbridas entre eles.²⁹⁹

Em relação a esse assunto, RIDENTI (1993, op. cit., p. 32.33.) elabora uma análise sistemática sobre as divergências de diretrizes políticas ideológicas acerca das esquerdas revolucionárias que pegaram em armas no Brasil. Ressaltava que, apesar de muitas organizações clandestinas recorrerem à luta revolucionária, seus projetos políticos continham diferenças. Como exemplo, pode-se citar o projeto da ALN, encabeçado por Marighella, que procurava congregar o maior número possível de forças sociais no processo revolucionário de libertação nacional, porém sob o impulso de grupos guerrilheiros identificados com operários e camponeses.

O caráter da revolução brasileira não seria necessariamente socialista, podendo agregar as classes pequeno-burguesas e de pequenos empresários nacionais, haveria ainda que cumprir a tarefa democrática, mas sem a primazia da burguesia nacional. Ao propor um

²⁹⁸ Entrevista ao jornal cubano Hoy, em março de 1963. **Caminho da revolução pode ser pacífico. Entrevista de Luis Carlos Prestes em Havana.** N. R. 1 a 9/05/1963. *Apud* SALES, 2005, op. cit., p. 69.

²⁹⁹ RIDENTI, 1993, op. cit., p. 44.

governo nacional popular revolucionário, a análise da ALN, aproximava-se de outra grande dissidência do PCB, o PCBR. Este, na sua “linha política” de abril de 1968, declarava que “o objetivo fundamental da revolução brasileira seria destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário e seguir um caminho visando o socialismo. Para esta segunda organização, a contradição essencial estava dada na luta entre o proletariado e a burguesia, já para ALN, a contradição estava centrada na luta entre a nação e o imperialismo.

O primeiro partido maoísta³⁰⁰ da América Latina foi o PCdoB, dissidência³⁰¹ do PCB, fundado em 1962, tendo como dirigentes João Amazonas, Diógenes Arruda e Pedro Pomar. A orientação do PCdoB seguia o exemplo chinês e pregava a guerra popular, feita por meio do cerco da cidade pelo campo. Esse promoveu uma ação guerrilheira, conhecida como a Guerrilha do Araguaia³⁰², de 1971 a 1973, que resistiu a duas ofensivas do Exército brasileiro e foi derrotada apenas na terceira ofensiva, quando foi usado o maior aparato militar do país desde a Segunda Guerra Mundial.

A ALA Vermelha do PCdoB, cisão ocorrida dentro do Partido entre os anos de 1966-67, mantinha a posição de sua matriz sobre o caráter da revolução, que deveria ser antifeudal e antiimperialista da revolução brasileira, posição que era quase idêntica a do PCB. As classes envolvidas na conquista da revolução contra o “neocolonialismo” seriam a burguesia nacional, o campesinato, a pequena burguesia, o “semiproletariado” e o proletariado, com hegemonia deste último sob a direção do partido de vanguarda, como se lê no documento da ALA, de dezembro de 1967.³⁰³

O caráter imediato socialista da revolução era proposto por organizações como a

³⁰⁰ Para Emir Sader, no caso do PCdoB, a defesa da via chinesa viria junto com as críticas ao regime cubano, visto então como um esforço para aos revisionistas soviéticos. O PC do B, segundo, Jean Rodrigues Salles, em **O PCdoB e o movimento comunista internacional nos anos 60. História: questões e debates**, Curitiba, n. 35. p. 275-303, 2001, ressalta que o PC do B só assumiria um relacionamento privilegiado com o Partido Comunista Chinês a partir de 1963. Antes disso, tentou aproximações com a União Soviética e sofreu influências inclusive da Revolução Cubana, *apud* SALLES, 2005, op. cit., p. 81.

³⁰¹ Sobre essa questão, da dissidência, já fora especificado no texto o porquê do ocorrido.

³⁰² Quando os grupos revolucionários urbanos já estavam praticamente quase todos dizimados, a ditadura teve de enfrentar aquela que considerou a principal ameaça: o PCdoB conseguiu lançar a guerrilha na região do Araguaia, no sul do Para entre 1971-1974. Também a guerrilha pode ser considerada como um paradoxo, apesar de supostamente se inspirar na guerra popular prolongada maoísta, a luta no Araguaia foi a experiência brasileira mais próxima da proposta cubana de foco guerrilheiro. Afinal, os grupos inspirados pelas idéias castro-guevaristas não conseguiram ultrapassar o círculo vicioso da guerrilha urbana, que pouco tinha a ver com a revolução de Cuba. Ao passo que a Guerrilha do Araguaia desencadeou-se no campo, com a luta iniciada por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando, sem trabalho político prévio. In: RIDENTI, 2005, op. cit., p. 44, *apud* **Revolução e democracia** (1964)... (Org.) Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho 2007. Coleção as esquerdas no Brasil.

³⁰³ RIDENTI, 1993, op. cit., p. 32.

Vanguarda Popular Revolucionaria, VAR-Palmares, Partido Operário Comunista (POC), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), Dissidência da Guanabara (DI-GB). Essas organizações eram também influenciadas pela Teoria da Dependência, propalada na América Latina pelas teses de Gunder Frank.

Assim, diante dessa pulverização de organizações revolucionárias clandestinas surgidas no Brasil e na América Latina, de 3 a 15 de janeiro de 1966, realizou-se em Havana, Cuba, a I Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL), conhecida como “Tricontinental”. “À Tricontinental compareceram representantes de 82 países, dos quais 27 eram latino-americanos.

A delegação do Brasil foi integrada por Aluísio Palhano e Excelso Ridean Barcelos, indicados por Brizola, Ivan Ribeiro e José Bastos, do PCB, Vinícius Caldeira Brandt, da Ação Popular, e Félix Ataíde da Silva, ex-assessor de Miguel Arraes, na época residindo em Cuba.³⁰⁴

O assunto em voga dominante neste encontro foi a pregação da luta armada, com Fidel Castro afirmando que “a luta revolucionária deve estender-se a todos os países sul-americanos”, pois é dever de todo revolucionário fazer a revolução. Mas levavam-se em conta ainda nesse primeiro momento as especificidades estruturais e históricas de outras regiões do Continente, tanto é que no encontro da Tricontinental, o Brasil estava sendo representado pelo PCB, que pregava a luta pacífica e democrática.

A “Conferência Tricontinental: Ásia, África e América Latina”, organizada em Havana em janeiro de 1966, tinha como ponta de lança abarcar objetivos comuns aos “Países do Terceiro Mundo” e coordenar as estratégias de luta contra o imperialismo em nível mundial. Em relação às estratégias de luta, na reunião, essa questão acabou por se tornar palco das divergências que tomavam conta do MCI, desde meados da década de 1950 em diante. As desarmonias iam desde a estratégia de luta pacífica até a armada. Também se preocupavam com a certa coesão do MCI, que já havia sido perdido na década passada, e com o caráter da revolução especialmente na América Latina.

Desse modo, na Conferência referida acima, podemos ter claro o porquê das divergências entre a esquerda revolucionária e os partidos comunistas latino-americanos, bem como o próprio posicionamento crítico de Cuba frente ao Movimento Comunista Internacional (MCI), que vai aparecer de forma irremediável no transcorrer da reunião e se

³⁰⁴ AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A Grande Mentira**. Rio de Janeiro: Publicado pela Biblioteca do Exército, 2001, p.194.

radicalizar posteriormente no encontro da OLAS, também ocorrida em Havana no ano seguinte, em meados de 1967.

Em 16 de janeiro, um dia depois do término da Tricontinental, reuniram-se as 27 delegações³⁰⁵ latino-americanas para a criação da OLAS³⁰⁶, proposta por Salvador Allende, futuro presidente no Chile em 1970, eleito democraticamente, e que, por “ironia” do destino, é derrubado em 11 de setembro de 1973, por mais um Golpe Civil-Militar implementado na América Latina, como garantia das usurpações da burguesia imperialista e também local, e com o consentimento dos setores reacionários da Igreja Católica e dos Estados Unidos.

Com o título ‘Que es la OLAS’, um folheto distribuído às delegações participantes definia a finalidade da organização: “Unir, coordenar e estimular a luta contra o imperialismo norte-americano, por parte de todos os povos explorados da América Latina”.

Em relação a esse folheto, distribuído às delegações que participaram desse encontro de solidariedade desenvolvido em Cuba no ano de 1967, veremos algumas de suas propostas, através das quais podemos compreender o porquê do embate com os partidos comunistas latino-americanos, em especial o PCB,

São eles:

Tópico (V) – que a luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina; Tópico (VI) – que todas as demais formas de luta devem servir e não atrasar o desenvolvimento da linha fundamental, que é a luta armada; (VIII) – que os países nos quais esta tarefa não tiver sido proposta de modo imediato devem considerá-la de todas as formas como uma perspectiva inevitável no desenvolvimento da luta revolucionária em seu país; (X) – que a guerrilha, como embrião dos exércitos de libertação, constitui o método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos países da América Latina; (XIV) – que a revolução cubana, como símbolo do triunfo revolucionário, constitui a vanguarda do movimento antiimperialista latino-americano. Os povos que realizar a luta armada, à medida que avançam por este caminho, situam-se também na vanguarda.³⁰⁷

A partir desse momento, ocorre a institucionalização da via armada para a América Latina. Entre essas duas conferências, a Tricontinental (1966) e a OLAS (1967), é que as diferenças entre o PCB e o projeto revolucionário cubano se agravaram a ponto de se tornarem públicas. As relações de Fidel Castro com a URSS e os partidos comunistas

³⁰⁵ Sobre a participação nessa Conferência, a OLAS, das 27 organizações que participaram do encontro em Havana em meados de 1967, BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 574, ressalta que só três dos participantes eram representados por partidos comunistas. São elas: o Uruguai, Costa Rica e El Salvador.

³⁰⁶ Ola, em espanhol, significa “onda”, seriam, pois, ondas, vagalhões de focos guerrilheiros espalhados por toda a América Latina, como disse o próprio Fidel Castro: “Faremos um Vietnã em cada país da América Latina”.

³⁰⁷ **Declaración general de la Primera Conferencia Latinoamericana de Soledad, 1967**, em **Primera Conferencia de la OLAS (Documentos)**, Havana Ed. El Orientador Revolucionario, Instituto del Livro, 1967, p. 68-78. In: LÖWY, 1999, op. cit., p. 303.

ortodoxos, principalmente os da América Latina, que vinham de encontro às orientações pró-Moscou deterioravam-se de tal forma que Che Guevara, após escutar a Rádio Havana no dia do encerramento da Conferência, em 10 de agosto, comentou em seu diário: “Largo discurso de Fidel en arremete contra los partidos tradicionales y, sobre todo; contra el venezolano parece que la bronca entre bastidores fue grande”.³⁰⁸

Em sentido contrário, no que pese às críticas referendadas por Fidel Castro aos PCs do Continente e também sobre sua proposta de ser um centro difusor na América Latina, desrespeitando as premissas dos partidos comunistas, em especial o PCB, segue em anexo abaixo um dos inúmeros documentos do PCB, afirmando sua posição diante do impasse cubano:

O PCB, pelo menos desde o mês de junho de 1967, se queixava de que a OLAS, em seus comunicados e declarações, se manifestava sistematicamente como se a luta armada fosse a única forma de luta revolucionária, o que estaria em desacordo com as recomendações da Tricontinental, que se referia a “todas as formas de luta, conforme as condições concretas de cada país. Além disso, o Comitê dirigente da organização estaria tentando ditar diretivas para o movimento revolucionário nos diversos países da América Latina, desrespeitando os respectivos partidos marxistas-leninistas nacionais, o que dificultaria a participação do PCB na reunião marcada para agosto.”³⁰⁹

Portanto, com a efervescência política causada pelo choque de idéias da OLAS, no Brasil e na América Latina, o PCB, juntamente com o Partido Comunista Argentino (PCA) e Venezuelano (PCV) se negaram também a participar da Congresso Latino-Americano de Solidariedade (OLAS) e, o PCB acabou justificando sua ausência, uma vez que os organizadores do evento acordaram, sem lhe consultar, a constituir no Brasil um Comitê Nacional da OLAS, do qual deveriam fazer parte o PCB e outras forças políticas, entre as quais, conhecidas como “renegados e fraccionistas”. Discordava-se da tentativa de tornar o órgão um centro para orientar o movimento revolucionário no país. Também se condenava os ataques desferidos pela OLAS aos Partido Comunistas Latino-americanos, em especial o da Venezuela.³¹⁰

Na realidade foram inúmeras questões que motivaram o PCB a se chocar publicamente

³⁰⁸ In: *Diario en Bolivia*, v. I, 1991, p.592, *apud* BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 575.

³⁰⁹ **A situação internacional e as tarefas do partido.** V. O. Junho de 1967, *apud* SALES, 2005, op. cit., p.72.

³¹⁰ **Nosso Partido e a Conferência da OLAS.** V. O. Setembro de 1967, *apud* SALES, 2005, op. cit., p. 72.

Sobre essa questão, Fidel Castro, em discurso, condena o comportamento dos partidos comunistas ortodoxos, sobretudo o venezuelano, que, discriminando o Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), queria dirigir a guerrilha a partir da cidade, enquanto negociava a paz com o governo, e censurou a atitude da URSS por manter relações diplomáticas e comerciais com as ditaduras civis-militares implantadas na América Latina. *Apud* BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 572.

com as premissas difundidas pela OLAS na América Latina e no Brasil, mas especificamente.

Pois, se:

De um lado, a preparação e a realização da OLAS em julho de 1967, representou um chamamento a todos os revolucionários do Continente para que seguissem o caminho das armas e abandonassem a política até então seguida pelos partidos comunistas de inspiração soviética. De outro, radicalizava o confronto interno no PCB frente à responsabilidade da derrota de 1964 no Brasil, e a elaboração de uma estratégia revolucionária pra enfrentar a ditadura.³¹¹

Com as divergências se afluindo cada vez mais dentro da estrutura organizativa interna do Partido Comunista Brasileiro, sobre as mudanças em sua linha política desde a declaração de março de 1958, e o papel da luta armada inspirado na Revolução Cubana, todas estas questões explodiram no decorrer de 1967 e estariam diretamente imbricados através de eventos importantes, como a expulsão de Carlos Marighella em agosto de 1967 e dos debates preparatórios para o VI Congresso, realizado em dezembro.³¹²

Diante do desgaste e da crise interna dentro do PCB³¹³, esse se viu obrigado a desenvolver a defesa de sua linha política no decorrer dos debates preparatórios para o seu VI Congresso, ocorrido em dezembro de 1967. Foram constantes na tribuna de debates as críticas aos militantes que estavam partindo de uma “ideologia pequeno-burguesa” ao não aceitar a revolução como um fenômeno histórico e de classe. Estes estariam tomando a revolução como um ato de “livre arbítrio”, que poderia ser realizada a qualquer momento e por qualquer classe social, independente das “condições objetivas”.³¹⁴

Assim, a revolução na América Latina estaria sendo entendida como obra de personalidades que, com seus exemplos espetaculares, impulsionaram as massas para a luta armada num ritmo crescente até se chegar à insurreição generalizada.

³¹¹ SALES, 2005, op. cit., p. 72.

³¹² Ibid, p.72.

³¹³ Também o PCdoB se viu obrigado a defender internamente seu referencial político programático em suas fileiras, uma vez que o exemplo da Revolução Cubana irradiou-se por quase todas as organizações clandestinas, partidos políticos, etc. Sua defesa viria com o Documento: O marxismo-leninismo triunfará na América Latina (carta aberta a Fidel Castro). Ainda sobre o documento, alegou que o regime cubano havia se aproximado do revisionismo soviético. A primeira demonstração teria sido a sua participação na Conferência do 19 partidos comunistas e operários, realizada em 1965. Depois, foi a vez da organização da Conferência Tricontinental em Cuba, que deixou de convidar os “partidos revolucionários” do continente, entre os quais o próprio PC do B. Por fim, vieram os ataques ao que Fidel Castro chamou de “grupinhos” revolucionários do continente e, principalmente, as críticas infundadas e injustas contra a China. Tudo isso, afirma o PCdoB, mostrava a passagem de Fidel do campo revolucionário para o do campo do revisionismo contemporâneo. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil**. Lisboa: Maia da Fonte, 1974, p. 85-100, *apud* SALES, 2005, op. cit., p. 94.

³¹⁴ Ibid, p. 74.

Nesta perspectiva, essas idéias se configurariam como negações do marxismo-leninismo, estariam segundo um dos participantes do debate, em curso no interior do Partido e viriam de setores:

Supostamente apoiadas na experiência da Revolução Cubana, que seus portadores pretendem que seja modelo único e obrigatório para o nosso país. Os camaradas portadores dessas concepções aceitam e divulgam a negação feita por ideólogo pequeno-burguês da validade atual das condições descobertas por Lênin como necessárias para o êxito de uma revolução, e pregam o “foco guerrilheiro” – ação de um grupo armada que se instala em uma serra ou floresta e se declara em revolução – como suficiente para desencadear no país um processo revolucionário de luta de massas, quaisquer que sejam as condições políticas-sociais existentes. Implicitamente esses camaradas aceitam igualmente as teses de tais ideólogos de que o proletariado está acomodado e perdeu sua condição revolucionária, e de que os partidos comunistas se constituem hoje num anacronismo histórico e de que a capacidade revolucionária passou hoje para as mãos da pequena burguesia (para o campesinato, segundo uns; para os estudantes, segundo outros).³¹⁵

A defesa mais completa da linha partidária, diante da pressão exercida em suas fileiras diante da inspiração da Revolução Cubana, ocorreu em três frentes antes de VI Congresso do Partido, veio com um longo artigo assinado por Simão Bonjardim (pseudônimo de Renato Guimarães).

Seriam elas:

Em primeiro lugar, procurava impor a guerrilha como fórmula obrigatória para o movimento revolucionário da América Latina, “calcado numa interpretação errônea do processo revolucionário em geral e numa interpretação errada do processo revolucionário cubano em particular”.

Em segundo, tentavam desacreditar a categoria marxista-leninista da crise revolucionária e fazer o enterro histórico da luta de classes e de massas como forças motrizes da revolução, substituindo-as por uma guerrilha conduzida por uma minoria heróica.

Finalmente, nessa concepção, o partido comunista era substituído por uma liderança de “caudilhos” saídos da “pequena burguesia”.³¹⁶

Por fim, o VI Congresso fecha um ciclo importante da história do PCB que havia se iniciado, simbolicamente, com a publicação da Declaração de Março de 1958.

A relação do PCB com os revolucionários cubanos passou pela defesa intransigente do exemplo cubano, visualizado para a conjuntura interna do Brasil, e também para a América Latina, indo de encontro aos preceitos da III I C, que previa, em consonância com as interpretações do PCB, a estratégia da revolução por etapas; num segundo instante, se manteria no patamar de críticas constantes as tentativas dos cubanos de “exportarem” seu

³¹⁵ Vinicius de Andrade. **Sobre luta armada**. V. O. Outubro de 1967, *apud* SALES, 2005, op. cit., p.74.

³¹⁶ Simão Bonjardim. **A revolução e a revolução de Regis Debray I** V. O. Setembro de 1967, *apud* SALES, 2005, op. cit., p.75.

modelo de experiência revolucionária na tentativa de influenciar a prática política dos comunistas não só no Brasil, mas por toda América Latina. Por último, passou pelo debate final travado durante o seu VI Congresso, que levou à saída de inúmeros militantes descontentes com a linha oficial do Partido, passando a se voltarem para a adoção da luta armada como estratégia política, de enfrentamento contra o Golpe Civil-Militar, que havia fechado os canais institucionais de luta democrática no país em abril de 1964.

Entretanto, apesar dos embates políticos ideológicos que se remetiam ao caráter da revolução a ser empregado para o desenvolvimento do processo revolucionário na América Latina, particularmente no Brasil, o PCB continuou a apoiar à revolução em Cuba. Mesmo lhe fazendo restrições, principalmente no que diz respeito a sua interferência e tentativa de influenciar o processo revolucionário no Brasil e em outros países da América Latina.

O Partido também se esforçaria em tentar fazer as organizações que optaram pelo caminho das armas verem o desastre político de sua opção pela luta armada, seja de inspiração maoísta ou foquista.³¹⁷ O PCB continuava a insistir na defesa de seu programa político de lenta acumulação de forças, no momento em que o restante da esquerda comunista se preparava ou já pegava em armas como estratégia de resistência contra a Ditadura Civil-Militar e para a consecução do socialismo.

Em 8 de outubro de 1967, quase dois meses após a OLAS, Che Guevara fora capturado e assassinado nas montanhas bolivianas. Neste momento, Che Guevara havia se constituído não só como um mito. Mas também como um exemplo a ser seguido pela esquerda revolucionária latino-americana, que utilizou as armas como referencial teórico e prático para combater, resistir e subverter as imposições dos governos contra-revolucionários Civil-Militares constituídos brutalmente na América Latina a partir de 1964, começando pelo Brasil e se espalhando praticamente por todo Cone Sul.

³¹⁷ Ibid, SALES, 2005, p.78.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro de janeiro de 2009 comemorou-se o quinquagésimo aniversário da única experiência revolucionária de caráter socialista adotada em nossa América nos primeiros anos de 1960. Essa causou profundas transformações e rupturas nas estruturas da sociedade latino-americana, em especial na conjuntura de Cuba e no seio da esquerda latino-americana. Antes de se tornar socialista, a Revolução Cubana foi um movimento de afirmação da soberania nacional. Talvez por essa questão tenha sido atrelada aos moldes da III (IC) pelo PCB, pois esse, antes de analisá-la profundamente, via nas características do processo revolucionário cubano um exemplo a ser seguido por países como o Brasil. Acreditavam que, em sua primeira fase da revolução, deveriam passar pela etapa nacional-burguesa, antiimperialista, antifeudal para, após, trilhar o caminho em busca do socialismo.

Respalhada nos movimentos de operários, de camponeses e de militares subalternos, bem como de setores significativos dos meios estudantis, artísticos e intelectuais, empolgavam-se com o exemplo de Cuba, com vistas de que no Brasil também se fizesse a revolução brasileira, fosse nacional-popular (burguesa) ou socialista, armada ou pacífica.

Nesse quadro, o exemplo de Cuba, foi muito bem recebido por todas as correntes ditas “progressistas” no início da década de 1960, da esquerda católica aos comunistas, dos trabalhistas aos socialistas³¹⁸. Entretanto, faz-se necessário diferenciar o sentido simbólico da Revolução Cubana – de enorme impacto no Brasil desde sua eclosão – do sentido mais preciso, que envolvia a adesão à luta armada, ao modelo de organização inspirado no exemplo dos guerrilheiros de Fidel Castro, que teve pouco impacto, ou, pelo menos, mais teórico, antes do Golpe Civil-Militar de 1964. Foi na seqüência dos acontecimentos históricos que se desenhou um quadro que favoreceu a opção de várias organizações revolucionárias, a trilhar o caminho das armas, medidas estas tomadas, em contraposição a toda conjuntura estabelecida no Brasil nos anos seguintes de 1964.

As organizações clandestinas revolucionárias dos diferentes países da América Latina cada vez mais rechaçavam a linha reformista, revisionista e pacifista predominante nos partidos comunistas seguidores das teses do XX Congresso do PCUS, ocorrido em (1956). Tal descontentamento, aliado aos êxitos da Revolução Cubana, influenciou muito a luta ideológica-política nos partidos revisionistas, que já vinham se fracionando e terminou dando

³¹⁸ RIDENTI, 2007, op. cit., p. 25.

origem às inúmeras organizações revolucionárias³¹⁹, que elegeram a luta armada para a libertação nacional e social. Contudo, as lutas armadas, que eclodiram nos anos 60, especialmente na realidade brasileira, não podem ser visualizadas como meros reflexos da Revolução Cubana, embora se tenham inspirado teoricamente num primeiro momento em seu exemplo.

É a partir dos fechamentos dos canais institucionais de atuação política e democrática no Brasil, após o Golpe contra-revolucionário Civil-Militar de abril de 1964, e nos anos subsequentes, que a tônica da luta armada, começou a fazer parte do cotidiano da realidade brasileira na metade da década de 1960.

Nessa conjuntura, no Brasil, surgiram inúmeras organizações revolucionárias influenciadas pelas idéias oriundas do processo revolucionário cubano, tais como ALN³²⁰, PCBR, MR-8, VPR, etc. Utilizaram como ponta de lança o referencial das armas, muitas vezes divergindo sobre seus métodos, como fator condicionante e essencial da luta revolucionária para a tomada do poder e chegar ao socialismo. Esta proposição surge em contraposição às premissas pacíficas do PCB, que visualizava para o Brasil, por excelência, a realização de um programa antiimperialista e anticapitalista, nacional e democrático.

Na realidade, o exemplo revolucionário cubano como estratégia de concepção de luta revolucionária, em nível continental, estava já presente na II Declaração de Havana, que incitava a luta revolucionária para a tomada do poder nos países da América Latina. Ressaltava que nas atuais condições históricas da América Latina, a burguesia nacional não podia encabeçar uma luta antifeudal e antiimperialista. De acordo com a II Declaração de Havana, a experiência já havia demonstrando que em nossas nações, essa classe, ainda quando seus interesses são contraditórios com as políticas imperialistas norte-americanas, tem sido incapaz de enfrentá-lo, paralisada pelo medo de uma revolução social e assustada pelo clamor das massas exploradas.

Um dos mais importantes revolucionários, Comandante da segunda Coluna do Movimento 26 julho, Che Guevara, sistematizou num manual de guerrilhas as principais idéias que foram utilizadas como ponta de lança na Revolução Cubana. Em substância, a

³¹⁹ Do primeiro embate ocorrido no PCB, como já fora analisado na dissertação, ocorreu antes da Revolução Cubana em 1959. Foi fruto das mudanças programáticas na estrutura partidária do PCB, no qual dará origem ao processo de reestruturação política e programática do PC doB, em fevereiro de 1962.

³²⁰ Essas divergiam e muito em suas propostas de modelos programáticos de estratégias de enfrentamento contra a ditadura militar. Por exemplo, a ALN, organização de Marighella, primava pela ação direta, através da luta armada. Já o PCBR, de Mário Alves, Gorender, Apolônio de Carvalho, não negavam a luta armada, mas apregoavam a necessidade de construção de um Partido Político e no trabalho de massas.

teoria fez três contribuições fundamentais para a mecânica dos movimentos revolucionários do Continente:

As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército. Nem sempre é preciso que se dêem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las. Na América subdesenvolvida, o campo deve ser fundamentalmente, o terreno pra a luta armada.³²¹

Tais são as contribuições para o desenvolvimento da luta revolucionária na América, e podem aplicar-se a qualquer dos países de nosso Continente nos quais se vá desenvolver uma guerra de guerrilhas³²². Porém, foi entre os anos de 1966-1967, na OSPAAL e o Congresso das OLAS que a intenção do governo cubano se radicaliza através de uma “nova espécie de internacional”, com característica continental. Menos homogênea e menos disciplinada do que as outras, seu objetivo seria coordenar politicamente a criação de “dos, três... muchos Vietnam” na América Latina, da mesma forma que a OSPAAL deveria fazê-lo por todo “Terceiro Mundo”.³²³

A significação histórica desse acontecimento tinha como principal intuito coordenar na América Latina uma frente de enfrentamento contra o imperialismo norte-americano. Pode-se considerar também que nesse Congresso, da OLAS, é que se institucionaliza a estratégia de luta revolucionária cubana pela América Latina. A Conferência reuniu-se sob o lema “o dever de todo revolucionário é fazer a revolução”. Esta, continha em si uma crítica aberta aos partidos comunistas do Continente e outras forças reformistas, pela incoerência entre seus programas supostamente anticapitalistas e seus métodos burocráticos, economicistas e parlamentaristas de ação, que na prática adiavam a revolução indefinidamente e legitimavam o sistema dominante burguês.³²⁴

O debate da esquerda brasileira, nessas circunstâncias, foi de certa forma, atropelado pela pressão do clima latino-americano. O apelo imediato à luta armada foi se tornando cada vez mais presente nas discussões internas dos Partidos de esquerda no Brasil, em especial no PCB³²⁵. Em consequência da atitude “voluntarista” do regime cubano de “exportar” seu modelo revolucionário pelos países da América Latina, no Brasil, as discussões que pareciam

³²¹ GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas**. 1980. p. 125.

³²² *Ibid*, p. 126.

³²³ BANDEIRA, 1998, op. cit., p. 575.

³²⁴ SADER, 2001, op. cit., p.85.

³²⁵ Nesta dissertação, a análise se centra entre a OLAS e o PCB, mas não impossibilitou que este enfrentamento ocorresse em outros partidos no Brasil. Também o PCdoB via enormes deformidades no processo revolucionário cubano, principalmente na relação da participação de um Partido Comunista aos moldes do marxismo-leninismo, filiação desse último, e negada pelo PCB no final da década de 1950.

até esse período, no plano teórico, ideológico, na estrutura interna partidária do PCB, agora se tornaram questões práticas, já que cada vez mais militantes, nos anos de 1966-1967, deixavam o Partido e passavam a criar novas organizações clandestinas revolucionárias para se contraporem ao Golpe Civil-Militar no Brasil.

Nesse sentido, para o Comitê Central do PCB, a origem dos militantes que acusavam a linha política de “direitista” ou de refletir “posições burguesas” residia numa falsa interpretação da correlação de forças no quadro mundial, pois consideravam os problemas de um ponto de vista exclusivamente militar. Não levavam em conta o caráter fundamentalmente político do conflito que envolvia o imperialismo, os países socialistas, o movimento operário internacional e o movimento democrático e de libertação nacional. Nessa situação, o mais importante era a luta pela paz. Daí não compreenderem o esforço da URSS e do MCI em limitar os focos de guerra e paralisar “o braço agressor imperialista”.³²⁶

Também nas fileiras partidárias deveria ser combatida a concepção de que a revolução seria o resultado da “ação heróica de alguns indivíduos”, ou de pequenos “grupos audaciosos”, expressa no lema “el deber del todo revolucionário és hacer la revolución”. Essa posição estaria sendo propugnada por todos aqueles que insistiam na criação de “focos guerrilheiros” no interior do país. Esses afirmavam que os focos de luta poderiam desencadear o processo revolucionário no país e levar as massas à revolução “independentemente” das condições objetivas e “subjetivas indispensáveis”, tudo isso justificado com a experiência revolucionária cubana.

Entretanto, esses grupos reduziam os acontecimentos históricos de Cuba à criação das guerrilhas na Sierra Maestra por Fidel Castro. Para a direção partidária do PCB, segundo a sua própria interpretação da Revolução Cubana, esses setores:

Silenciam a respeito da amplitude da frente única contra a tirania de Batista. Não levam em conta o acerto da orientação prática de concentrar-se o fogo contra a ditadura. Escamoteiam a evolução do quadro econômico e político em Cuba, sob a tirania, marchava para a situação revolucionária que levou à greve geral, cuja importância, segundo o próprio Fidel Castro, foi decisiva nos acontecimentos, e que teve a participação ativa e dirigente dos comunistas.³²⁷

Havia a crítica de que as teses não assumiam a luta armada como a “única e exclusiva forma de luta contra a ditadura” que poderia levar à vitória. A essa crítica, os dirigentes responderam que não se podia pensar a revolução nos limites “estreitos dos esquemas

³²⁶ Informe de balanço do CC ao VI Congresso. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **PCB: vinte anos de política – 1958-1979**. São Paulo: LECH, 1980, p.71-152, *apud* SALES, 2005, op. cit., p. 76.

³²⁷ *Ibi*, p. 94-95, *apud* SALES, 2005, op. cit., p.77.

deduzidos das experiências de outros povos”. Assim, o caminho da revolução brasileira estaria sendo elaborado através da prática do movimento democrático e revolucionário nas condições particulares do Brasil, e não seria jamais mera cópia mecânica da Revolução na Rússia, na China ou de Cuba.³²⁸

Para o PCB, o caminho para livrar o país das garras da Ditadura Civil-Militar, tendo como seu sustentáculo o imperialismo norte-americano era outro:

Contra o imperialismo norte-americano e seus agentes se unirão, sem dúvida, num processo que se seguirá seu curso normal e atenderá às particularidades de cada país e às tradições de cada povo, os combatentes das Américas. Isto representa uma garantia de que, cedo ou tarde, sejam quais forem os sacrifícios impostos aos povos, a revolução nacional-libertadora e o socialismo triunfarão.³²⁹

Enfim, sobre as propostas políticas e ideológicas que circundavam o contexto latino-americano durante toda a década de 1960, as divergentes teses conflitantes do papel das burguesias levam a concepções de inimigos a combater diferenciadas: para a OLAS não existem antagonismos entre as burguesias locais ou nacionais e o imperialismo norte-americano, por serem as primeiras portadoras de uma debilidade estrutural. Elas seriam tão “incapazes”, que sequer a contradição entre os interesses nacionais e imperialistas se desenvolveria. Avaliando que o capitalismo latino-americano teve o seu desenvolvimento entravado pelo surgimento dos Estados Unidos como potência imperialista e que as burguesias do Continente padeciam de uma fraqueza orgânica, para a OLAS, seria absurdo supor que, em tais condições, a chamada burguesia latino americana pudesse desenvolver uma ação política independente da oligarquia e do imperialismo, em defesa dos interesses e aspirações da nação.³³⁰

Já o PCB, que compreendia que no Brasil havia uma burguesia “interessada” em romper com as amarras do subdesenvolvimento, ressaltava que a etapa nacional-democrática da revolução era historicamente necessária para desenvolvimento do capitalismo pleno no país. Consolidada essa etapa, seria possível a criação das condições objetivas e subjetivas para o socialismo.

O debate sobre o papel desempenhado pelo processo revolucionário cubano permite compreender a difusão pela OLAS sobre a inexistência de um papel à burguesia e sobre a impossibilidade da realização de uma revolução apregoada nos moldes da III IC., referendada

³²⁸ Ibid, p. 100.

³²⁹ Ibid, Grifo nosso

³³⁰ A declaração da OLAS, In: LÖWY, 1999, op. cit., p. 306

em seu VI Congresso de 1928, de cunho democrático-burguês. Novamente a argumentação a respeito da incapacidade das burguesias latino-americanas se manifesta. Não tendo condições de realizar aquelas que seriam as necessidades para o fortalecimento do capitalismo autônomo e considerando a burguesia, em bloco, como aliada do imperialismo, a OLAS propõe, então, uma revolução socialista, sem passar pela etapa democrático-burguesa.

No final da história, nem a OLAS conseguiu materializar sua proposta internacionalista de tomada de poder através das armas para se chegar ao socialismo na América Latina. Muito menos ainda confirmaram-se as prerrogativas referendadas pelo PCB, tendo como principal proposta o desencadeamento de uma possível revolução democrático-burguesa no Brasil. Levada a cabo está, pela burguesia “progressista” do país em consonância com as classes trabalhadoras. O que ocorreu de fato foram os violentos Golpes Civil-Militares ocorridos em grande parte no Continente americano nas décadas de 1960-70, tendo como ponta de lança reprimir a luta e as reivindicações das classes trabalhadoras, assegurar e legitimar os interesses políticos e econômicos das classes dominantes locais e do governo estadunidense.

Porém, através da Revolução ocorrida em Cuba, está, pode sem sobra de dúvida, erradicar grande parte de suas mazelas políticas, econômicas e sociais, trazidas no bojo do modo de produção capitalista. Mazelas, que até hoje, inúmeros países na América Latina não conseguiram erradicar, ou se conseguiram, conseguiram de uma maneira muito ínfima. A Revolução Cubana tem, portanto, de ser compreendida como uma via específica de solução aos problemas de miséria e de Golpes contra-revolucionários, produzidos pelo subdesenvolvimento na região do Caribe latino-americano.³³¹

Só para termos uma idéia, Cuba obtém, o maior apoio popular ativo que uma estratégia de organização política, econômica e socialista, conhece. Mediante a mobilização maciça do povo nas grandes manifestações, nos trabalhos voluntários, nas missões de solidariedade internacionalista em outros países e em milhares de evidências cotidianas de um consenso popular inquestionável, que nenhum outro país usufrui. Esse consenso, não é propriedade do povo cubano. Ele é resultado de outra forma de fazer política, uma política para além do capital, que conseguiu romper com o modo de produção capitalista, que, hoje se encontra em crise, porque sentiu na pele, durante bem dizer quase meio século, que os problemas fundamentais dos homens, a violenta exploração da força de trabalho, a mais-valia,

³³¹ SADER, 2001, op. cit., p. 117.

não podem e não irão ser resolvidos conforme as leis tirânicas do mercado, da propriedade privada dos meios de produção, da oferta e procura, amparados num capital especulativo e nos monopólios multinacionais.

Foi assim, que as questões da miséria, do desemprego, da crise habitacional, do analfabetismo, da prostituição, da mendicância, das drogas, da violência, da desnutrição, da discriminação racial, da saúde do povo encontraram sua resolução na forma de organização socialista, adequado sim, às condições particulares de um pequeno país caribenho, que orienta o seu regime pelas necessidades sociais da população, e não segundo os vaivens arbitrários das leis cegas do mercado, enraizados no modo de produção capitalista.³³²

Na atual conjuntura, do século XXI, é de suma importância que as maiores economias da América Latina – como Brasil, México e Argentina – adotem uma política de solidariedade militante com a Revolução Cubana. Uma Revolução que exporta médicos, enfermeiros, odontologistas, professores, técnicos esportivos; uma Revolução que ajuda a desterrar o analfabetismo na Bolívia e na Venezuela; que devolve a vista a milhões de pessoas; que vende vacinas para combater doenças à margem e abaixo dos preços de mercado. Uma Revolução, em suma, que sempre foi solidária com nossos povos e que merece nossa mais profunda solidariedade.³³³

Chega de pensar, para os que ainda têm dúvidas, no que teria sido da América Latina se a Revolução Cubana tivesse sido derrotada em Playa Girón ou se, após a imposição da União Soviética, Cuba chegasse à conclusão de que deveria retornar ao modo de produção capitalista o mais rápido possível. Se tal tivesse ocorrido na América Latina, não existiria um Chávez, um Evo, um Correa, um Lugo, para não falar da ‘centro-esquerda’; estaríamos convertidos num imenso protetorado norte-americano, onde as figuras mais à esquerda da região seriam políticos como Álvaro Uribe, Alan Garcia ou Oscar Arias. Graças à inquebrantável presença da Revolução Cubana economizamos esse pesadelo. Por isso, nossa dívida com Cuba será eterna e tudo o que façamos para ajudar a Ilha será pouco.³³⁴

Parafraseando, *Fernando Pessoa* – no livro *do Desassossego*, em relação à história de Cuba:

A velha regra – pensar antes de agir – sofre alterações na realidade. A prática obriga freqüentemente a agir sem ter tempo para pensar. Por isso uma das qualidades que

³³² Ibid, p117.

³³³ Entrevista concedida por Atílio Boron a Valéria Nader e Gabriel Brito. Correio Cidadania: **Revolução Cubana: A reforma econômica não significa a reintrodução de relações capitalistas.**

³³⁴ Ibid,

mais convém que o homem prático desnuda é a de saber pensar a medida que age! A de ir construído um caminho a própria direção do caminho.³³⁵

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Citada

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar editor, 2004.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

AARÃO, Daniel Reis Filho e SÁ, Jair Ferreira de (org.) **Imagens da Revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A Grande Mentira**. Rio de Janeiro: Publicado pela Biblioteca do Exército Editora, 2001, p.194.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

AMAZONAS, João. **Os desafios do socialismo no século XXI**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1999.

AMIN, Samir. **Classe e nação na história e na crise contemporânea**. Lisboa: Moraes, 1981.

ANGEL, A.. **La izquierda en América Latina desde 1920**. In: BETHELL, L. (ed.) **História de América Latina**. V.12, política y sociedad desde 1930. Barcelona: Crítica, 1997.

ARICÓ, José. **O marxismo latino-americano nos anos da III (IC)**. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.). **O marxismo na época da terceira internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo**. São Paulo. Ed. Paz e Terra, V. 8, 1989. p. 436.

ARBEX Jr, José. **A afirmação da soberania nacional**. Artigo publicado na Edição especial da revista **Caros Amigos**, São Paulo: Ed. Casa Amarela, agosto de 2004.

³³⁵ **Livro do Desassossego por Bernardo Soares**. Vol. I. Fernando Pessoa. (Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1982.

ARENDR, Hannah. **O sistema totalitário**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A Grande Mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

BAMBIRRA, Vânia. **A teoria marxista da transição e a prática socialista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

A conversão de uma guerrilha pequeno-burguesa ao stalinismo contra-revolucionário. Artigo extraído do Jornal Luta Operária nº 152, 2ª Quinzena de Julho, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O caminho da revolução brasileira**, Rio de Janeiro: Ed. Mello, 1962.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. **A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1979.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel, A Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 37, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho-dezembro de 1994.

BARSOTTI, Paulo; e PERICÁS, Luiz Bernardo. **América Latina: história, idéias e revolução**. São Paulo: Ed. Xamã 2 ed. 1999.

BEIRED, José Luis Bendicho. “**A grande Argentina**”: um sonho nacionalista para a construção de uma potência continental. In: **Revista Brasileira de História**, v. 21. n. 42. São Paulo: AMPUH, 2001.

BORIS, Fausto. **Getúlio Vargas. Série Perfis Brasileiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BORON, Atílio. **Revolução Cubana: A reforma econômica não significa a reintrodução de relações capitalistas**. Entrevista concedida em março de 2009 a Valéria Nader e Gabriel Brito. **Correio Cidadania**.

BOTEGA, Leonardo. **Brasil, Argentina e a questão cubana (1959-1964): Quando a independência faz a união**, 2009. **Dissertação de Mestrado Em Integração Latino Americana (MILA)**.

- BUONICORE, Augusto C. **Expansão dos EUA na América Latina: origens remotas da Alca**. Disponível em: www.vermelho.org.br. Acesso em 25 de junho de 2009.
- BROWN, Seyon. **The face of power: constancy and change in Unidet States Foreign Policy from Truman to Clinton**. New York. Columbia University Press, 1994
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- BRAGA, Paulo Romeu. **Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 45. n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002. p.48
- BRECHT, Bertold. **Ópera dos três vinténs**.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência**. Texto publicado em Caio Navarro de Toledo, (Org). 2005. **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan.
- CASTRO, Fidel. **A História me Absolverá**. São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1985
- CASTRO, Fidel. **La Revolución Cubana 1959-1962**. México: Era, 1975.
- CASTRO, Fidel. **Segunda Declaração de Havana**. In: **Escola Nacional Florestan Fernandez ENFF Movimento Sin Terra – MST (Brasil)**. Curso Teoría política latinoamericana. Propuesta de Néstor Kohan (Cátedra Che Guevara – Coletivo Amauta. www.amauta.lahaine.org.
- CAPELATO, M. H. R. **Populismo latino-americano em discussão**. In: FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARONE, Edgar. (org.). **O PCB: 1943 a 1964**. Coleção **Corpo e Alma do Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- CASTAÑEDA, Jorge. **A utopia desarmada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERVI, Emerson Urizzi. **AS SETE VIDAS DO POPULISMO**, Revista de Sociologia e Política, n. 17. Curitiba Nov. 2001.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

- COMAS, Juan. Os Mitos Raciais. In: **Raça e Ciência**. São Paulo: Perspectiva/Unesco. [s.d.]
- CUEVA, Augustin. **El marxismo latinoamericano: história y problemas actuales**. In: **Revista Contrarios**. n 3, Madri, novembro de 1989.
- SILVA, Ricardo Oliveira da. **A questão agrária brasileira em debate (1958-1964): As perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. Dissertação de Mestrado
- DRAPER, Theodere. **Castrismo – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: GRD. 1966.
- DREIFUSS, René. A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução de Cubana**. São Paulo: T. A. Queiroz, Biblioteca de estudos latino-americanos, 1979.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERREIRA, Oliveiros S. **Cuba, ou o desafio da Dívida Externa**. In: **Política e estratégia**, Vol. III n.2. abril/junho de 1985.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs). **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. In: Revista Brasileira de História vol.24. n..47. São Paulo 2004.
- GADDIS, Smith. **The last years of the Monroe Doctrine 1945-1993**. Hill & Wang, Nueva York: 1994.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARCIA, Marco A. **As esquerdas no Brasil e o conceito de Revolução: trajetórias**. In: ARAÚJO, Ângela (Org.). **Trabalho, cultura e cidadania**, São Paulo: Scritta, 1997.
- GARCIA, Marco Aurélio. **Contribuição à História da Esquerda Brasileira 1964-1979**.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

GOMES, Ângela. C. 2001. **O populismo e as Ciências Sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito.** In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história – debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUEVARA, Che. In: SADER, Eder. (Org.) **Che Guevara: política.** São Paulo, 1981.

GUEVARA, Che. **Mensaje a la Tricontinental.** In: **Escola Nacional Florestan Fernandez ENFF Movimento Sin Terra – MST (Brasil).** Curso Teoría política latinoamericana. Propuesta de Néstor Kohan (Cátedra Che Guevara – Coletivo Amauta. www.amauta.lahaine.org.

GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas.** 1980.

HAYA de la TORRE, V. R. **El antiimperialismo y el Apra (1935).** In: **obras completas,** Lima 1976, V. 4

HARNECKER, Marta. **Tornar possível o impossível. A Esquerda no Limiar do Século XXI.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HARNECKER, Marta. **La revolución social, Lênin y América Latina,** Santo Domingo - República Dominicana, Ed. Alfa y Omega, 1985.

historia-da-luta-pelo-socialismo. Acesso em 20 de Junho de 2009. Disponível em <http://formação-socialista.blogspot.com/2008/06/>

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos, o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOBSON, John. A. **O imperialismo: um estudo. 1902.** Madrid: Alianza Universidad, 1981.

IANNE, Octávio. **Política e revolução social no Brasil,** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

IANNI, Octavio. **O labirinto latino-americano.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **O Brasil e a política Interamericana.** In: **Revista Brasileira de Política Internacional,** ano 1, n. 3. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, setembro de 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Visita do presidente dos Estados Unidos da América.** In: **Revista Brasileira de Política Internacional.** ano

- 3, n. 10. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, junho de 1960.
- JENKS, Leland Hamilton. **Our Cuban Colony: Study in Sugar**. Nova York Studies In American imperialism. Nova York: Vanguard Press, 1928.
- JR Caio Prado. **A revolução Brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1965.
- KONRAD, Diorge. **A luta pela terra ainda é um caso de polícia**. Artigo publicado originalmente em: João de Barro. N. 2. Porto Alegre, Órgão da Associação dos Funcionários da Caixa Economia Federal, 1998
- KONRAD, Diorge Alceno. **1935: A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA NO RIO GRANDE DO SUL**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 1994. Dissertação de Mestrado
- KONRAD, Diorge Alceno. **O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004. Tese de Doutorado
- LEITE, Dante Moreira. **As raízes do caráter nacional**. São Paulo: Editora Ática, [s.d.]
- LÊNIN. V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Editora Alfa Omega. 1986.
- LÊNIN, Vladimir I. **Lenine e a IIIª Internacional**. Lisboa: Estampa. 1971.
- LINK, Artur. **História Moderna dos Estados Unidos**, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1965.
- LÖWI, Michael (org). **O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MARIÁTEGUI, Jose Carlos. **Textos básicos**. Lima: Fundo de Cultura Econômica, 1991.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **“Aniversário y balance”, em Ideologia y política**, Lima, 1969.
- MARIGHELLA, Carlos. **Escritos de Marighella, la guerrilla en Brasil**. Chile: Santiago, Ed. Prensa Latinoamericana, 1971, p. 94.
- MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. 3ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

- MARINI, Rui Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. México, Editores século XXI, 1969. Tradução do espanhol de Angélica Lovato e Paulo Barsoti.
- MARINI, Ruy Mauro. **Prólogo a Revolução Cubana uma reinterpretação. México: Centelha**.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. **Cultura ilhada: Imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)**. São Paulo: Xamã, 2003.
- MORAES, Denis de. **A esquerda e o Golpe de 64. Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. 2 ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989
- NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- NETO, Hélio Franchini. **A política externa independente em ação: a Conferência em Punta del Leste de 1962**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, julho/dezembro, 2008.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). **PCB: vinte anos de política – 1958-1979**. São Paulo: LECH, 1980.
- OLIVEIRA, Franklin de. **Revolução e contra revolução no Brasil**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- OLIVEIRA, Joelma Alves de. **A Organização Revolucionária Marxista Política Operária – POLOP. O debate de alguns de seus teóricos com o Partido Comunista Brasileiro**. Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP- Campus Araraquara
- PERI, Marcos. **Perspectiva da revolução brasileira – para onde vai o proletariado brasileiro? Reforma ou revolução?** [s.l.], Autores Reunidos, 1962.
- PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego**. por Bernardo Soares. (Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho.) Vol. I. Lisboa: Ática, 1982.

- PIERRE-CHARLES, Gérard. **Gênesis de la Revolución Cubana**. México: Século XXI, Editores, 1978.
- PORTANTIERO, Juan, Carlos. **O marxismo latino-americano**. In: HOBBSBAWN, Eric. J. **História do marxismo**. Vol. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- PRADO, Carlos Batista. **Cuba, Che Guevara e a “exportação” da Revolução pela América Latina**. In: **Revista História & Luta de Classes**, n. 4, ano 3. Marechal Cândido Rondon, julho de 2007.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.) **Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.
- RETAMAR, Roberto Fernández. **Caliban e outros ensaios**. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: Editora Busca Vida, 1988.
- RIBEIRO, Darcy. **As américas e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- RIDENTI, Marcelo. **Esquerdas revolucionárias armadas nos anos de 1960-1970**. In: Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. (Orgs). **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ROLLEMBEG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- RUAS, Luís Eduardo Mergulhão. **O nacionalismo na Revolução cubana**. In: *Artigo tirado do diário e información alternativa 'La insignia'*. Endereço eletrônico http://www.lainsignia.org./2001/octubre/cul_094.htm
- TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. São Paulo: Editora Revan. 2005
- SADER, Emir. **Século XX. Uma biografia não-autorizada**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000
- SADER; Emir, FERNANDES, Florestan. (Orgs) **Fidel Castro**. Editora Ática: 1986.
- SADER, Emir. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

SADER, Emir. **Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira**. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel. **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SALAVERRI, Elena Piñeiro. **La tradición nacionalista ante el peronismo**. In: **Revista Colección**. n. 3. Buenos Aires: PUC-Arg./Instituto de Ciências Políticas y Relaciones Internacionales, 1996.

SALES, Jean Rodrigues. **A revolução cubana, as esquerdas brasileiras e a luta contra a ditadura militar nos anos 1960 e 1970**. Simpósio: HIST/RI – 2 **La historia reciente en Latino-América: encrucijadas y perspectivas**.

SALES, Jean Rodrigues. **O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. História: Questões e Debates**. V. 35. Curitiba: UFPR, 2001.

SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005. Tese de Doutorado.

SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antonio. **Reforma e evolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SILVA, Ricardo Oliveira da. **A questão agrária brasileira em debate (1958-1964): As perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. Dissertação de Mestrado

SOUZA E SILVA, Celso A. **Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas**. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. ano 3, n. 9. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, março de 1960, p. 46. SUÁREZ, Luis. **Madre América: un siglo de violencia y dolor [1898 - 1989]**. Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2004.

SCHILLING, Voltaire. **Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à Alca**. Porto Alegre: Editora Leitora XXI, 1984.

VILAS, Carlos. **La izquierda en América Latina: presente y futuro (notas para la discusión)**". In: DILAS, Haroldo; MONEREO, M. & PAZ, J. Valdés (Orgs.). **Alternativas de izquierda al neoliberalismo**. Madrid: Ed. FIM-CEA, 1996.

WASSERMAN, Claudia. **A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira**. Artigo que desenvolve uma análise sistemática sobre a vasta bibliografia brasileira referente ao processo revolucionário cubano.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cezar Augusto. Barcellos (Orgs.). **Ditaduras militares na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. **Às portas da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Documentos Históricos

Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina 1968. Documento do Comitê Central do PCdoB. Publicado em *A Classe Operária*, n. 22, de maio de 1968.

PCB- Vinte anos de política. Documentos de seu VI Congresso, 1980